Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL • R$ 3,00
Sexta-feira, 20 de setembro de 2024
Ano CVII • Número 29.700
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br



PRESIDENTE DO IAB É DR. HONORIS CAUSA

Sydney Sanches recebe o título pela Universidade Santa Úrsula. Por Paulo Alonso, **página 2**



ESCÂNDALO NA IGREJA CATÓLICA

Fundador da fundação Emmaus, já falecido, é acusado de estupro. Por Bayard Boiteux, **página 3**



MÃO DE OBRA LOCAL NO RIO DE JANEIRO

Deputados querem contratação de trabalhadores do Rio. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**

Regras da IA na Europa desagradam Big Techs

Executivos de mais de 20 grandes empresas de tecnologia expressaram nesta quinta-feira suas preocupações com a estrutura regulatória da União Europeia (UE) sobre inteligência artificial (IA) em uma carta aberta liderada pela Meta. Eles alegaram que a tomada de decisões regulatórias na região se tornou "fragmentada e imprevisível".

"As intervenções das Autoridades Europeias de Proteção de Dados criaram uma enorme incerteza sobre quais tipos de dados podem ser usados para treinar modelos de IA." As empresas de tecnologia alertaram que a região enfrenta uma escolha crucial que moldará seu futuro nas próximas décadas.

Entre os signatários estavam CEOs da gigante sueca de telecomunicações Ericsson, da empresa de software alemã SAP e do conglomerado industrial Thyssenkrupp, juntamente com pesquisadores e acadêmicos líderes.

A Meta enfrentou multas por violações das regras de privacidade de dados da UE, incluindo uma penalidade de € 1,2 bilhão no ano passado sob o Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Em agosto, a UE se tornou a primeira jurisdição a implementar uma legislação abrangente de IA, com seu AI Act. Os novos regulamentos, combinados com desafios regulatórios anteriores, levaram alguns gigantes da tecnologia a atrasar lançamentos de produtos na região. O Google adiou o lançamento de seu chatbot de IA Bard, agora renomeado como Gemini, na UE no ano passado após preocupações com privacidade levantadas pelo principal regulador de dados do bloco.

Enquanto isso, a Meta havia planejado introduzir uma nova política de privacidade em junho, permitindo que a empresa usasse anos de dados públicos dos usuários para treinar modelos de IA que podem gerar texto, imagens ou responder a consultas de usuários. No entanto, o lançamento foi adiado depois que vários Estados-membros da UE levantaram preocupações de que a política usaria indevidamente os dados de perfil dos usuários.

Da mesma forma, a Apple adiou o lançamento de seus novos recursos de IA na Europa, citando a necessidade de cumprir os regulamentos de tecnologia da UE que exigem que ela garanta a compatibilidade com produtos e serviços rivais.

Foto TV Brasil



82 empresas do agro pediram recuperação judicial no 1º trimestre

Maior demanda veio de agroindústrias de transformação

Dados da Serasa Experian mostraram o cenário de recuperação judicial para as empresas relacionadas ao agronegócio no país. As informações revelaram que 82 desses negócios buscaram esse recurso no primeiro trimestre de 2024. O número se manteve em relação a 2023, mas, na série histórica, ambas foram recordes de demandantes desde 2018.

De acordo com o chefe de agronegócio da Serasa Experian, Marcelo Pimenta, "é importante reforçar que não estamos vivendo uma crise generalizada no agronegócio brasileiro, pois a maior parte do setor segue atuando normalmente. Ainda assim, seguimos recomendando para que os produtores e empresas ligadas ao agro organizem suas finanças e, se necessário, busquem pela renegociação de dívidas".

Ainda sobre os primeiros três meses de 2024, os dados da Serasa Experian revelaram que as agroindústrias de transformação, ou seja, aquelas que utilizam como insumo ou matéria-prima algum produto de origem agropecuária, foram as mais demandantes, totalizando 38 companhias. Em seguida, estavam os comércios atacadistas de produtos agropecuários e os negócios de serviços de apoio à agropecuária.

De acordo com os dados do primeiro trimestre de 2024, tanto o Estado de São Paulo, quanto o Mato Grosso registraram o maior número de CNPJs da cadeia agro que buscaram recuperação judicial. Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina vieram em seguida.

No primeiro semestre deste ano, o Brasil registrou um aumento expressivo de 71% nos pedidos de recuperação judicial, totalizando 1.014 solicitações. Esse crescimento significativo reflete as profundas dificuldades econômicas enfrentadas por empresas de diversos setores, incluindo grandes nomes como Odebrecht, Coteminas, Polishop e a rede de supermercados Dia.

China anuncia novas ações para impulsionar a demanda doméstica

A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), o principal planejador econômico da China, disse nesta quinta-feira que está intensificando esforços para estimular o investimento e o consumo em sua tentativa de impulsionar a demanda doméstica.

Sobre o aumento do consumo, o porta-voz Jin Xiandong disse em coletiva de imprensa que o NDRC vai aderir a uma política de "emprego em primeiro lugar" e explorará mais abordagens para aumentar a renda, aumentando assim o poder de compra das pessoas.

O órgão também maximizará o uso de títulos especiais do tesouro ultralongos para dar suporte a trocas de bens de consumo e promover o consumo de serviços em setores como cultura e turismo, educação, saúde, cuidados com idosos e crianças e limpeza, confirmou Jin.

A NDRC continuará a apoiar o investimento do governo na orientação e condução do investimento social, ao mesmo tempo em que incentiva empresas privadas a participar de grandes projetos nacionais, disse o porta-voz.

A Comissão oferecerá mais projetos a investidores privados, promoverá "prudentemente" a cooperação entre governo e investimento privado e acelerará a emissão regular de fundos de investimento imobiliário para estimular ainda mais o investimento privado, acrescentou Jin.

O mercado consumidor da China manteve uma recuperação estável este ano, com as vendas no varejo de bens de consumo aumentando 2,1% ano a ano em agosto, de acordo com o National Bureau of Statistics. Dados anteriores do bureau mostraram que o índice de preços ao consumidor, um indicador principal da inflação, subiu 0,6% ano a ano no mês passado, acelerando em relação ao aumento de 0,5% em julho.

ONS propõe adoção do horário de verão em 2024

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) recomendou nesta quinta-feira a volta da adoção do horário de verão no país. No entanto, o Governo Federal ainda avaliará o cenário, antes de optar pela medida.

De acordo com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, uma decisão deve ser tomada nos próximos dez dias. Se for adotada, a medida valeria ainda para 2024, não necessariamente em todo o verão.

Alexandre Silveira disse que, apesar da indicação da ONS, não há risco energético em 2024 graças ao planejamento adotado. Por isso, a adoção do horário de verão ainda será melhor avaliada. No entanto, o ministro destacou que é preciso pensar a longo prazo, com o olhar em 2025 e 2026.

Silveira apontou o horário de verão como uma medida que contribui para a sustentabilidade energética e citou o Canadá como exemplo de outro país que adota o mecanismo.

Instituído em 1931 no Brasil, o horário de verão funcionou continuamente de 1985 até 2019, quando o governo passado decidiu revogá-lo, em abril de 2019, alegando pouca efetividade na economia energética.

O ex-secretário de Energia e Petróleo do Estado do Rio de Janeiro Wagner Victer afirmou que é favorável à proposta de adotar o horário de verão este ano. A ideia foi lançada diante da prolongada estiagem no País.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,4253
Dólar Turismo	R$ 5,6420
Euro	R$ 6,0557
Iuan	R$ 0,7672
Ouro (gr)	R$ 455,60

ÍNDICES

IGP-M	0,29% (agosto)
	0,61% (julho)
IPCA-E	
RJ (junho)	0,38%
SP (junho)	0,38%
Selic	10,75%
Hot Money	0,63

Presidente do IAB é Doutor Honoris Causa

Por Paulo Alonso

O Conselho Universitário da Universidade Santa Úrsula aprovou resolução concedendo ao presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, Sydney Limeira Sanches, o título de Doutor Honoris Causa, que lhe foi outorgado nesta quinta-feira (19), em sessão solene no salão nobre do IAB. Com conduta irretocável e sempre aberto ao diálogo, Sanches terminará o seu mandato como presidente do IAB no começo de 2025.

O IAB foi criado, em 1843, poucos anos após a Independência do Brasil, em um momento em que o Brasil precisava se organizar como um Estado soberano e afirmar valores de nacionalidade. Além disso, se fazia necessário organizar aqueles que iriam dirigir o futuro do novo País, em especial, os advogados. Os advogados de então atuavam tanto nas questões ainda hoje imprescindíveis, quanto na política e ainda, na difícil tarefa de redação de todas as leis que substituiriam gradativamente a legislação portuguesa, à época, ainda vigente. Os primeiros cursos de Direito foram criados em 1827; assim, desde o final de 1831 já existiam advogados formados em território nacional.

Um seleto grupo de intelectuais reuniu-se e concebeu uma nova entidade, o Instituto dos Advogados Brasileiros. Inicialmente, a tarefa primordial desse Instituto seria a criação da Ordem dos Advogados Brasileiros, ou a Ordem dos Advogados do Brasil, o que só veio a ocorrer quando o IAB já contava com mais de 90 anos de existência.

Vale indagar: se o IAB não era uma entidade de classe, por que continuou a existir? A resposta a essa indagação assinala algo da própria identidade do IAB: mais do que apenas organizar a categoria dos advogados, o IAB sempre contribuiu no sentido da formulação de um projeto de sociedade brasileira, como já nos alertava Eneá de Stutz e Almeida, autora da obra *Ecos da Casa de Montezuma: o Instituto dos Advogados Brasileiros e o Pensamento Jurídico Nacional*.

O IAB, no período imperial, se tratava de um órgão governamental, consultado pelo Imperador e seus auxiliares diretos, como também pelos Tribunais, para auxiliar com seus pareceres, as mais importantes decisões judiciais. Além disso, colaborava por intermédio de seus integrantes na elaboração de leis que governariam o País.

Na própria nascente República, o IAB praticamente cessou suas atividades internas para redigir a primeira Constituição republicana, a de 1891. Por conseguinte, até meados do século 20, grande parte do sistema normativo, bem como o melhor pensamento jurídico pátrio transitaram pelo IAB, além de organizar os advogados como entidade de classe.

Apenas na década de 1930, com a criação da OAB, é que o Instituto deixou de se preocupar com especificidades da categoria dos advogados e direcionou seus esforços em sua vocação precípua: pensar juridicamente o Brasil.

Em síntese, pode-se afirmar, lembrando os ensinamentos da saudosa advogada Eneá de Stutz e Almeida, que o Instituto dos Advogados Brasileiros foi e permanecerá sendo um defensor intransigente do Estado Democrático de Direito, da soberania nacional e dos direitos fundamentais.

Sanchez é mestre em Bens Culturais, pela FGV/RJ; graduado em Direito, pela PUC/RJ; pós-graduado em Direito da Economia e da Empresa pela FGV/RJ; vice-presidente do Comitê Jurídico da Confederação Internacional da Sociedades de Autores e Compositores, entidade dedicada a fomentar e aprimorar no mundo os direitos intelectuais, com sede em Paris; titular da Alliance Litteraire Artistique Internacionalle, fundada por Victor Hugo, também sediada em Paris; presidente da Comissão Nacional de Direitos Autorais do Conselho Federal da OAB; sócio do Escritório Sanches Advogados Associados, além de integrar o Conselho de Notáveis da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e de atuar, como professor convidado, em várias Universidades.

> Sydney Sanches recebe o título pela Universidade Santa Úrsula

Parecerista e perito na área dos Direitos Intelectuais, participa dos processos legislativos e das políticas públicas envolvendo os direitos intelectuais, cultura, comunicação social, direitos digitais, proteção de dados, direitos da personalidade e direitos da privacidade.

Nas três últimas décadas, Sanches tem se dedicado exclusivamente aos direitos de propriedade intelectual na defesa de criadores, artistas e da indústria criativa em todo mundo, atuando no aprimoramento legislativo nacional e internacional.

Tais atividades institucionais contribuíram ainda para o aprimoramento da interpretação das normas de proteção dos direitos autorais e da cultura para qualidade da jurisprudência nos tribunais, em especial no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, onde atua em questões judiciais estratégicas para preservação da indústria criativa.

Sanches também ocupa a Cadeira 17 da Academia Carioca do Direito, que tem como patrono Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, advogado, formado pela Universidade de Coimbra, em 1821, jurista e primeiro deputado a levantar a bandeira contra o tráfico negreiro, tendo fundado o Instituto dos Advogados Brasileiros.

Importante resgatar outros grandes nomes da advocacia, como Esperança Garcia, mulher negra e escravizada, reconhecida como a primeira advogada do Piauí; Luis Gama, abolicionista, aprendeu Direito sozinho, e que, em 2015, 133 anos após a sua morte, a OAB lhe concedeu o titulo de advogado; Ruy Barbosa, um dos principais juristas do Brasil, ministro da Fazenda e senador da República, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e autor da frase “a força do Direito deve superar o direito da força”; Myrthes Gomes de Campos, primeira mulher a exercer a advocacia no Brasil e que teve sua estreia no Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, em 1899 – apenas em 1906 conseguiu legitimar-se profissionalmente, após ingressar no quadro de sócios efetivos do IAB.

E ainda: Sobral Pinto, que teve atuação marcante em defesa dos direitos humanos dos presos políticos durante o Estado Novo e a Ditadura Militar; Evandro Lins e Silva, ministro do Supremo Tribunal Federal e membro da Academia Brasileira de Letras e que, na década de 40, defendeu mais de mil presos políticos gratuitamente – foi também ministro da Casa Civil e das Relações Exteriores; e José Bernardo Cabral, que, do alto dos seus 92 anos, continua dignificando a advocacia, honrando o Brasil e sendo exemplo para todos os brasileiros, tendo exercido os cargos de deputado estadual, presidente do Conselho Federal da OAB, deputado federal, relator da Assembleia Nacional Constituinte, ministro de Estado da Justiça e da Agricultura e senador da República.

Parabéns, Sydney Sanches, pela merecida homenagem que lhe está sendo prestada por uma tradicional universidade, com 86 anos de relevantes serviços prestados ao Brasil.

Paulo Alonso é jornalista.

Inspeções rigorosas e educação para erradicar trabalho infantil

Por Romulo Miron

O trabalho infantil no Brasil ainda é uma realidade que afeta milhões de crianças e adolescentes e permanece no foco de intensas discussões no âmbito da proteção de direitos. A legislação brasileira proíbe qualquer tipo de trabalho realizado por crianças menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Contudo, as brechas na fiscalização e a necessidade de uma aplicação mais eficaz das leis indicam que ainda há um longo caminho para erradicar essa prática.

> Problema afeta milhões de jovens e exige políticas públicas

Segundo estudo recente, a faixa etária entre 14 e 17 anos é a que apresenta maior percentual de adolescentes em situação de trabalho infantil. A principal proteção para esses jovens está na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que proíbem o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e garantem a penalização de qualquer violação de direitos fundamentais.

É essencial aprimorar a fiscalização para combater o trabalho infantil irregular. A intensificação das inspeções nos locais de trabalho, juntamente com a integração entre órgãos públicos, são fundamentais para garantir o cumprimento da legislação. Além disso, a educação e conscientização da população sobre os impactos do trabalho infantil são cruciais para a erradicação desse problema, destaca Miron.

Iniciativas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), já têm contribuído para a prevenção e combate ao trabalho infantil no país. Entretanto, segundo especialistas, essas ações precisam ser reforçadas por meio de políticas públicas que promovam um monitoramento contínuo e a capacitação de profissionais para a busca ativa de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

A legislação brasileira também prevê a revogação de qualquer autorização judicial para trabalho de crianças e adolescentes, caso a atividade interfira no desenvolvimento educacional ou ponha em risco a saúde e segurança dos menores. O foco principal deve ser a educação e o desenvolvimento integral dessas crianças e adolescentes. Qualquer atividade que comprometa isso deve ser rigorosamente punida.

O avanço na erradicação do trabalho infantil depende não apenas do cumprimento das leis vigentes, mas também de um esforço conjunto entre governo, sociedade e entidades internacionais para garantir um futuro digno para as novas gerações.

Rômulo Miron é advogado trabalhista.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à


Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

Acesse nossas edições impressas






NOVOS TEMPOS

Bayard Do Coutto Boiteux
professorbayardturismo@gmail.com

Escândalo na Igreja Católica

Tendo cometido agressões por mais de 50 anos, o Abbé Pierre, fundador da fundação caritativa Emmaus, já falecido, é acusado de estupro de pelo menos 30 pessoas. Todas as homenagens e lugares sagrados na França estão sendo retirados. Uma grande comoção tomou o mundo, inclusive o Vaticano.

Cônsul assaltado

O cônsul-geral da República Dominicana, Roberto Rubioc, teve seu carro assaltado, assim como seus pertences, no Rio de Janeiro.

Boteco com alma brasileira

Tóquio acaba de ganhar um boteco com caipirinhas, feijoada e pastéis, inclusive com uma novidade: recheados de yakisoba. O japonês Tomohiko é apaixonado pelo Brasil e incluiu apresentações de samba também. Fica em Asakusa, onde circulam mais de 50 milhões de pessoas por ano.

Fim de um colégio

O Colégio São Paulo, em Ipanema, fecha suas portas em 2025. O valor do imóvel, entre R$ 200 e 300 milhões, deve dar origem a um condomínio de luxo na Vieira Souto.

Novo colaborador

O nutricionista Matheus Oliveira passa a integrar a equipe do cirurgião plástico Marcelo Daher, conhecido pela plástica facial eutrófica. Matheus vai atender todas as quintas, a partir de outubro, na Interclínica Centróplastica, no Jardim Botânico. Vai também cuidar do pós-operatório.

Academias de Letras

O Brasil tem um número inacreditável de academias municipais e estaduais de Letras. São mais de 500. Só este colunista recebeu 20 convites nos últimos 3 anos, que não pôde aceitar.

Arte em Feira de Santana

O colunista Ailton Pitombo é o curador da exposição *Habitantes da Floresta*, da artista plástica Linda Cortez, que será aberta no dia 21 de setembro, no Edifício Charmat, em Feira de Santana.

Dia do Sorvete

O próximo dia 23 de setembro, quando se celebra o Dia do Sorvete, é um bom momento para provar novos sabores: o pão na chapa ou café com bolo no Café Ipiranga, em Laranjeiras, ou ainda o de gorgonzola e o de coentro cítrico com pimenta, na Vero Gelateria, em Ipanema.

Frase da semana

"Olhe para si mesmo com amor, porque você está ensinando aos outros como olhar para você." – *Márcio André Silva Garcia*

Arrecadação federal bate recorde em agosto com R$ 201,6 bilhões

Valor eleva acumulado do ano para R$ 1,7 tri

O crescimento da economia e as medidas de tributação para super-ricos voltaram a melhorar a arrecadação federal. Em agosto, as receitas do governo federal somaram R$ 201,6 bilhões, alta de 11,95% acima da inflação sobre o mesmo mês do ano passado. Segundo a Receita Federal, o valor é o maior para o mês desde o início da série histórica, em 1995.

De janeiro a agosto, a receita arrecadou R$ 1,7 trilhão, alta de 9,47% acima da inflação na comparação com os oito primeiros meses do ano passado. O montante também é recorde para o período.

De acordo com a Receita Federal, a arrecadação recorde de 2024 deve-se principalmente aos seguintes fatores: crescimento real (acima da inflação) e 19,31% no Imposto de Renda Retido na Fonte sobre o Capital (IRRF-Capital); crescimento real de 19,34% nas receitas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); crescimento real de 17,99% no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e comportamento das variáveis macroeconômicas, que refletem o crescimento da economia.

Em relação ao IRRF-Capital, o crescimento da arrecadação resulta da tributação dos fundos exclusivos, aprovada no fim do ano passado, que antecipou a cobrança de impostos. A alta da arrecadação do PIS/Cofins reflete o crescimento das vendas. Isso porque os dois tributos incidem sobre o faturamento e são diretamente ligados ao consumo.

Segundo a Receita, o aumento na arrecadação de IRPF decorre da atualização de bens e direitos no exterior determinado pela nova Lei das Offshores (empresas de investimentos no exterior). No início do ano, os contribuintes tiveram de atualizar os ativos e os investimentos em outros países.

Em relação às variáveis macroeconômicas, a alta da arrecadação é reflexo do crescimento da economia brasileira em 2024. No início do mês, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas) cresceu 1,4% no segundo trimestre. Os números acima das expectativas fizeram a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda elevar para 3,2% a previsão de crescimento do PIB em 2024.

Meta fiscal

Segundo a Agência Brasil, apesar da arrecadação recorde, o governo enfrenta desafios para cumprir a meta fiscal de 2024. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano estabelece que o Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – deverá registrar déficit primário zero, com margem de tolerância de R$ 28,8 bilhões para mais ou para menos.

O resultado primário representa o saldo positivo ou negativo nas contas do governo sem os juros da dívida pública. Para chegar ao centro da meta de resultado primário zero, o governo precisa de R$ 168 bilhões extras neste ano. Apesar do crescimento das receitas dos fundos exclusivos e das offshores, a equipe econômica enfrenta dificuldades em outras fontes de recursos que atrasaram, como os votos de desempate do governo nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

A nova estimativa de receitas para o Carf, órgão da Receita Federal que julga dívidas de grandes contribuintes, será divulgada nesta sexta-feira. Na ocasião, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento divulgarão o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento.

KPMG começa nova turma de apoio às startups brasileiras

A KPMG, rede global que presta serviços de auditoria, tributos e consultoria, anuncia a quarta turma do seu Programa Emerging Giants, iniciativa de apoio às startups em estágio de crescimento e já consolidadas em seus mercados.

A iniciativa é um programa de relacionamento, onde KPMG e Distrito se uniram para mapear startups brasileiras com o perfil de Emerging Giants. Elas são empresas jovens, que trabalham com tecnologia e têm crescimento acelerado. As principais características delas são as seguintes: fundadores com ampla experiência de mercado, produtos rapidamente escaláveis, com aporte de investimentos de Venture Capital a partir da Série A, tração com clientes pagos e capacidade de atrair ainda novos investimentos.

Segundo a empresa de consultoria, a lista reúne 14 empresas criteriosamente selecionadas pela relevância e destaque em seus setores de atuação. São elas: 3778 (HealthTech); 4Intelligence (IndustryTech); Caju (FinTech); Docket (LegalTech); EuReciclo (ESGTech); Gorila (FinTech); Grão Direto (AgTech); Hi Platform (MarTech); Mevo (HealthTech); Nomad (FinTech); Pipo Saúde (HealthTech); Swap (FinTech); Trademaster (FinTech); xMobots (Robotic).

As novas Emerging Giants se integram com as 71 startups brasileiras que já participam do programa da KPMG: 21 na terceira turma, 24 na segunda e 26 na primeira. Entre as novas mapeadas, as FinTechs representam a maioria, com 36% do total dessas empresas. A vice-liderança é das HealthTechs, com 21%. Depois dessas, estão as seguintes, com uma representante (7%) cada: AgTech, ESGTech, IndustryTech, LegalTech, MarTech, Robotic.

"Emerging Giant é uma startup em crescimento acelerado que se destaca não apenas no setor, mercado e geografia onde atua, mas também apresenta algumas características, mapeadas pela KPMG Global como variáveis importantes das startups que tiveram jornadas de expansão relevantes e participaram de rodadas de funding e exits de sucesso", afirma Diogo Garcia, sócio-diretor líder do Programa Emerging Giants da KPMG no Brasil.

Entre as selecionadas, há startups que fazem desde a previsão de tendências e oportunidades de mercado usando Inteligência Artificial e machine learning, até aquelas que atuam na gestão de documentos emitidos por órgãos públicos. Há também empresas muito focadas em ESG e outras que atuam diretamente com produtores rurais. No setor financeiro, uma plataforma integrada para gerenciar investimentos, uma empresa que simplifica criação e lançamento de fintechs, e outra que ajuda a desburocratizar o acesso ao crédito para Pequenas e Médias Empresas.

Novidade

"As startups selecionadas se diferenciam bastante das demais quando analisados seus modelos de negócios e a utilização de tecnologia para atingirem escala. Elas viabilizam, na prática, a disrupção no mercado e apresentam elevados indicadores de investimentos, maturidade, idade, porte, e potencial de crescimento", afirma Carolina de Oliveira, sócia-líder de Private Enterprise da KPMG no Brasil e na América do Sul.

O programa Emerging Giants da KPMG contempla as seguintes frentes de atuação: sessões de discovery com founders e c-levels; mentorias com especialistas de diferentes setores; conexão com outras Emerging Giants brasileiras e mundiais; apoio em projetos de expansão internacional e conexão com a KPMG Global; participação em eventos exclusivos; prestação diferenciada e customizada de serviços; ampla visibilidade no mercado.

DECISÕES ECONÔMICAS




Sidnei Domingues Sérgio Braga

sergiocpb@gmail.com



Deputado Alan Lopes

Deputados querem mão de obra local no Rio

Os membros da CPI da Transparência, da Alerj, vão assinar conjuntamente um projeto de lei que torna obrigatória a contratação de mão de obra local em grandes eventos promovidos no Estado do Rio de Janeiro. A medida foi tomada após constatarem que o Rock in Rio utiliza predominantemente trabalhadores de fora do estado. A CPI é presidida pelo deputado Alan Lopes (PL).

Rampas de escape

O deputado Alan Lopes (PL) defende a adoção de rampas de escape nas rodovias estaduais que serão construídas ou duplicadas, diretamente pelo Estado ou por meio de concessão nos próximos anos. Amplamente utilizadas em algumas rodovias federais e em vários países, as rampas de fuga são instaladas em pistas com declive acentuado e são usadas para conter veículos de carga com falha no sistema de freios, evitando acidentes. Elas são construídas em formato ascendente, com piso de pedregulho, areia ou cascalho, para atolar e diminuir a velocidade de um veículo descontrolado.

Provas mais perto de casa



Deputado Anderson Moraes

O governador Cláudio Castro sancionou a lei, de autoria do deputado Danniel Librelon (REP) e do deputado licenciado Anderson Moraes, que obriga os órgãos públicos a organizarem as provas dos concursos levando em conta a proximidade do local de residência dos candidatos. Segundo Librelon, isso evita que o candidato tenha que se deslocar por longas distâncias para fazer as provas.

Sem pedágio para elétrico

Tramita na Alerj um projeto de lei que concede aos proprietários de veículos particulares, elétricos e/ou híbridos, isenção da tarifa de pedágio nas rodovias sob concessão estadual. O objetivo da proposta é incentivar o uso de carros que não poluem o meio ambiente.

Calibragem volta a ser gratuita

O prefeito do Rio, Eduardo Paes, sancionou esta semana a lei que proíbe os postos de combustíveis no município do Rio de Janeiro de cobrarem pela calibragem de pneus. A medida, no entanto, vale apenas para os motoristas que abastecem seus veículos. Para os demais, a cobrança continua autorizada. A lei é de autoria dos vereadores Matheus Gabriel, Alexandre Beça, Luciano Medeiros, Dr. Marcos Paulo, Niquinho e Vera Lins.

Ação apreende duas toneladas de produtos piratas com marca Rock in Rio

Uma ação conjunta da Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Propriedade Imaterial (DRCPIM) com o Ministério Público estadual resultou na apreensão de duas toneladas de materiais falsificados com a marca do festival de música Rock in Rio, que acontece na cidade. A apreensão ocorreu nesta quinta-feira, no centro do Rio.

Durante a ação, quatro suspeitos, responsáveis pelas lojas onde os produtos foram localizados, acabaram presos. Eles vão responder por comercialização de material contrafeito [falsificação ou réplica do produto original], ostentando ilegalmente a marca.

Entre os produtos apreendidos estão milhares de copos, camisas, chapéus e bonés, que seriam distribuídos para ambulantes revenderem na segunda semana do evento. O material foi localizado por meio de informações de inteligência, que dão continuidade às ações iniciadas na primeira semana do festival.

Na semana passada, duas ações resultaram na apreensão de grande quantidade de material falsificado. A delegacia especializada na repressão aos Crimes Contra a Propriedade Imaterial junto com o MP do Rio e a promotoria do Juizado Especial Criminal (Jecrim), encontraram mais de 5,3 mil copos, 185 bonés falsos e milhares de porta-copos no primeiro dia do evento dia 13 deste mês. Dois homens foram presos em flagrante, na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio.

No dia seguinte, em operações nas proximidades do Rock in Rio, as equipes localizaram um caminhão com milhares de copos e alças de porta-copos falsificadas com a marca do festival. Também foram apreendidos uma máquina de cartão de crédito e uma credencial falsa.

Até agora, as ações já resultaram na apreensão de mais de 15 mil itens e na prisão de 10 suspeitos.

Comércio divulga manifesto sobre impacto das "Bets" na sociedade

Ao final da 9ª edição do Latam Retail Show, cerca de 20 entidades nacionais de comércio, indústria, consumo e varejo divulgaram manifesto alertando sobre o crescimento desenfreado das apostas eletrônicas e suas graves consequências sociais, econômicas e de saúde pública.

O documento chama a atenção para o aumento exponencial do faturamento dessas apostas, que tem atraído recursos da população, especialmente das classes mais baixas, gerando comportamento compulsivo em especial entre os mais jovens e vulneráveis emocionalmente e com graves implicações psicológicas pelo aumento do endividamento para os apostadores e suas famílias.

Segundo as entidades do varejo, o quadro implica também no desvio de recursos dos programas sociais, como Bolsa Família/Auxílio Brasil, com redução do consumo, inclusive, de alimentos. Além de conscientizar a sociedade e as autoridades, o manifesto propõe medidas urgentes para coibir essas práticas.

O Latam Retail Show é um evento de varejo e consumo B2B, começou no último dia 17, com foco no uso da inteligência artificial no comércio e suas implicações diretas para os consumidores. Organizado pela Gouvêa Experience e Francal Feiras, o evento terminou nesta quinta-feira (19) e reuniu mais de 250 palestrantes, entre nacionais e internacionais.

O manifesto na íntegra:

"As entidades nacionais que assinam este Manifesto representam os mais importantes setores ligados ao Consumo, Comércio e Varejo do Brasil, os maiores empregadores privados do país. E não podem se omitir ante o crescimento dos jogos e de tudo que está relacionado aos seus mecanismos conhecidos como "Bets" ou jogos de apostas eletrônicas.

Eis os principais pontos para reflexão e ação:

1. Essas modalidades de jogos estão crescendo seu faturamento de forma exponencial atraindo recursos da população dos mais diversos segmentos e faixas etárias, mas de forma mais marcante nas classes mais baixas e de menor idade, redirecionando renda destinada ao consumo pessoal, inclusive de alimentos;

2. Esse crescimento também tem atraído recursos direcionados pelos programas Bolsa Família/Auxílio Brasil para as famílias mais carentes e originalmente destinado às condições mínimas de sustentação familiar;

3. O crescimento exponencial dos jogos e apostas traz consequências sérias para famílias e indivíduos pela componente viciante criando transtornos mentais e físicos e gerando problemas psicossociais que vão sobrecarregar o já sobrecarregado sistema público de saúde;

4. O crescimento descontrolado das "Bets" gera vício e amplia o vínculo com jogos de azar gerando comportamento compulsivo em especial entre os mais jovens e vulneráveis emocionalmente e com graves implicações psicológicas pelo aumento do endividamento para os apostadores e suas famílias;

5. O cenário atual já mostra a deterioração das relações pessoais e emocionais com empregadores públicos e privados tendo que atuar para dar apoio ao crescente número de casos crônicos que afetam o desempenho profissional e num processo em visível escalada.

Por essas e outras razões as entidades signatárias se integram e passam a atuar de forma conjunta para:

a. Promover uma maior e mais ampla sensibilização sobre o potencial de problemas sociais que advirão dessa expansão;

b. Regulamentar a comunicação publicitária, patrocínios e outras modalidades convencionais ou digitais de estímulo às apostas;

c. Impedir de forma imediata o uso do cartão de crédito para pagamento das apostas, o que só ocorreria em 2025 pela legislação aprovada;

d. Impor responsabilidade às empresas de apostas para que se tornem co-responsáveis por tratamentos envolvendo saúde mental e causados pelo vício com jogos nessas modalidades;

e. Rever a tributação prevista na lei 14.790/2023 de modo que ela seja mais gravosa na operação de apostas online, tanto para a empresa de apostas, quanto para o apostador.

Existem circunstâncias que é preciso ir contra a correnteza representada pelo amplo engajamento em prol das apostas eletrônicas para levar em conta o que é mais importante, saudável e responsável em prol da Nação.

Conira as associações participantes: Associação Brasileira de Franchising (ABF), Associação Brasileira da Indústria de Equipamentos e Serviços para o Varejo (ABIESV), Associação Brasileira das Indústrias Ópticas (ABIÓPTICA), Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), Associação Brasileira de Marcas Próprias e Terceirização (ABMAPRO), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX), Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas (ABEVD), Associação Brasileira de Tecnologia para o Comércio e Serviços (AFRAC), Associação Nacional de Restaurantes (ANR), Associação Brasileira de Strip Malls (ABMALLS),Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) e Instituto Foodservice Brasil (IFB)."

SP Farma Metropolitana S.A.
CNPJ nº 28.927.087/0001-66 - Companhia Fechada
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **SP Farma Metropolitana S.A.** a comparecer à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada virtualmente via Teams com link de acesso: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NmZjNmY0YjktMDNkNC00ZWVhLWE5NGUtMmUzNWZlMGNmNmRk%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2293141b99-5b57-4384-83d2-e401a9686d58%22%2c%22Oid%22%3a%220b438a62-a010-4bd6-a643-3d40ff6b05bd%22%7d, no dia 30 de setembro de 2024, às 10h, em primeira convocação, às 10h15, em segunda convocação e às 10h30 em terceira e última convocação, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e os Relatórios da Administração, referente ao exercício encerrado em 31/12/2022; (ii) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e os Relatórios da Administração, referente ao exercício encerrado em 31/12/2023; (iii) apresentar planejamento do ano de 2025; (iv) deliberar sobre procedimento de comunicação entre acionistas e Diretoria Executiva. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia até o dia 26 de setembro de 2024, até às 17h30. A proposta da administração e a documentação, relativas aos itens da ordem do dia, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia. Sumaré/SP, 16 de setembro de 2024. Pollyanna Tamascia Portes - Presidente do Conselho de Administração.

BB ultrapassa saldo de R$ 15 bi em carteira de energias renováveis

A carteira de financiamento para energias renováveis do Banco do Brasil ultrapassou os R$ 15,4 bilhões, um crescimento de 16,6% em 12 meses. O BB tem um objetivo de que o saldo total desta carteira ainda dobre de tamanho até 2030, atingindo o volume de R$ 30 bilhões.

Apenas em Project Finance para projetos de usinas eólicas e para energia solar foram mais de R$ 8 bilhões. Especificamente para produtores rurais, pelo Programa Agro Energia, foram mais R$ 4,8 bilhões. Já com Micro e Pequenas Empresas, o volume de financiamento para energia renovável ultrapassou a marca de R$ 1 bilhão neste ano. E, com pessoas físicas, foram mais de 24 mil projetos residenciais com energia renovável, num total de mais de R$ 700 milhões.

Gabriel Santamaria, gerente geral de Sustentabilidade Empresarial do BB, afirmou, durante painel realizado na Sede da ONU, em Nova Iorque, nesta quinta-feira, 19, que a transição energética é tema central no cenário global atual, com implicações diretas no desenvolvimento econômico, passando de modo transversal pela sustentabilidade e por inovação tecnológica. "A energia renovável está presente em nossos compromissos públicos pela sustentabilidade, com foco no apoio pela descarbonização das atividades dos nossos clientes, apoiando na economia do país", disse.

Em painel que debateu sobre powershoring, como estratégia empresarial que envolve a localização de plantas industriais em regiões que oferecem energia renovável, barata, segura e abundante, ele também destacou operações recentes do Banco, como no financiamento para construção de um complexo de energia solar de R$ 34,4 milhões em Goiás por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO); e destacou também o financiamento de R$ 500 milhões para a construção da usina térmica de gás natural UTE Manaus I, no Estado do Amazonas, através do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), com capacidade de 162,9 MW, minimizando impactos ambientais na região, substituindo antigas usinas a óleo.

"O papel do sistema financeiro é fundamental na transição para uma economia mais verde, inclusiva e menos intensiva em emissões de carbono. Nesse sentido, o BB tem atuado gerando valor a partir de negócios que apoiam nossos clientes gerando tanto valor econômico, por se tratar de uma energia mais barata para as plantas industriais, por exemplo, como com impacto ambiental positivo", afirmou Santamaria. "O Banco do Brasil se importa com a sustentabilidade do país e, por isso, temos também a meta de atingir um volume de saldo da nossa carteira de crédito sustentável de R$ 500 bilhões até 2030. Hoje, este volume já está em R$ 360 bilhões, o que demonstra a capacidade do Banco de atuar pela sustentabilidade do país e pela inclusão social", finalizou.

BC informa ocorrência de incidente de segurança vinculado ao Pix

O Banco Central (BC) informou em nota nesta quinta-feira a ocorrência de incidente de segurança com dados pessoais vinculados a chaves Pix sob a guarda e a responsabilidade da SHPP Brasil Instituição de Pagamento e Serviços de Pagamentos LTDA. (Shopee), em razão de falhas pontuais em sistemas dessa instituição.

O incidente ocorreu entre os dias 2 a 4 de setembro. Os dados potencialmente expostos envolve informações cadastrais vinculados a 150 chaves Pix: nome do usuário, CPF, instituição de relacionamento, agência, número e tipo da conta.

"Não foram expostos dados sensíveis, tais como senhas, informações de movimentações ou saldos financeiros em contas transacionais, ou quaisquer outras informações sob sigilo bancário. As informações obtidas são de natureza cadastral, que não permitem movimentação de recursos, nem acesso às contas ou a outras informações financeiras", destacou a nota do BC.

A autoridade monetária afirma que as pessoas que tiveram seus dados cadastrais obtidos a partir do incidente serão notificadas exclusivamente por meio do aplicativo ou pelo internet banking de sua instituição de relacionamento. "Nem o BC nem as instituições participantes usarão quaisquer outros meios de comunicação aos usuários afetados, tais como aplicativos de mensagens, chamadas telefônicas, SMS ou e-mail", disse.

O BC informa que foram adotadas as ações necessárias para a apuração detalhada do caso e serão aplicadas as medidas sancionadoras previstas na regulação vigente. Mesmo não sendo exigido pela legislação vigente, por conta do baixo impacto potencial para os usuários, o BC informou que decidiu comunicar o evento à sociedade, à vista do compromisso com a transparência que rege sua atuação. O BC mantém página específica em seu sítio para registrar incidentes de segurança desse tipo.

Ineep defende novo plano estratégico para Petrobras

A Petrobras precisa recuperar a sua capacidade de investimentos no segmento de exploração de óleo e gás, sobretudo, em novas fronteiras. Não se limitar ao desenvolvimento da produção no pré-sal. A conclusão está no "Diagnóstico do segmento de exploração de petróleo e gás no Brasil", realizado pelo Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep).

De acordo com o Ineep, é necessário um plano exploratório robusto, orientado ao interesse coletivo, à segurança energética e ao desenvolvimento nacional, elementos que garantirão tanto a sustentabilidade operacional da empresa como sua inserção no longo processo de transição energética global.

O instituto faz, nesse diagnóstico, uma análise das atividades da Petrobras nas áreas de exploração e produção no período de 2000 a 2023 e alerta para a redução da relação entre reservas e produção de óleo e gás no período. É abordado os fatores políticos, econômicos e institucionais que contribuíram para os resultados negativos defende a mudança na estratégia exploratória de longo prazo da empresa.

"Há a necessidade de formulação de um novo e potente plano estratégico de longo prazo", sustenta o estudo. A sugestão é de um plano que incorpore aos seus objetivos a ampliação de investimentos exploratórios, a descoberta e a aquisição de novos reservatórios de petróleo e gás natural, além de maiores investimentos na recuperação de campos maduros.

Histórico

No histórico do diagnóstico, o Ineep trabalha com três fases – de altas e baixas. Na primeira, entre 2000 e 2006, as atividades de perfuração foram decrescentes e inferiores à intensificação provocada pela descoberta do pré sal; a segunda, entre 2007-2014, caracterizou-se pela aceleração do volume de atividades de perfuração marítimas no Brasil e representou o auge dessas atividades no período analisado, em especial no triênio 2010-2012; na terceira e última, entre 2015-2023, houve uma forte queda das atividades de perfurações offshore, que registraram um número médio de novas perfurações cerca de três vezes inferior ao observado na segunda fase.

Para os pesquisadores envolvidos no estudo, as decisões estratégicas da companhia nos segmentos de exploração e produção devem observar os desafios impostos pelas dinâmicas geopolíticas e comerciais inerentes ao aprofundamento do processo de transição energética. "As múltiplas incertezas e condicionantes geopolíticos, tecnológicos e financeiros à atividade exploratória não podem ser justificativas para escolhas estratégicas de curto prazo, tampouco para o esvaziamento do segmento de exploração como observado nos últimos anos", alertam ainda.

Com 78 páginas, o estudo resulta de trabalho de Mahatma Ramos dos Santos, diretor técnico do Ineep, e de José Sérgio Gabrielli e Francismar Ferreira, pesquisadores do Instituto. É o segundo de uma série, iniciada em agosto, com a divulgação do "Diagnóstico Governança Corporativa na Petrobras – O sequestro na estatal?"

Previdência privada: captação líquida da cresceu 100% até julho

De janeiro a julho de 2024, os planos de previdência privada aberta captaram, já descontados os resgates, R$ 36,7 bilhões – revela levantamento produzido pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi). Segundo a entidade, o resultado representa uma expansão de 100,4% em comparação ao mesmo intervalo do ano passado.

A Fenaprevi representa as empresas que operam nos segmentos de seguros de pessoas e de previdência privada aberta. O setor sustenta o forte ritmo de crescimento na arrecadação, que somou R$ 113,8 bilhões nos sete primeiros meses de 2024, superando o registrado no mesmo período de 2023, que foi de 20,8%. Ao mesmo tempo, os resgates cresceram 1,6%, totalizando 77,1 bilhões. Em ativos, a poupança previdenciária dos participantes desses planos ultrapassou de mais de R$ 1,5 trilhão que, em valores, supera 13% do PIB.

VGBL

Ao segmentar por produto, o estudo revela que o Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL apresentou crescimento de 22% na captação bruta, que arrecadou R$ 105 bilhões no intervalo de análise. No mesmo período, os resgates subiram somente 0,8%, resultando na captação líquida de cerca de R$ 38 bilhões.

Ao todo, no Brasil são 8,8 milhões de planos VGBL, o que representa 63% do setor. Os demais tipos, como o Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL somou 3,1 milhões (22%), enquanto os planos Tradicionais totalizaram 2,2 milhões ou 16% do todo.

Atualmente, há 14,1 milhões de planos comercializados no país. Desses, 80% estão na modalidade Individual e o restante (20%) na Coletiva, evidenciando o quanto ainda pode crescer, dado o mercado de trabalho nacional que também vem apresentando melhora nos indicadores.

Do total de planos de previdência privada aberta, 99,4% estão na etapa de acumulação, ou seja, quando o participante ainda constrói a poupança previdenciária, o que também reforça o cenário de que há grande espaço para a expansão do setor, nos próximos anos.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2024.
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária do Movimento Baía Viva - CNPJ 41.931.182/0001-00

Ficam convocados todos os Associados/as para a realização da Assembleia Geral Extraordinária no dia 30/09/2024 tendo como pautas: 1- Alteração do Estatuto social nos termos previstos nos artigos 4o., alínea b do Capítulo III - Dos Associados (as); Art. 7o., alínea a), inciso I do Capítulo VII - Da Organização; e Art. 10 do Capítulo IX - Das Disposições Gerais e Transitórias. 2- Assuntos gerais. Serviço: Data: 30/09/2024 (segunda-feira). Horário: de 17h às 20h. Local: Rua Araújo Porto Alegre, no. 71, Sala 601 – Centro, Rio de Janeiro – RJ, Cep: 20030-012 (sede da Associação Universitária Latino Americana situada no prédio da Associação Brasileira de Imprensa).

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 07.737.623/0001-90 - NIRE 33.3.0027725-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da A!Bodytech Participações S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") no dia 30/09/2024, às 17:00, de modo exclusivamente digital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Apreciar e aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação, pela Companhia, da subsidiária Multione Fitness Ltda ("Multione"); (ii) Ratificar a nomeação e contratação de empresa especializada responsável pela avaliação do patrimônio líquido da Multione; (iii) Apreciar e aprovar o Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da Multione; e (iv) Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das matérias objeto da Ordem do Dia. A AGE ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "*Zoom*". Os acionistas que desejarem participar da AGE deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail juridico.empresarial@bodytech.com.br. Rio de Janeiro, 18/09/2024.
Alexandre Accioly - Presidente do Conselho de Administração

Recordes em Wall Street e baixa na B3

Efeitos das taxas de juros nos mercados de ações

A decisão do Federal Reserve reduzir as taxas de juros em meio ponto percentual levou as ações de empresas dos EUA fecharam em alta na quinta-feira, com o Dow Jones Industrial Average e o S&P 500 atingindo máximas recordes. Com o aumento da Selic a B3 teve com portamento adverso ao registrado em Wall Street, ao fechar em baixa de 0,47%.

O Dow Jones Industrial Average subiu 522,09 pontos, ou 1,26%, para 42.025,19. O S&P 500 adicionou 95,38 pontos, ou 1,70%, para 5.713,64. O Nasdaq Composite Index aumentou 440,68 pontos, ou 2,51%, para 18.013,98. Segundo a Agência Xinhua, 8 dos 11 setores primários do S&P 500 terminaram no verde, com tecnologia e bens de consumo discricionários liderando os ganhadores, subindo 3,08% e 2,20%, respectivamente. Enquanto isso, bens de consumo básicos e serviços públicos lideraram os retardatários, caindo 0,58% e 0,57%, respectivamente.

Wall Street adotou a mensagem do presidente do Fed, Jerome Powell, de que um corte significativo nas taxas em uma economia relativamente forte tinha a intenção de evitar riscos de recessão e refletia confiança, não pânico, sobre as condições econômicas atuais.

O Bank of America ajustou sua previsão, agora prevendo que o Fed reduzirá as taxas em 0,75% até o final do ano, acima de sua estimativa anterior de 0,5%. Em contraste, o gráfico de pontos do Fed sugere que os formuladores de políticas estão esperando um corte menor, de meio ponto percentual.

Brian Belski, estrategista-chefe de investimentos da BMO Capital Markets, aumentou sua meta de fim de ano para o S&P 500 na quinta-feira. Ele aumentou a projeção para 6.100, acima de sua estimativa anterior de 5.600.

"Assim como nosso último aumento de meta em maio, continuamos surpresos com a força dos ganhos do mercado e decidimos mais uma vez que algo mais do que um ajuste incremental era necessário", escreveu Belski em uma nota.

Com a mudança de política do Fed concluída, a atenção do mercado voltou-se para as divulgações de dados, preparando-se para uma potencial volatilidade. Na quinta-feira, um relatório do Departamento do Trabalho dos EUA mostrou que os pedidos iniciais de seguro-desemprego caíram para o menor nível em quatro meses. Na semana que terminou em 19 de setembro, os pedidos caíram para 219.000, muito abaixo das estimativas.

"Não é surpreendente ver os mercados se recuperando muito bem hoje. Estávamos ficando um pouco atrasados com algumas das estimativas de crescimento dos lucros", disse Timothy Chubb, diretor de investimentos da Girard Advisory Services. "Eles continuaram subindo nas últimas semanas, mas, falando de modo geral, certamente há muitas empresas no mercado que realmente se beneficiarão de condições de política monetária mais flexíveis, em particular, as *small caps*", acrescentou.



Febraban: Saldo de crédito deve crescer 1,1% em agosto

No dia 27 de setembro, o Banco Central divulga as estatísticas monetárias e de crédito do mês anterior (de agosto). E como sempre acontece a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) faz uma espécie de antecipação desses números. Nesta quinta-feira , a Pesquisa Especial de Crédito da Febraban citou que o saldo total da carteira de crédito deve crescer 1,1% em agosto, com destaque para o avanço do crédito direcionado, com estimativa de alta de 1,3%, revela.

"O bom desempenho no mês deverá ocorrer tanto na carteira Pessoa Física (+1,2%) quanto Pessoa Jurídica (+1,7%). Apesar da expectativa de bons resultados, o ritmo de expansão anual da carteira deve mostrar ligeira desaceleração, passando de 10,3% para 10,1%", destaca a pesquisa.

As projeções são feitas com base em dados consolidados dos principais bancos do país, que representam, a depender da linha de crédito, de 41% a 88% do saldo total do Sistema Financeiro Nacional. O levantamento da Febraban é divulgado mensalmente como uma prévia dos dados oficiais, que estão programados para serem divulgados

A carteira Pessoa Física direcionada deve seguir impulsionada pelos financiamentos imobiliários, enquanto a carteira Pessoa Jurídica será puxada principalmente pelos financiamentos do BNDES e programas públicos, ambos relacionados às medidas de auxílio ao Rio Grande do Sul.

Os avanços das carteiras também deverão ser impactados pela liberação de recursos do Plano Safra 2024/2025, embora com desembolsos ainda abaixo do mesmo período da temporada passada. A pesquisa mostra que o menor volume de crédito rural deve fazer com que o ritmo de expansão anual da carteira direcionada desacelere de 12,7% em julho para 11,7% em agosto, o que explica a perda de fôlego da carteira total.

Já a carteira livre deve avançar 1,0% no mês, com altas de 1,1% no segmento Pessoa Jurídica e 0,9% em Pessoa Física. De acordo com o levantamento, nos recursos voltados às famílias, o destaque é a manutenção do bom desempenho dos financiamentos de veículos e das linhas de crédito pessoal e cartão à vista, que seguem favorecidas pelo avanço do emprego e da renda. Com isso, a carteira livre deve seguir anhando tração, acelerando de 8,6% para 9,0%.

"Os números de agosto indicam que o mercado de crédito segue apresentando um desempenho sólido no 3º trimestre, com resultados positivos, inclusive quando observamos a evolução das operações com recursos livres, que são mais sensíveis às condições econômicas. Enquanto o crédito às empresas passa por uma normalização após o estresse observado no ano passado, o crédito às famílias tem sido impulsionado por linhas voltadas ao consumo, beneficiadas pelo aumento da renda, do emprego e pelas menores taxas de juros", avalia Rubens Sardenberg, diretor de Economia, Regulação Prudencial e Riscos da Febraban.

"A desaceleração no ritmo de expansão anual, capturada na pesquisa, deve ser pontual, devido ao baixo volume de desembolso do novo Plano Safra neste ano, que, por sinal, deve acelerar nos próximos meses. Assim, ao que tudo indica, o crédito deve voltar a crescer em dois dígitos neste ano", complementa o diretor.

Concessões

De acordo com a pesquisa, as concessões de crédito devem crescer 1,0% em agosto, mas ajustando pelo número de dias úteis, a alta deve ser bem mais expressiva, de 5,6%.

O maior volume no mês, ajustado por dias úteis, deve ser especialmente puxado pelas operações com recursos direcionados (+30,5%), impulsionadas tanto pelos desembolsos do Plano Safra quanto pelas medidas de auxílio para o Rio Grande do Sul.

Apesar do forte crescimento na margem, o volume de concessões com recursos direcionados deve recuar 8,0% quando comparado com agosto de 2023. O resultado reflete os menores desembolsos do Plano Safra deste ano, com alguns produtores tendo maiores dificuldades para acessar os recursos diante do endurecimento de algumas regras ambientais, segundo informações veiculadas pela imprensa.

Ainda assim, as concessões devem crescer 16,5% ante agosto de 2023,ou 11,8% quando também ajustado pela inflação, beneficiadas pela elevação das concessões com recursos livres (+21,5%). Já na visão acumulada em 12 meses, o volume de concessões deve seguir acelerando, passando de uma alta de 11,2% em julho para 12,0% em agosto.

PRIO

PRIO FORTE S.A.

CNPJ nº 08.926.302/0001-05

Relatório da Administração

O ano de 2022 foi marcado por alterações importantes no âmbito organizacional da Prio Forte S.A. (anteriormente denominada Dommo Energia S.A.) neste relatório denominada "Prio Forte" ou "Companhia". Em janeiro deste ano a Prisma Capital Ltda. ("Prisma") consolidou sua posição como controladora da Companhia, com 51,99% das ações ordinárias, e dentro de suas atribuições, decidiu avaliar opções estratégicas no setor em que atua para melhorar o desempenho da Companhia, contratando o Banco Santander S.A. para assessorar neste levantamento. Em setembro de 2022 foi assinado um memorando de entendimentos com a Prio S.A. para a incorporação total da Companhia e estabeleceu a relação de troca de ações ordinárias e bônus de subscrição da Prio Forte por ações da Prio ou de uma de suas controladas integrais. Em outubro de 2022, em reunião de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Prio Forte aprovaram o protocolo de incorporação, onde ficou definido que a Petro Rio OPCO Exploração Petrolífera S.A. ("OPCO"), controlada integral da Prio, incorporaria 100% das ações e bônus de subscrição da Prio Forte. Por fim, após cumpridas todas as condições precedentes, em 08 de janeiro de 2023 foi concluída a operação de incorporação de ações. Nesta data foi realizado o aumento de capital da OPCO através da emissão de ações preferenciais do tipo PNA e PNB, que foram integralizadas com as ações e bônus de subscrição da Prio Forte, avaliados em R$ 889.970 na data. A operação contemplou a empresa Forte e todas as controladas desta empresa, as quais possui 100% de participação, que são a Dommo R-11 Petróleo e Gás S.A, Óleo e Gás Participações S.A, Dommo Austria GmbH (alterada para Prio O&G Trading & Shipping GmbH), Dommo International GmbH (alterada para Prio O&G International GmbH), Dommo Netherlands BV e Dommo Netherlands Holding BV. **Desempenho Operacional:** Dentre os principais destaques operacionais do ano, estão a produção, que atingiu média de 10,5 mil barris ao longo do ano, 36% maior em comparação ao ano anterior (no trimestre a média foi de 9,1 mil barris, 2% maior que o mesmo trimestre do ano anterior) e o *lifting cost*, que alcançou o menor patamar já registrado, apresentando uma redução de 16% na comparação com ano anterior. A Companhia realizou a venda de 783 mil barris, com preço médio bruto de venda de US$ 81,36, 15% acima do registrado em 2021, devido principalmente à alta da cotação do *Brent* e os custos reduzidos de comercialização no primeiro semestre do ano. O volume produzido aumentou em 30% na comparação com o 4T21 e 40% na comparação com o ano anterior. O aumento é explicado, em sua maior parte, devido à alta eficiência operacional atingida nos três primeiros trimestres do ano. **Comercialização:** No último trimestre do ano, a Companhia viu um crescimento expressivo no valor do desconto aplicado nas vendas de óleo (custos de comercialização), composto por dois fatores: (i) a qualidade do óleo em relação a densidade e nível de enxofre, e (ii) custo do frete para a entrega da carga ao comprador. Tendo em vista o expressivo crescimento do custo de frete marítimo gerado principalmente pelo redesenho dos fluxos de comercialização do óleo russo, a Companhia decidiu vender um volume inferior à sua produção do trimestre, que serão comercializados ainda no primeiro trimestre de 2023, com condições de desconto melhores do que as apresentadas em dezembro, mas ainda consideradas fora do padrão pela Companhia. **Desempenho Financeiro:** No ano, o principal fator que impactou o desempenho financeiro foi o aumento da receita, reflexo do aumento na produção e nas vendas, e da alta do preço do *Brent*, que cresceu 37% na comparação das médias anuais. Assim, a Companhia registrou no ano uma receita liquida de R$ 318.534 mil, representando um aumento de 71,5, refletindo o crescimento de preço e *offtakes*. No trimestre, a Companhia registrou receita 20% menor que no 4T21, devido ao impacto da menor quantidade de barris vendidos no 4T22 e da queda de 9% no preço do *brent* em comparação com o trimestre anterior. A quantidade de barris vendidos foi afetada por um aumento no custo de frete marítimo gerado principalmente pela imposição do "*price cap*" sobre o óleo russo. Por isso, em dezembro, a Companhia decidiu vender um volume inferior à sua produção, que foram vendidos no primeiro trimestre de 2023. Os Custos dos Produtos Vendidos ("CPV") somaram R$ 99 milhões no ano, 24% maiores que o ano anterior devido ao maior volume vendido, porém, demonstrando uma redução no custo unitário. O resultado financeiro da Companhia foi negativo em R$ 190 milhões vs. 83 milhões negativos registrados no ano anterior, impactado negativamente por variação cambial de ativos e passivos em dólar. A Companhia apresentou prejuízo de R$ 332 milhões frente ao lucro de R$ 109 milhões apresentado em 2021, resultado impactado principalmente pelo aumento das provisões para contingências fiscais e gastos com a incorporação de ações da Companhia. A Companhia apresentou um passivo a descoberto (Patrimônio Líquido negativo) em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$ 432 milhões que decorre principalmente dos prejuízos do exercício atual de R$331.788, e de exercícios anteriores. Em 31 de março de 2023 a sua nova controladora, Prio OPCO, aumentou o capital da Prio Forte em R$ 1 bilhão, revertendo a situação de passivo a descoberto. A Administração entende que as atividades operacionais da Prio Forte, em adição ao suporte financeiro do seu acionista controlador, são suficientes para a manutenção de sua continuidade operacional, o que é demonstrado pelos resultados apresentados em 2023 e 2024, que são de lucro nos dois exercícios. Adicionalmente, a Prio tem planos para a transferência dos ativos operacionais de óleo e gás para a Prio Forte, com intuito de organizar sua cadeia de suprimentos e otimizar sua operação.

Balanço Patrimonial - 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1 de janeiro de 2021 (Reapresentados) (Em milhares de reais - R$)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3	18.264	1.204	3.105	123.508	12.182	93.994
Depósitos vinculados	4	4.334	4.645	4.336	4.334	4.645	4.336
Contas a receber	5	-	-	-	132.252	67.497	3.594
Estoque de Óleo	20	7.431	11.209	6.572	7.431	11.209	6.572
Estoques de consumíveis		-	-	-	-	-	13.923
Tributos a recuperar	6	331	8.410	25.461	395	23.163	44.742
Outros créditos		1.194	1.672	1.872	1.194	1.719	1.942
		31.554	**27.140**	**41.346**	**269.114**	**120.415**	**169.103**
Não circulante							
Depósito Judicial	7	21.392	18.109	18.079	21.431	18.109	18.079
Partes relacionadas	17	18.485.884	20.458.994	19.212.067	-	-	-
Direito de Uso		-	156	4.828	-	156	4.828
Investimentos	8	-	-	2.359	-	-	-
Imobilizado	9	21.240	26.395	31.731	21.240	27.863	33.098
Intangível	10	-	-	-	-	-	-
		18.528.516	**20.503.654**	**19.269.064**	**42.671**	**46.128**	**56.005**
Total do ativo		**18.560.070**	**20.530.794**	**19.310.410**	**311.785**	**166.543**	**225.108**

		Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	11	102.477	2.635	143.337	102.611	3.347	150.185
Obrigações trabalhistas	12	27.660	2.551	12.384	27.660	2.551	12.384
Tributos e contribuições sociais	13	69.615	60.577	51.170	72.834	60.566	51.159
Adiantamentos de parceiros	14	29.252	32.975	61.645	29.252	32.975	123.880
Provisão para abandono de instalações	15	-	-	50.810	-	-	50.810
Partes relacionadas	17	-	-	-	-	5.010	-
Arrendamentos a pagar		-	160	4.799	-	160	4.799
Outras obrigações		1.479	7.054	24.072	1.479	7.376	24.948
		230.483	**105.952**	**348.217**	**233.836**	**111.985**	**418.165**
Não circulante							
Arrendamentos a pagar		-	-	-	-	-	-
Provisão para abandono de instalações	15	86.092	92.078	85.746	86.092	92.078	85.746
Provisão para contingências	16	424.509	285.176	303.446	424.509	285.176	303.446
Partes relacionadas	17	14.729.079	16.527.199	15.658.499	-	-	-
Provisão para perda em investimento	8	3.522.559	3.843.085	3.496.751	-	-	-
		18.762.239	**20.747.538**	**19.544.442**	**510.601**	**377.254**	**389.192**
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)							
Capital social realizado	19	612.519	597.213	455.615	612.519	597.213	455.615
Reservas de capital		(115.834)	(159.192)	(159.192)	(115.834)	(159.192)	(159.192)
Ajuste acumulado de conversão		246.952	83.784	75.280	246.952	83.784	75.280
Prejuízos acumulados		(1.176.289)	(844.501)	(953.952)	(1.176.289)	(844.501)	(953.952)
		(432.652)	**(322.696)**	**(582.249)**	**(432.652)**	**(322.696)**	**(582.249)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**18.560.070**	**20.530.794**	**19.310.410**	**311.785**	**166.543**	**225.108**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Reapresentado) (Em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
			Reapresentado		Reapresentado
Receita líquida de serviços	19	301.443	175.679	318.534	185.718
Custos dos produtos vendidos	20	(97.627)	(79.447)	(98.792)	(79.447)
Resultado bruto		**203.816**	**96.232**	**219.742**	**106.271**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com pessoal		(87.080)	(12.212)	(87.152)	(12.264)
Despesas gerais e administrativas		(5.134)	(5.405)	(5.144)	(5.435)
Despesas com serviços de terceiros		(11.997)	(8.271)	(13.274)	(4.058)
Impostos e taxas		(1.666)	(4.542)	(1.772)	(4.542)
Despesa de depreciação e amortização		(160)	(303)	(160)	(303)
Resultado de equivalência patrimonial	8	155.887	(359.336)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(239.631)	47.298	(238.188)	112.541
Resultado operacional antes resultado financeiro		**14.035**	**(246.539)**	**(125.948)**	**192.210**
Receitas financeiras	22	10.537	5.628	1.556	852
Despesas financeiras	22	(1.015)	(61.198)	(1.598)	(71.654)
Variações cambiais, líquidas	22	(343.206)	411.560	(190.442)	(11.957)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(319.649)**	**109.451**	**(316.432)**	**109.451**
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(12.139)	-	(15.356)	-
Lucro (prejuízo) do exercício		**(331.788)**	**109.451**	**(331.788)**	**109.451**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Reapresentado) (Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		Reapresentado		Reapresentado
Resultado do exercício (antes de impostos)	**(319.649)**	**109.451**	**(316.432)**	**109.451**
Depreciação e amortização	6.144	3.991	6.144	28.399
Resultado financeiro	330.672	(416.501)	145.574	4.754
Resultado de equivalência patrimonial	(155.887)	359.336	-	-
Remuneração com base em plano de ações	43.358	-	43.358	-
Baixa de ativo permanente	424	(57.302)	424	(80.900)
Provisão para contingências/perdas/abandono	142.372	(9.391)	142.372	12.172
	47.434	**(10.416)**	**21.440**	**73.876**
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	-	-	(64.755)	(63.903)
Tributos a recuperar	3.082	17.051	22.628	21.579
Estoque de óleo	7.071	(4.028)	7.071	(4.080)
Partes relacionadas	433.422	197.798	-	5.203
Depósito e cauções	(3.283)	(309)	(3.322)	(309)
Outros créditos	(4.805)	-	126	-
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	111.968	896	98.157	(5.240)
Obrigações trabalhistas	25.735	(9.833)	25.144	(9.833)
Adiantamento de parceiros em operações de E&P	(3.723)	-	(3.723)	-
Tributos e contribuições sociais	(2.181)	9.749	(2.316)	9.749
Partes relacionadas	(613.855)	(175.679)	(5.010)	-
Contingências	872	-	872	-
Outras obrigações	17	(24.612)	(292)	(108.476)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades operacionais	**1.754**	**617**	**96.020**	**(81.434)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aumento de capital em participações acionárias	-	(2.140)	-	-
(Compra) venda de ativo imobilizado	-	(378)	-	(378)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades de investimento	**-**	**(2.518)**	**-**	**(378)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
(Redução) Integralização de capital	15.306	-	15.306	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades de financiamento	**15.306**	**-**	**15.306**	**-**
Ajuste de conversão	-	-	-	-
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**17.060**	**(1.901)**	**111.326**	**(81.812)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.204	3.105	12.182	93.994
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	18.264	1.204	123.508	12.182
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**17.060**	**(1.901)**	**111.326**	**(81.812)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Reapresentado) (Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		Reapresentado		Reapresentado
Resultados do exercício	**(331.788)**	109.451	**(331.788)**	109.451
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	**163.168**	8.504	**163.168**	8.504
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**(168.620)**	**117.955**	**(168.620)**	**117.955**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1 de janeiro de 2021 (Reapresentados) (Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste acumulado de conversão	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021 (reapresentado)	**455.615**	**(159.192)**	**75.280**	**(953.952)**	**(582.249)**
Integralização de capital	141.598	-	-	-	141.598
Ajustes acumulados de conversão	-	-	8.504	-	8.504
Lucro líquido do exercício	-	-	-	109.451	109.451
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	**597.213**	**(159.192)**	**83.784**	**(844.501)**	**(322.696)**
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**597.213**	**(159.192)**	**83.784**	**(844.501)**	**(322.696)**
Integralização de capital	15.306	-	-	-	15.306
Pagamento baseado em ações	-	43.358	-	-	43.358
Ajustes acumulados de conversão	-	-	163.168	-	163.168
Prejuízo do exercício	-	-	-	(331.788)	(331.788)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**612.519**	**(115.834)**	**246.952**	**(1.176.289)**	**(432.652)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado (Informação suplementar para fins de IFRS) 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Reapresentado) (Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		Reapresentado		Reapresentado
Receitas				
Vendas de petróleo e gás	301.443	175.679	318.534	185.718
	301.443	175.679	318.534	185.718
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros e outros	(11.997)	39.074	(13.274)	130.263
Despesas com geologia e geofísica	-	-	-	-
Custos dos serviços	(66.890)	(59.743)	(68.055)	(59.692)
Valor adicionado bruto	222.556	155.010	237.205	256.289
Depreciação e amortização	(6.144)	(3.991)	(6.144)	(28.399)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	216.412	151.019	231.061	227.890
Valor adicionado recebido em transferência				
Receita financeira	10.537	5.628	1.556	852
Resultado de equivalência patrimonial	155.887	(359.336)	-	-
Valor adicionado total a distribuir	**382.836**	**(202.689)**	**232.617**	**228.742**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**87.080**	**14.703**	**87.152**	**14.756**
Remuneração Direta	85.161	12.779	85.233	12.832
Benefícios	1.631	1.574	1.631	1.574
FGTS	288	350	288	350
Impostos, taxas e contribuições	**13.805**	**69.635**	**17.128**	**67.040**
Federais	13.805	69.635	17.128	67.040
Estaduais		-		-
Municipais		-		-
Remuneração de capitais de terceiros	**613.739**	**(396.478)**	**460.125**	**37.495**
Juros (Despesa financeira)	344.221	(350.362)	192.040	83.611
Aluguéis	-	-		-
Outras (royalties e outras despesas)	269.518	(46.116)	268.085	(46.116)
Remuneração de capitais próprios	**(331.788)**	**109.451**	**(331.788)**	**109.451**
Lucro (prejuízo) do exercício	(331.788)	109.451	(331.788)	109.451

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Prio Forte S.A. (anteriormente denominada Dommo Energia S.A. conforme a nota explicativa de eventos subsequentes), neste relatório denominada "Prio Forte" ou "Companhia", foi constituída em 27 de junho de 2007. Com sede na cidade do Rio de Janeiro tem como objeto social a exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos e outras atividades ligadas ou conexas a estas. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia poderá, ainda, diretamente ou através de subsidiárias, exercer as atividades integrantes de seu objeto social no País ou fora do território nacional e participar do capital de outras sociedades. Tubarão Azul: A produção de petróleo do Campo de Tubarão Azul foi iniciada em janeiro de 2012 e permaneceu em produção até meados de 2015. Considerando que não se encontrou alternativa viável para continuar as atividades no Campo, a devolução da concessão foi solicitada à ANP, conforme fato relevante divulgado em 20 de setembro de 2016 pela Companhia. Foi iniciado em 2017 o processo de descomissionamento do campo e abandono dos poços. Conforme fato relevante divulgado no dia 22 de janeiro de 2016, foi concluída a desmobilização do navio de produção FPSO OSX-1 que operava no Campo de Tubarão Azul. O abandono dos poços foi concluído no segundo trimestre de 2018 e o descomissionamento do campo está em andamento, com expectativa de conclusão em 2026, com valores ainda retidos como forma de garantia de conclusão, conforme divulgado na nota explicativa 4. Tubarão Martelo ("TBMT"): Em 03 de agosto de 2020 a Companhia concluiu a venda de 80% de participação no Campo de Tubarão Martelo para a Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. ("PrioOG"), passando a ter 20% de participação e deixando de ser a operadora do Campo. Na negociação, 100% do valor de abandono do Campo ficou sob responsabilidade da PrioOG, tendo sido baixado todo o saldo registrado no passivo da Companhia. O Campo de Tubarão Martelo está situado no sul da Bacia de Campos, a cerca de 86 quilômetros da costa do Estado do Rio de Janeiro. A licença cobre uma área de aproximadamente 32 km², com lâmina d'água média de 110m. O Campo produziu em 2022 aproximadamente 10,5 mil barris de petróleo por dia (7,7 mil barris de petróleo por dia em 2021). Conexão entre os Campos de Polvo e Tubarão Martelo: Em 14 de julho de 2021, foi concluída a interligação ("tieback") entre os campos de Polvo, 100% de participação da Prio O&G, e Tubarão Martelo. O projeto de interligação entre a Plataforma Polvo-A e o FPSO Bravo, que teve duração total de 11 meses, possibilitou uma redução de custos operacionais além de gastos com manutenção e diesel. A redução dos custos absolutos do novo cluster permite que mais óleo seja recuperado nos reservatórios, durante um maior período, aumentando consideravelmente o fator de recuperação dos campos. A partir da conexão a Prio Forte passou a ter o direito sobre 5% do óleo do polo Polvo e Tubarão Martelo até os primeiros 30 milhões de barris de óleo produzido, que reduzirá para 4% do óleo do polo após 30 milhões de barris produzidos. Todos os novos investimentos e o abandono do campo serão de responsabilidade da operadora PrioOG, com os custos sendo compartilhados para a adequação da participação de cada parte no cluster. Em 08 de janeiro de 2023 foi concluída a operação de incorporação de ações da Prio Forte pela Petro Rio OPCO Exploração Petrolífera Ltda. ("Prio OPCO"), controlada integral do grupo Prio S.A. ("Prio" ou "Grupo Prio"), através da compra de 100% das ações. Nesta data foi realizado o aumento de capital da OPCO através da emissão de ações preferenciais do tipo PNA e PNB, que foram integralizadas com as ações e bônus de subscrição da Prio Forte, avaliados em R$ 889.970. A operação contemplou a empresa Forte, detentora de 20% de participação no Campo de Tubarão Martelo, e todas as controladas desta empresa, as quais possui 100% de participação, que são a Dommo R-11 Petróleo e Gás S.A, Óleo e Gás Participações S.A, Dommo Austria GmbH (alterada para Prio O&G Trading & Shipping GmbH), Dommo International GmbH (alterada para Prio O&G International GmbH), Dommo Netherlands BV e Dommo Netherlands Holding BV. A partir desta data, todas as ações da Prio Forte, incluindo os bônus de subscrição, foram transferidas para a Prio OPCO, que em troca emitiu ações preferenciais e entregou aos antigos acionistas da Prio Forte. A Companhia apresentou um passivo a descoberto (Patrimônio Líquido negativo) em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$ 432.652 (R$ 322.696 em 31 de dezembro de 2021) que decorre principalmente dos prejuízos do exercício atual de R$331.788, e de exercícios anteriores. Em 31 de março de 2023 a sua nova controladora, Prio OPCO, aumentou o capital da Prio Forte em R$ 1.000.000, revertendo a situação de passivo a descoberto. A Administração entende que as atividades operacionais da Prio Forte, em adição ao suporte financeiro do seu acionista controlador, são suficientes para a manutenção de sua continuidade operacional, o que é demonstrado pelos resultados apresentados em 2023 e 2024, que são de lucro nos dois exercícios. Adicionalmente, a Prio tem planos para a transferência dos ativos operacionais de óleo e gás para a Prio Forte, com intuito de organizar sua cadeia de suprimentos e otimizar sua operação. **2. Políticas contábeis materiais às demonstrações financeiras:** 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os Procedimentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de setembro de 2024. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos valores e transações mensurados pelo valor justo, quando indicados. 2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas: As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o exercício estão incluídos nas informações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

			Participação			
			31/12/2022		31/12/2021	
Empresas consolidadas integralmente	**Referência**	**Situação**	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Dommo R-11 Petróleo e Gás S.A.	"R-11"	Inativa	100,00%	-	100,00%	-
Óleo e Gás Participações S.A.	"OGPar"	Inativa	100,00%	-	100,00%	-
Prio O&G International GmbH (Dommo International GmbH)	"PrioOGIntl"	Holding	100,00%	-	100,00%	-
Prio O&G Trading & Shipping GmbH (Dommo Austria GmbH)	"PrioAustria"	Trading	-	100,00%	-	100,00%
Dommo Netherlands Holding BV	"Ned Holding"	Inativa	-	100,00%	-	100,00%
Dommo Netherlands BV	"PrioNed"	Inativa	-	100,00%	-	100,00%

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação: Em atendimento à legislação brasileira, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. A conversão dos saldos em moeda estrangeria está conforme destacado: • Os ativos e passivos são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço (taxa de fechamento); • Demonstrações do resultado, resultado abrangente, fluxo de caixa e valor adicionado são convertidas pela taxa de câmbio da data das operações (taxa diária); e • Patrimônio líquido é convertido pela taxa histórica. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de "Ajustes acumulados de conversão". A Administração da Companhia monitora periodicamente os indicadores primários e secundários que definem a moeda funcional a ser utilizada. A Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real, e a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano, principalmente em decorrência dos seus custos de operação incorridos. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Adicionalmente, as entidades adquiridas no processo de aquisição do controle da Prio Forte, em janeiro de 2023, também tiveram sua moeda funcional alterada para o dólar norte-americano, na data da aquisição, por apresentarem a mesma estrutura das empresas da controladora Prio. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa: São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. 2.6. Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável. 2.7. Estoques de óleo: Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar o produto à sua localização e condição são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção. O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda. 2.8. Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás: Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, a Companhia, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - "*Exploration for and evaluation of mineral resources*". 2.8.1. Imobilizado: É registrado ao custo de aquisição ou construção, ajustado, quando aplicável, ao seu valor de recuperação, sendo representado, sobretudo, por ativos associados às fases de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, como, por exemplo, gastos com perfuração e completação, plataforma fixa e equipamentos de E&P. Inclui, ainda, máquinas e equipamentos e

PRIO

PRIO FORTE S.A.

CNPJ nº 08.926.302/0001-05

outros ativos tangíveis utilizados para fins administrativos, como móveis, equipamentos telefônicos e equipamentos de informática. O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício. Os ativos relacionados diretamente à produção de petróleo e gás cuja vida útil é determinada pelo prazo de concessão do campo, são depreciados pelo método das unidades produzidas, incluindo direitos e concessões como o bônus de assinatura. Direitos de concessão exploratória, bônus de assinatura e outros gastos com aquisição de concessões durante a fase exploratória são registrados como ativo intangível. Gastos com aquisição de concessões na fase exploratória e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação. Os ativos relacionados diretamente à produção de petróleo e gás cuja vida útil é determinada pelo prazo de concessão do campo, são depreciados pelo método das unidades produzidas, incluindo direitos e concessões como o bônus de assinatura. 2.8.2. Esforços bem-sucedidos: Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo são registrados de acordo com o método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts*). Este método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia & geofísica e de sísmica devem ser considerados despesas do exercício. Adicionalmente, os poços exploratórios secos e os gastos vinculados a áreas não-comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal. 2.8.3. Gastos com abandono: Os gastos com abandono das áreas de desenvolvimento e produção de petróleo são registrados como ativo intangível em contrapartida de uma provisão no passivo. 2.8.4. Depreciação: Os gastos capitalizados oriundos de exploração e desenvolvimento da produção, bem como os FPSOs e equipamentos submarinos, são depreciados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas (UOP - Units of Production). Nesse método a taxa de depreciação mensal é obtida dividindo-se a produção mensal pelo saldo total estimado das reservas (provada desenvolvida) no início do mês. Anualmente, a Companhia revisa o saldo total das reservas. Máquinas e equipamentos são depreciados pelo método linear às taxas mencionadas na nota de imobilizado, que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com seus respectivos valores residuais. 2.9. Gastos associados ao Join Operating Agreement (JOA), do campo de Tubarão Martelo: A PrioOG, como operadora do campo de Tubarão Martelo, é responsável por contratar e liquidar todos os fornecedores desta concessão. Mensalmente os desembolsos projetados para o mês subsequente são estimados e cobrados da Companhia através da figura de *cash calls*, e a comprovação de gastos é realizada através dos *billing statements*. 2.10. Avaliação do valor recuperável dos ativos: De acordo com o CPC 01, a Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos imobilizado, intangível, ativo por direito de uso, imposto de renda e contribuição social diferidos e outros ativos circulantes e não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. Quando houver perdas decorrentes das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. A avaliação é efetuada em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. Não há registros complementar de provisão para perda por redução a valor recuperável do ativo não financeiro de longo prazo nos exercícios de 2022 e 2021. A Companhia determina o Campo como menor unidade geradora de caixa. 2.11. Tributos sobre o lucro: 2.11.1 - Imposto de renda e contribuição social correntes: Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. 2.11.2 - Imposto de renda e contribuição social diferido: Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. 2.11.3 - ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro: A ICPC 22 esclarece critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação das incertezas dos tributos sobre o lucro, haja vista a ausência de explanações nesse sentido no Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (CPC 32) e divergências entre os procedimentos adotados pelas empresas. A Companhia avaliou os efeitos e não há impactos para as suas demonstrações financeiras. 2.12. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. 2.12.1 - Ativos financeiros: Os ativos financeiros da Companhia são classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado, (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado. Ativos financeiros ao custo amortizado: Incluem contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedores, empréstimos a coligadas, entre outros ativos financeiros que são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida, os quais se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquiridos principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir: • Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou • Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou • Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou • Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. 2.12.2 - Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debentures, e instrumentos financeiros derivativos. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e passivos financeiros ao custo amortizado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado: Empréstimos e financiamentos e debêntures contraídos são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. A mensuração subsequente é feita pelo método de custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. 2.13. Apuração do Resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência do controle e dos seus benefícios e riscos inerentes a terceiros, sendo reconhecidos apenas se todas as obrigações de desempenho previstas nos contratos com clientes tiverem sido cumpridas e puderem ser mensuradas com confiabilidade. 2.14. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas, despesas e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis as Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. • Transações com pagamentos baseados em ações: O custo de transações liquidadas em ações com funcionários é baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais mensurado na data da sua outorga através do modelo de precificação *Black-Scholes,* que considera entre suas premissas o valor da ação na data da outorga, prazos, volatilidade e o preço de compra definido pelos programas de opções. • Tributos: Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. • Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. • Provisão para abandono de instalações: Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para o abandono das instalações e remoção de ativos do local para remediar os danos ambientais causados e ao momento esperado desses custos. Ao estimar o custo esperado, a Companhia leva em consideração, dentre outros fatores, as mudanças na legislação ambiental e regulamentações que podem afetar o processo de desmontagem e remoção da planta. • Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas. 2.15.Questões climáticas: A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos na Companhia devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. 2.16. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas: Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considera, quando aplicável, as novas revisões e interpretações às IFRS e os pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreu nenhuma alteração que afetasse as demonstrações financeiras da Companhia. 2.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
CPC 37 (R1), CPC 48; CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)	As alterações aos pronunciamentos descritos são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: (1) Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; (2) Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e (3) Referências à estrutura conceitual.	1º de janeiro de 2022
Alterações ao IFRS 16	Passivo de Locação em um Sale and Leaseback	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024

2.18. CPC 23 - Políticas contábeis materiais, mudanças de estimativas e retificação de erro: Reapresentação de valores correspondentes: Após reavaliação de determinados temas e objetivando melhor apresentação da sua posição patrimonial e do desempenho operacional e econômico da Companhia, bem como a melhor aplicação interpretativa das normas emitidas pelo IASB e pelo CPC, a Companhia reabriu suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores e procedeu com os seguintes ajustes: **Ativo:** a. Tributos a recuperar - Desreconhecimento de créditos de impostos não recuperáveis à época. b. Imobilizado - Reconhecimento de baixas do imobilizado vendidos em agosto de 2020. c. Intangível - Reconhecimento de baixas do intangível de empresas liquidadas antes de 2020. **Passivo:** d. Tributos e contribuições sociais - Complemento de provisão de imposto de renda retido na fonte sobre arrendamento de FPSO vigente até agosto de 2020 e variação cambial sobre o valor. e. Provisão de abandono - Complemento de provisão de abandono, conforme estudo de especialistas terceiros, identificada com base no exercício de 2020, e variação cambial do valor. f. PIS e COFINS diferidos - Desreconhecimento de PIS e COFINS diferidos, reconhecidos sobre a variação cambial de empréstimos com partes relacionadas à luz das interpretações tributárias à época. **Patrimônio Líquido:** g. Prejuízos acumulados - Reflexo dos ajustes destacados acima. Os ajustes a, d, e e f, além de efeitos no prejuízo acumulado de 2021, também tiveram efeito no resultado de 2021. **Reclassificações entre linhas:** Além dos ajustes acima, a Administração efetuou reclassificações realizadas entre linhas apenas para fins de adequação às políticas contábeis e aos demonstrativos financeiros utilizados no Grupo Prio, não afetando o resultado do exercício atual nem de exercícios anteriores. A seguir listamos as principais reclassificações: 1 - Reclassificação entre circulante e não circulante do saldo de tributos a recuperar, em função do prazo de liquidação; 2 - Abertura do saldo de depósitos judiciais, anteriormente apresentado em outros créditos, e reclassificação para o não circulante; 3 - Reclassificação do saldo de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas para uma única rubrica com partes relacionadas, tanto no ativo quanto no passivo; 4 - Reclassificação de investimento em controlada com saldo negativo que estavam apresentados nas linhas de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas e investimentos para provisão para perda de investimento no passivo; 5 - Reclassificação de saldo de adiantamento de parceiros apresentado na linha de outras obrigações; 6 - Reclassificação do saldo de partes relacionadas no passivo circulante, para não circulante, tendo em vista que é com controlada da Forte e a Administração não tem intenção em liquidar; 7 - Reclassificação de passivo não circulante para circulante de saldo com arrendamento a pagar, em função da data de vencimento; 8 - Abertura da rubrica de provisões diversas, no passivo não circulante, entre provisão para abandono circulante e não circulante e provisão para contingências. 9 - Reclassificação de ativo não circulante para circulante de saldo de estoque de consumíveis; 10 - No resultado, abertura das despesas administrativas e gerais por natureza; 11 - Reclassificação de reversão de impairment para outras receitas e despesas, para apresentação em conjunto com o saldo de ativos e passivos efetivamente baixados. 12 - No fluxo de caixa, reclassificação de variação cambial e juros sobre empréstimos para a rubrica de resultado financeiro; 13 - Reclassificação de reversão de impairment e baixa de ativo imobilizado para rubrica de baixa de ativos permanentes; 14 - Reclassificação de linhas de reversão e provisão para a linha de provisão para contingências/perdas/abandono; 15 - Reclassificação de amortização de principal em financiamento com partes relacionadas para a linha de partes relacionadas.

Controladora

Balanço Patrimonial	Ref.		01/01/2021 Original	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado	31/12/2021 Original	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado
Ativo Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa			3.105	-	-	3.105	1.204	-	-	1.204
Depósitos vinculados			4.336	-	-	4.336	4.645	-	-	4.645
Contas a receber			-	-	-	-	-	-	-	-
Estoque de Óleo			6.572	-	-	6.572	11.209	-	-	11.209
Estoque de Consumíveis			-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	a	1	-	88.088	(62.627)	25.461	-	71.274	(62.864)	8.410
Outros créditos		2	19.951	(18.079)	-	1.872	19.781	(18.109)	-	1.672
			33.964	**70.009**	**(62.627)**	**41.346**	**36.839**	**53.165**	**(62.864)**	**27.140**
Ativo Não Circulante										
Estoques			-	-	-	-	-	-	-	-
Depósito Judicial		2	-	18.079	-	18.079	-	18.109	-	18.109
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas		3, 4	18.562.304	(18.562.304)	-	-	19.759.552	(19.759.552)	-	-
Partes relacionadas		3	554.769	18.657.298	-	19.212.067	595.329	19.863.665	-	20.458.994
Tributos a recuperar		1	88.088	(88.088)	-	-	71.274	(71.274)	-	-
Direito de Uso			4.828	-	-	4.828	156	-	-	156
Investimentos		4	91.458	(89.099)	-	2.359	169.367	(169.367)	-	-
Imobilizado	b		33.798	-	(2.067)	31.731	28.462	-	(2.067)	26.395
Intangível	c		10	-	(10)	-	10	-	(10)	-
			19.335.255	**(64.114)**	**(2.077)**	**19.269.064**	**20.624.150**	**(118.419)**	**(2.077)**	**20.503.654**
Total do Ativo			**19.369.219**	**5.895**	**(64.704)**	**19.310.410**	**20.660.989**	**(65.254)**	**(64.941)**	**20.530.794**
Passivo Circulante										
Fornecedores			143.337	-	-	143.337	2.635	-	-	2.635
Obrigações trabalhistas			12.384	-	-	12.384	2.551	-	-	2.551
Tributos e contribuições sociais	d		45.460	-	5.710	51.170	50.667	-	9.910	60.577
Adiantamentos de parceiros		5	-	61.645	-	61.645	-	32.975	-	32.975
Partes relacionadas		6	247.190	(247.190)	-	-	290.698	(290.698)	-	-
Provisão para abandono		8	-	50.810	-	50.810	-	-	-	-
Provisões diversas			844	(844)	-	-	844	(844)	-	-
Arrendamentos a pagar		7	1.617	3.182	-	4.799	160	-	-	160
Outras obrigações		5	85.717	(61.645)	-	24.072	61.104	(54.050)	-	7.054
			536.549	**(194.042)**	**5.710**	**348.217**	**408.659**	**(312.617)**	**9.910**	**105.952**
Passivo Não circulante										
Arrendamentos a pagar		7	3.182	(3.182)	-	-	-	-	-	-
Provisões diversas		8	374.183	(374.183)	-	-	306.339	(306.339)	-	-
Provisão para contingências		8	-	303.446	-	303.446	-	285.176	-	285.176
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas		3, 4	18.279.612	(18.279.612)	-	-	19.449.657	(19.449.657)	-	-
Partes relacionadas		3, 6	622.553	15.035.946	-	15.658.499	674.108	15.853.091	-	16.527.199
Provisão para perda em investimento		4	-	3.496.751	-	3.496.751	-	3.843.085	-	3.843.085
Provisão para abandono	e	8	-	20.771	64.975	85.746	-	22.007	70.071	92.078
PIS e COFINS diferidos	f		307.502	-	(307.502)	-	369.673	-	(369.673)	-
			19.587.032	**199.937**	**(242.527)**	**19.544.442**	**20.799.777**	**247.363**	**(299.602)**	**20.747.538**
Patrimônio líquido										
Capital social realizado			455.615	-	-	455.615	597.213	-	-	597.213
Reservas de capital			(159.192)	-	-	(159.192)	(159.192)	-	-	(159.192)
Ajuste acumulado de conversão			75.280	-	-	75.280	83.784	-	-	83.784
Prejuízos acumulados	g		(1.126.065)	-	172.113	(953.952)	(1.069.252)	-	224.751	(844.501)
			(754.362)	**-**	**172.113**	**(582.249)**	**(547.447)**	**-**	**224.751**	**(322.696)**
Total do Passivo			**19.369.219**	**5.895**	**(64.704)**	**19.310.410**	**20.660.989**	**(65.254)**	**(64.941)**	**20.530.794**

Consolidado

Balanço Patrimonial	Ref.		01/01/2021 Original	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado	31/12/2021 Original	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado
Ativo Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa			93.994	-	-	93.994	12.182	-	-	12.182
Depósitos vinculados			4.336	-	-	4.336	4.645	-	-	4.645
Contas a receber			3.594	-	-	3.594	67.497	-	-	67.497
Estoque de Óleo			6.520	52	-	6.572	11.209	-	-	11.209
Estoque de Consumíveis		9	-	13.923	-	13.923	-	-	-	-
Tributos a recuperar	a	1	-	107.369	(62.627)	44.742	-	86.027	(62.864)	23.163
Outros créditos		2	20.022	(18.080)	-	1.942	19.828	(18.109)	-	1.719
			128.466	**103.264**	**(62.627)**	**169.103**	**115.361**	**67.918**	**(62.864)**	**120.415**
Ativo Não Circulante										
Estoques		9	13.923	(13.923)	-	-	-	-	-	-
Depósito Judicial		2	-	18.079	-	18.079	-	18.109	-	18.109
Tributos a recuperar		1	107.369	(107.369)	-	-	86.027	(86.027)	-	-
Direito de Uso			4.828	-	-	4.828	156	-	-	156
Investimentos			51	(51)	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	b		35.165	-	(2.067)	33.098	29.930	-	(2.067)	27.863
Intangível	c		10	-	(10)	-	10	-	(10)	-
			161.346	**(103.264)**	**(2.077)**	**56.005**	**116.123**	**(67.918)**	**(2.077)**	**46.128**
Total do Ativo			**289.812**	**-**	**(64.704)**	**225.108**	**231.484**	**-**	**(64.941)**	**166.543**
Passivo Circulante										
Fornecedores			150.185	-	-	150.185	3.347	-	-	3.347
Obrigações trabalhistas			12.384	-	-	12.384	2.551	-	-	2.551
Tributos e contribuições sociais	d		45.449	-	5.710	51.159	50.656	-	9.910	60.566
Adiantamentos de parceiros		5	-	123.880	-	123.880	-	32.975	-	32.975
Partes relacionadas			-	-	-	-	5.010	-	-	5.010
Provisão para abandono		8	-	50.810	-	50.810	-	-	-	-
Provisões diversas			844	(844)	-	-	844	(844)	-	-
Arrendamentos a pagar		7	1.617	3.182	-	4.799	160	-	-	160
Outras obrigações		5	148.828	(123.880)	-	24.948	40.351	(32.975)	-	7.376
			359.307	**53.148**	**5.710**	**418.165**	**102.919**	**(844)**	**9.910**	**111.985**

PRIO

PRIO FORTE S.A.

CNPJ nº 08.926.302/0001-05

Balanço Patrimonial	Ref.	Consolidado 01/01/2021 Original	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado	31/12/2021 Original	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado
Passivo Não circulante									
Arrendamentos a pagar	7	3.182	(3.182)	-	-	-	-	-	-
Provisões diversas	8	374.183	(374.183)	-	-	306.339	(306.339)	-	-
Provisão para contingências	8	-	303.446	-	303.446	-	285.176	-	285.176
Provisão para abandono	e 8	-	20.771	64.975	85.746	-	22.007	70.071	92.078
PIS e COFINS diferidos	f	307.502	-	(307.502)	-	369.673	-	(369.673)	-
		684.867	**(53.148)**	**(242.527)**	**389.192**	**676.012**	**844**	**(299.602)**	**377.254**
Patrimônio líquido									
Capital social realizado		455.615	-	-	455.615	597.213	-	-	597.213
Reservas de capital		(159.192)	-	-	(159.192)	(159.192)	-	-	(159.192)
Ajuste acumulado de conversão		75.280	-	-	75.280	83.784	-	-	83.784
Prejuízos acumulados	g	(1.126.065)	-	172.113	(953.952)	(1.069.252)	-	224.751	(844.501)
		(754.362)	**-**	**172.113**	**(582.249)**	**(547.447)**	**-**	**224.751**	**(322.696)**
Total do Passivo		**289.812**	**-**	**(64.704)**	**225.108**	**231.484**	**-**	**(64.941)**	**166.543**

Demonstração de resultado	Ref.	Controladora 31/12/2021 Original	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado	Consolidado 31/12/2021 Original	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida de serviços		175.679	-	-	175.679	185.718	-	-	185.718
Custos dos produtos vendidos		(79.447)	-	-	(79.447)	(79.396)	(51)	-	(79.447)
Resultado bruto		**96.232**	**-**	**-**	**96.232**	**106.322**	**(51)**	**-**	**106.271**
Receitas (despesas) operacionais									
Despesas com pessoal	10	-	(12.212)	-	(12.212)	-	(12.264)	-	(12.264)
Despesas gerais e administrativas	10	-	(5.405)	-	(5.405)	-	(5.435)	-	(5.435)
Despesas com serviços de terceiros	10	-	(8.271)	-	(8.271)	-	(4.058)	-	(4.058)
Impostos e taxas	d	-	-	(4.542)	(4.542)	-	-	(4.542)	(4.542)
Despesa de depreciação e amortização	10	-	(303)	-	(303)	-	(303)	-	(303)
Resultado de equivalência patrimonial		(359.336)	-	-	(359.336)	-	-	-	-
Despesas administrativas e gerais	10	(26.191)	26.191	-	-	(22.060)	22.060	-	-
Reversão da perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	11	566.160	(566.160)	-	-	589.754	(589.754)	-	-
Reversão da provisão para perda com investimentos		-	-	-	-	223.273	(223.273)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	a, f 11	(580.796)	566.160	61.934	47.298	(762.471)	813.078	61.934	112.541
Resultado operacional antes resultado financeiro		**(303.931)**	**-**	**57.392**	**(246.539)**	**134.818**	**-**	**57.392**	**192.210**
Receitas financeiras		5.628	-	-	5.628	852	-	-	852
Despesas financeiras		(6.055)	(55.143)	-	(61.198)	(16.511)	(55.143)	-	(71.654)
Outras despesas financeiras		(55.143)	55.143	-	-	(55.143)	55.143	-	-
Variações cambiais, líquidas	d, e	416.314	-	(4.754)	411.560	(7.203)	-	(4.754)	(11.957)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**56.813**	**-**	**52.638**	**109.451**	**56.813**	**-**	**52.638**	**109.451**
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício		**56.813**	**-**	**52.638**	**109.451**	**56.813**	**-**	**52.638**	**109.451**

Demonstração de Resultados Abrangentes	Ref	Controladora e Consolidado 31/12/2021 Original	Ajustes	Reapresentado
Resultados do exercício	a, d, e, f	56.813	52.638	109.451
Ajuste de Conversão de moeda estrangeira		8.504	-	8.504
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		**65.317**	**52.638**	**117.955**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Ref.	Capital social	Reserva de capital	Ajuste acumulado de conversão	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021 (original)		**455.615**	**(159.192)**	**75.280**	**(1.126.065)**	**(754.362)**
Ajustes no lucro líquido do exercício	a, b, c, d, e, f	-	-	-	172.113	172.113
Saldos em 1º de janeiro de 2021 (reapresentado)		**455.615**	**(159.192)**	**75.280**	**(953.952)**	**(582.249)**
Integralização de capital		141.598	-	-	-	141.598
Ajustes acumulados de conversão		-	-	8.504	-	8.504
Lucro líquido do exercício		-	-	-	56.813	56.813
Ajustes no lucro líquido do exercício	a, d, e, f	-	-	-	52.638	52.638
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)		**597.213**	**(159.192)**	**83.784**	**(844.501)**	**(322.696)**

Demonstração de Fluxo de Caixa	Ref.	Controladora 31/12/2021 Original	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado	Consolidado 31/12/2021 Original	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Resultado do exercício (antes de impostos)	a, d, e, f	**56.813**	**-**	**52.638**	**109.451**	**56.813**	**-**	**52.638**	**109.451**
Depreciação e amortização		3.991	-	-	3.991	28.399	-	-	28.399
Resultado financeiro	d, e 12	-	(421.255)	4.754	(416.501)	-	-	4.754	4.754
Resultado de equivalência patrimonial		359.336	-	-	359.336	-	-	-	-
Baixa de ativo permanente	13	-	(57.302)	-	(57.302)	-	(80.900)	-	(80.900)
Provisão para contingências/perdas/abandono	14	-	(9.391)	-	(9.391)	-	12.172	-	12.172
Variação cambial não realizada s/ financiamentos ativos e passivos	12	(416.116)	416.116	-	-	-	-	-	-
Juros/encargos sobre financiamento ativos e passivos provisionados	12	(5.139)	5.139	-	-	-	-	-	-
Reversão no valor de recuperação de ativos - Impairment	13	(566.160)	566.160	-	-	(589.754)	589.754	-	-
Reversão de perdas de estoques		-	-	-	-	13.923	(13.923)	-	-
Baixas ativo imobilizado e intangível	13	508.858	(508.858)	-	-	508.854	(508.854)	-	-
Juros e variação cambial sobre provisão para abandono	14	3.916	(3.916)	-	-	3.916	(3.916)	-	-
Provisões diversas	14	(13.340)	13.340	-	-	(13.340)	13.340	-	-
PIS e COFINS diferidos	f	62.171	-	(62.171)	-	62.171	-	(62.171)	-
Juros decorrente da adoção da IFRS 16	14	(14)	14	-	-	(14)	14	-	-
Ajuste no resultado decorrente da adoção da IFRS 16	14	47	(47)	-	-	47	(47)	-	-
Outros		-	-	-	-	7.640	(7.640)	-	-
		(5.637)	**-**	**(4.779)**	**(10.416)**	**78.655**	**-**	**(4.779)**	**73.876**
(Aumento) redução nos ativos									
Contas a receber		-	-	-	-	(63.903)	-	-	(63.903)
Tributos a recuperar	a	16.814	-	237	17.051	21.342	-	237	21.579
Estoque de óleo		(4.028)	-	-	(4.028)	(4.080)	-	-	(4.080)
Partes relacionadas		197.798	-	-	197.798	5.203	-	-	5.203
Depósito e cauções		(309)	-	-	(309)	(309)	-	-	(309)
Aumento (redução) nos passivos									
Fornecedores		896	-	-	896	(5.240)	-	-	(5.240)
Obrigações trabalhistas		(9.833)	-	-	(9.833)	(9.833)	-	-	(9.833)
Tributos e contribuições sociais	d	5.207	-	4.542	9.749	5.207	-	4.542	9.749
Partes relacionadas	15	-	(175.679)	-	(175.679)	-	-	-	-
Outras obrigações		(24.612)	-	-	(24.612)	(108.476)	-	-	(108.476)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades operacionais		**176.296**	**(175.679)**	**-**	**617**	**(81.434)**	**-**	**-**	**(81.434)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento									
Aumento de capital em participações acionárias		(2.140)	-	-	(2.140)	-	-	-	-
(Compra) venda de ativo imobilizado		(378)	-	-	(378)	(378)	-	-	(378)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades de investimento		**(2.518)**	**-**	**-**	**(2.518)**	**(378)**	**-**	**-**	**(378)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento									
Amortização de principal de financiamentos com partes relacionadas	15	(175.679)	175.679	-	-	-	-	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades de financiamento		**(175.679)**	**175.679**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Ajuste de conversão		-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		**(1.901)**	**-**	**-**	**(1.901)**	**(81.812)**	**-**	**-**	**(81.812)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.105	-	-	3.105	93.994	-	-	93.994
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		1.204	-	-	1.204	12.182	-	-	12.182
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		**(1.901)**	**-**	**-**	**(1.901)**	**(81.812)**	**-**	**-**	**(81.812)**

Demonstração de Valor Adicionado	Ref.	Controladora 31/12/2021 Original	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado	Consolidado 31/12/2021 Original	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado
Receitas									
Vendas de petróleo e gás		175.679	-	-	175.679	185.718	-	-	185.718
		175.679	**-**	**-**	**175.679**	**185.718**	**-**	**-**	**185.718**
Insumos adquiridos de terceiros									
Serviços de terceiros e outros		-	39.074	-	39.074	-	130.263	-	130.263
Custos dos serviços		-	(59.743)	-	(59.743)	-	(59.692)	-	(59.692)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos, menos royalties, depreciação e amortização		(59.743)	59.743	-	-	(59.692)	59.692	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(527.086)	527.086	-	-	(682.764)	682.764	-	-
Reversão de Impairment		566.160	(566.160)	-	-	589.754	(589.754)	-	-
Valor adicionado bruto		**155.010**	**-**	**-**	**155.010**	**33.016**	**223.273**	**-**	**256.289**
Depreciação e amortização		(3.991)	-	-	(3.991)	(28.399)	-	-	(28.399)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		**151.019**	**-**	**-**	**151.019**	**4.617**	**223.273**	**-**	**227.890**
Valor adicionado recebido em transferência									
Receita financeira		5.628	-	-	5.628	852	-	-	852
Outras despesas financeiras		(55.143)	55.143	-	-	(55.143)	55.143	-	-
Resultado de equivalência patrimonial		(359.336)	-	-	(359.336)	223.273	(223.273)	-	-
Valor adicionado total a distribuir		**(257.832)**	**55.143**	**-**	**(202.689)**	**173.599**	**55.143**	**-**	**228.742**
Distribuição do valor adicionado									
Pessoal		**14.703**	**-**	**-**	**14.703**	**14.756**	**-**	**-**	**14.756**
Remuneração Direta		12.779	-	-	12.779	12.832	-	-	12.832
Benefícios		1.574	-	-	1.574	1.574	-	-	1.574
FGTS		350	-	-	350	350	-	-	350
Impostos, taxas e contribuições		**80.911**	**(16.055)**	**4.779**	**69.635**	**78.316**	**(16.055)**	**4.779**	**67.040**
Federais	a, d,	64.856	-	4.779	69.635	62.261	-	4.779	67.040
Royalties		16.055	(16.055)	-	-	16.055	(16.055)	-	-
Remuneração de capitais de terceiros		**(410.259)**	**71.198**	**(57.417)**	**(396.478)**	**23.714**	**71.198**	**(57.417)**	**37.495**
Juros (Despesa financeira)	d, e	(410.259)	55.143	4.754	(350.362)	23.714	55.143	4.754	83.611
Outras (royalties e outras despesas)	f	-	16.055	(62.171)	(46.116)	-	16.055	(62.171)	(46.116)
Remuneração de capitais próprios		**56.813**	**-**	**52.638**	**109.451**	**56.813**	**-**	**52.638**	**109.451**
Lucro (prejuízo) do exercício	a, d, e, f	56.813	-	52.638	109.451	56.813	-	52.638	109.451

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 31/12/2022	31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	18.264	1.204	108.048	12.158
Aplicações Financeiras	-	-	15.460	24
	18.264	1.204	123.508	12.182
Nacional	2	29	16.123	559
Exterior	18.262	1.175	107.385	11.623

O saldo de caixa e equivalentes de caixa constitui-se de recursos para fins de capital de giro, aplicados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia em instrumentos de liquidez no Brasil (compromissadas, CDB e Fundo de investimento) e no exterior (disponibilidades em conta corrente remuneradas), sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate.

4. Depósitos vinculados

	Controladora 31/12/2022	31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Caixa restrito	4.334	4.645	4.334	4.645
	4.334	4.645	4.334	4.645

Depósito vinculado à prestação de garantia de desativação e/ou fundo de abandono do Campo Tubarão Azul.

5. Contas a receber

	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Petro Rio Luxembourg Trading	132.252	67.497
Total	**132.252**	67.497
Total em moeda estrangeira	132.252	67.497

Contas a receber referentes à produção do Campo de Tubarão Martelo. Do total, R$ 77.633 foram recebidos até o momento da emissão das demonstrações financeiras. Historicamente o contas a receber da Companhia não possui risco de crédito. Dessa forma a Administração não identifica necessidade de constituição de provisão para devedores duvidosos.

6. Tributos a recuperar

	Controladora 31/12/2022	31/12/2021 reapresentado	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021 reapresentado
COFINS a recuperar	-	3.904	-	3.904
PIS a compensar	-	2.826	-	2.826
IRPJ saldo negativo	**331**	327	**364**	8.733
IRRF aplicações financeiras	-	-	**31**	36
CSLL saldo negativo	-	-	-	15
ICMS a recuperar	-	390	-	390
Outros	-	963	-	7.259
Total	**331**	8.410	**395**	23.163

Conforme mencionado na nota 1, em 03 de agosto de 2020, a Companhia concluiu a venda de 80% de participação no campo de Tubarão Martelo para a PrioOG., deixando de ser a operadora do campo, reduzindo de forma significativamente a geração de tributos a recuperar.

7. Depósitos judiciais

	Controladora 31/12/2022	31/12/2021 reapresentado	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021 reapresentado
Ações trabalhistas	448	403	487	403
Ações regulatórias	20.944	17.706	20.944	17.706
Total	**21.392**	18.109	**21.431**	18.109

A Companhia mantém depósitos judiciais para seguir discutindo contingências trabalhistas e regulatórias.

8. Investimentos: a) Informações relevantes sobre as investidas em 31 de dezembro de 2022:

	Óleo e Gás Participações S.A.	Prio O&G International GmbH	Dommo R-11 Petróleo S.A.
Participação Direta	100,00%	100,00%	100,00%
Participação Indireta	0,00%	0,00%	0,00%
Patrimônio líquido	(107.270)	(3.411.526)	(3.763)
Resultado do exercício	(3.312)	150.860	8.339
Total dos ativos	663	27	16.194

b) Composição do investimento

	Controladora 31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Óleo e Gás Participações S.A.	(107.270)	(104.113)	(94.994)
Prio O&G International GmbH	(3.411.526)	(3.726.870)	(3.401.757)
Dommo R-11 Petróleo S.A.	(3.763)	(12.102)	2.359
	(3.522.559)	**(3.843.085)**	**(3.494.392)**
Total no Ativo Investimento	-	-	2.359
Total no Passivo de Provisão para perda em investimentos	(3.522.559)	(3.843.085)	(3.496.751)

c) Movimentação do investimento

	Óleo e Gás Participações S.A.	Prio O&G International GmbH	Dommo R-11 Petróleo S.A.	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021 (reapresentado)	**(94.994)**	**(3.401.757)**	**2.359**	**(3.494.392)**
Aumento/redução de capital	-	2.139	-	2.140
Resultado de equivalência patrimonial	(9.119)	(335.756)	(14.461)	(359.336)
Ajustes de conversão	-	8.504	-	8.503
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	**(104.113)**	**(3.726.870)**	**(12.102)**	**(3.843.085)**
Aumento/redução de capital	-	1.471	-	1.471
Resultado de equivalência patrimonial	(3.312)	150.860	8.339	155.887
Ajustes de conversão	-	163.168	-	163.168
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(107.425)**	**(3.411.371)**	**(3.763)**	**(3.522.559)**

9. Imobilizado (Consolidado): a) Composição do saldo:

	Taxa de Depreciação %	Custo	Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021 Reapresentado
Em operação					
Móveis e utensílios	20	-	-	-	168
Máquinas e equipamentos		-	-	-	13
Equipamentos de informática	4	1.870	(1.221)	649	994
Benfeitorias em imóveis de terceiros		-	-	-	56
Veículos		-	-	-	3
Ativos de Óleo e Gás	UOP	113.230	(92.639)	20.591	26.629
Total		**115.100**	**(93.860)**	**21.240**	**27.863**

b) Movimentação do saldo

	Saldo em 01/01/2022 Reapresentado	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Em operação					
Móveis e utensílios	168	-	(131)	(37)	-
Máquinas e equipamentos	13	-	(4)	(9)	-
Equipamentos de informática	994	-	(272)	(73)	649
Benfeitorias em imóveis de terceiros	56	-	(15)	(41)	-
Veículos	3	-	(3)	-	-
Ativos de Óleo e Gás	26.629	-	-	(6.038)	20.591
Total	**27.863**	**-**	**(425)**	**(6.198)**	**21.240**

	Saldo em 01/01/2021 Reapresentado	Adições	Baixas	Depreciação	Reversão Impairment	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2021 Reapresentado
Em operação							
Móveis e utensílios	203	313	(152)	(196)	-	-	168
Máquinas e equipamentos	45	-	-	(32)	-	-	13
Equipamentos de informática	1.012	-	-	(18)	-	-	994
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.051	46	(943)	(98)	-	-	56
Veículos	3	-	-	-	-	-	3
Ativos de Óleo e Gás *	30.784	19	(353.411)	(28.664)	377.798	103	26.629
Total	**33.098**	**378**	**(354.506)**	**(29.008)**	**377.798**	**103**	**27.863**

A depreciação do imobilizado de ativos de óleo e gás ocorre a partir da declaração de comercialidade e do início da produção, com base no método das unidades produzidas ("UOP").

* No primeiro semestre de 2021 a Administração reverteu provisão para impairment de R$ 353.411 referente aos ativos de óleo e gás dos Campos de Atlanta e Oliva (bloco BS4), registrando a baixa efetiva do ativo no montante de R$ 377.798 em função do acordo celebrado entre as concessionárias do Bloco, Enauta Energia S.A. e Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda.

10. Intangível: Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía participação nos seguintes campos:

País	Bacia	Bloco	Campo	Status	%	Fase	Prazo da Concessão
Brasil	Campos	BMC 41	Tubarão Azul	Operador	100%	Abandono	2039
Brasil	Campos	BMC 39 e 40	Tubarão Martelo (*)	Não operador	20%	Produção	2039

O campo de Tubarão Martelo é operado pela Prio OG, que detém além da operação 80% do campo. O campo de Tubarão Azul encontra-se em fase final de descomissionamento. a) Composição do saldo:

	Taxa de Depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021 Reapresentado
Em operação					
Bônus de assinatura - Tubarão Martelo	UOP	7.023	(7.023)	-	-
Software		-	-	-	-
Total		**7.023**	**(7.023)**	**-**	**-**

O bônus de assinatura é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas ("UOP").

b) Movimentação do saldo

	Saldo em 01/01/2021 Reapresentado	Baixas	Reversão de Impairment	Saldo em 31/12/2021 Reapresentado
Em operação				
Bônus de assinatura - BS4	-	(212.768)	212.768	-
Software	-	-	-	-
Total	**-**	**(212.768)**	**212.768**	**-**

No primeiro semestre de 2021 a Administração reverteu provisão para impairment de R$ 212.768 sobre custo, registrando a baixa efetiva do ativo em função do acordo celebrado entre as concessionárias do Bloco BS4.

11. Fornecedores

	Controladora 31/12/2022	31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores no país	91.477	2.462	91.560	2.630
Fornecedores no exterior	11.000	173	11.051	717
	102.477	2.635	102.611	3.347
Total no passivo circulante	102.477	2.635	102.611	3.347

O saldo de fornecedores registrado em 2022 foi pago em janeiro de 2023. O aumento no saldo deve-se a contratação de consultores para dar suporte à operação de incorporação de ações da Prio Forte pela Prio OPCO.

12. Obrigações trabalhistas

	Controladora e Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Salários	103	339
IRRF	15.529	244
INSS	11.685	889
FGTS	12	29
Provisão de férias	331	1.050
	27.660	2.551

Em 03 de agosto de 2020, a Companhia concluiu a venda de 80% de participação no campo de Tubarão Martelo para a PrioOG, deixando de ser a operadora do campo, reduzindo de forma significativamente os gastos com folha de pagamento e obrigações trabalhistas. Em 2022 o aumento de obrigações trabalhistas na Companhia deve-se aos impostos trabalhistas sobre bônus aos Administradores, que estiveram envolvidos na negociação de venda de controle da Companhia iniciada no final de 2022 e foi pago bônus aos administradores. Os referidos impostos foram liquidados no primeiro trimestre de 2023.

13. Tributos e contribuições sociais a pagar

	Controladora 31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado
Imposto de renda retido sobre arrendamento no exterior	42.406	45.355	42.406	45.355
Imposto de renda retido na fonte	44	1.832	44	1.832
Royalties a pagar	1.866	2.387	1.866	2.387
IRPJ a recolher	9.086	-	11.431	-
CSLL a recolher	3.053	-	3.926	-
COFINS a recolher	4.978	5.275	4.978	5.275
PIS a recolher	835	-	835	1
INSS retido PJ	1	-	1	-
Outros	7.346	5.728	7.347	5.716
	69.615	60.577	72.834	60.566

Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social gerados no Brasil e no Exterior, no montante de R$ 19.686.224 (sendo 34% R$ 6.693.316) passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% a cada exercício no Brasil, não reconhecidos no balanço por não haver expectativa de realização de lucros tributáveis em prazo médio de tempo.

14. Adiantamento de parceiros

	Controladora e Consolidado 31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado
Prio - Tubarão Martelo	29.252	32.975
	29.252	**32.975**

Saldo referente aos cash calls em aberto com a Prio, operadora do Campo de Tubarão Martelo. **15. Provisão para abandono de instalações:** A movimentação do saldo da provisão para abandono de poços no Campo de Tubarão Azul está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado 31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado
Tubarão Azul	86.092	92.078
	86.092	**92.078**

PRIO

PRIO FORTE S.A.

CNPJ nº 08.926.302/0001-05

A Companhia concluiu a fase de abandono de Tubarão Azul relacionada ao tamponamento dos poços. e aA provisão remanescente é para a os gastos que serão incorridos com a retirada de equipamentos submarinos, na presente data ainda em fase de discussão com a ANP, com previsão para a conclusão em 2026. Em 2020, como consequência da venda de 80% do Campo de Tubarão Martelo para Conforme previsão da transação TBMT com a Prio, a Companhia estornou integralmente a provisão para abandono do Campo de Tubarão Martelo quando ocorreu a venda de 80% do campo em 2020. Desde a venda a Prio é responsável integral frente a ANP pela operação do Campo, pois passou a ser de responsabilidade integral da operadora do Campo. **16. Provisão para contingências:** A Administração da Companhia na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço em 31 de dezembro de 2022 e 2021 nos montantes de R$ 424.509 e R$ 285.176, respectivamente, são suficientes para cobrir perdas consideradas prováveis e razoavelmente estimáveis. Natureza das contingências registradas: A Companhia possui atualmente demandas judiciais que apresentam risco provável, que são basicamente reclamações trabalhistas que somam o montante de R$ 3.167, reclamações fiscais no valor de R$ 74.394 e reclamações cíveis/regulatórias no valor de R$ 346.948 (em 31 de dezembro de 2021, R$ 5.780 de reclamações trabalhistas e R$ 279.396 referente a reclamações cíveis/regulatórias). Dentre as causas prováveis, as mais relevantes são uma regulatória da Forte no valor de R$ 243.584 referente a multas sobre o conteúdo local dos períodos de campanha de perfuração dos campos da empresa, e uma fiscal, também da Prio Forte, no montante de R$ 80.343 referente a exigência de imposto de renda retido na fonte de remessas realizadas em 2013 para quitação de contrato de intermediação financeira. Demais causas possíveis de perda: Segundo os consultores jurídicos da Companhia, as causas com risco de perda "possível" somam o montante de R$ 2.052.946 (R$ 1.612.152 em 31 de dezembro de 2021), sendo R$ 96.819 de causas cíveis/regulatórias, R$ 1.566 de causas trabalhistas e R$ 1.955.972 de causas fiscais (R$ 0,00, R$ 4.319 e R$ 1.607.833, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021). As causas com valores mais relevante são: (1) Secretaria de Receita Federal no valor de R$ 823.056, referente ao auto de infração com exigência de IRRF sobre as remessas ao exterior a título de juros decorrentes do Contrato de Pré-Pagamento de Exportação ("PPE"); (2) Secretaria de Receita Federal no valor de R$ 593.677, referente ao auto de infração com glosa de despesas sobre juros não dedutíveis da apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL decorrentes do Contrato de Pré-Pagamento de Exportação ("PPE"); (3) Fazenda Nacional no valor de R$ 84.585 referente à Ação Ordinária ajuizada com o objetivo de desconstituir crédito tributário a título de IRRF; (4) Secretaria de Receita Federal no valor de R$ 143.689, referente ao não reconhecimento do ressarcimento antecipado no montante de 50% do crédito total de Pis e Cofins; (5) Fazenda Nacional no valor de R$ 89.735, referente à exigência de forma antecipada do pagamento do montante histórico de R$ 76.223, decorrente de valores de créditos de Pis e Cofins antecipados pela Receita Federal.

17. Partes relacionadas:

Natureza	Parte relacionada	Taxa	Prazo	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021 Reapresentado	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Pré-pagamento de exportação (PPE)	PrioAustria	9% a.a.	30/07/34	(11.971.141)	(13.134.167)	-	-
Debêntures de Infra-estrutura	PrioAustria	10,5% a.a.	30/07/34	(2.150.701)	(2.150.701)	-	-
Assunção de Senior Unsecured Notes	PrioAustria	-	30/07/34	18.260.488	19.639.564	-	-
Arrendamento de equipamentos subsea	PrioNed	-	-	(240.302)	(285.688)	-	-
Mútuo a pagar	PrioAustria	Libor 6m + 2,5%	30/07/34	(239.777)	(256.450)	-	-
Mútuo a receber	OGPar	Libor 6m + 2,5%	-	102.775	107.582	-	-
Mútuo a receber	PrioOGIntl	Libor 6m + 2,5%	-	93.661	96.219	-	-
Mútuo a receber	R-11	Libor 6m + 2,5%	-	17.242	13.003	-	-
Mútuo a receber	PrioNed	Libor 6m + 2,5%	-	7.063	7.297	-	-
Contas a (pagar) receber	PrioAustria	-	-	(125.785)	(105.315)	-	-
Contas a (pagar) receber	Ned Holding	-	-	-	(72)	-	-
Contas a (pagar) receber	R-11	-	-	-	296	-	-
Contas a (pagar) receber	PrioNed	-	-	(1.373)	-	-	-
Contas a (pagar) receber	OGPar	-	-	4.655	5.237	-	-
Aluguel do FPSO (OSX3)	Prisma Capital Ltda.	-	-	-	(5.010)	-	(5.010)
				3.756.805	**3.931.795**	**-**	**(5.010)**
Total no ativo não circulante				18.485.884	20.458.994	-	-
Total no passivo circulante				-	-	-	(5.010)
Total no passivo não circulante				(14.729.079)	(16.527.199)	-	-

Remuneração dos Administradores: A remuneração dos Administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 53.443 (R$ 5.283 em 31 de dezembro de 2021), conforme detalhado abaixo:

Remuneração dos Administradores	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo a empregados	1.957	5.283
Bônus (*)	51.486	-
Total	53.443	5.283

(*) Refere-se ao bônus dos Administradores, que estiveram envolvidos na negociação de venda de controle da Companhia, iniciada no final de 2022. Os bônus foram liquidados no primeiro trimestre de 2023.

18. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social 31 de dezembro de 2022 no valor de R$ 612.519 é representado por 539.349.279 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal. Com a aprovação da incorporação de ações da Companhia, o plano de opções aprovado em abril de 2022 teve antecipação do vesting, e consequentemente o exercício das opções, aumentando o Capital Social da Companhia em R$ 15.306 através e emissão de 29.664.210 novas ações. Em 2021 houve aumento de capital com a com extinção de passivos financeiros sem impacto no caixa da Companhia, no montante de R$ 141.598. Reservas de capital: O saldo negativo das reservas de capital é decorrente do deságio apurado na incorporação por ações da OGPar, no montante de R$ 159.192, líquidos do prêmio das opções de ações emitidas em 2022, no montante de R$ 43.358. Remuneração com base em plano de opções de compra de ações: Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 29 de abril de 2022 aprovou o plano de outorga de opção de compra de ações de emissão da Companhia, nos termos da Proposta da Administração. As condições relacionadas ao plano estão descritas a seguir:

Data da outorga pelo Conselho de Administração	29/04/2022
Total de opções concedidas	29.664.210
Preço da ação na data da outorga	1,73
Preço do strike	0,52
Valor justo das opções na data da concessão	1,46
Volatilidade média estimada do preço da ação	98,4%
Taxa de retorno livre de risco	12,21%
Duração da opção (em anos)	5

Com a antecipação do vesting, a Companhia registrou no patrimônio líquido, na rubrica de pagamento baseado em ações, o montante de R$ 43.358, tendo como contrapartida a demonstração de resultado na rubrica Despesas com pessoal desde a outorga, correspondente a 100% do prêmio das opções outorgadas. **19. Receita Líquida:** A receita líquida para os respectivos exercícios é composta da seguinte forma:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receita bruta de vendas	301.443	175.679	318.534	185.718
Deduções	-	-	-	-
	301.443	175.679	**318.534**	185.718

20. Custos dos produtos vendidos

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021 Reapresentado	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021 Reapresentado
Consumíveis	(26.278)	(13.935)	(26.278)	(13.935)
Royalties e participação especial	(24.753)	(16.055)	(24.753)	(16.055)
Operação e Manutenção	(14.818)	(21.533)	(14.818)	(21.533)
Pessoal	(12.420)	(12.226)	(12.420)	(12.226)
Logística	(7.804)	(4.664)	(7.804)	(4.664)
Outros Custos	(5.570)	(7.385)	(6.735)	(7.385)
Depreciação e Amortização	(5.984)	(3.649)	(5.984)	(3.649)
Total	**(97.627)**	**(79.447)**	**(98.792)**	**(79.447)**

Estoque de petróleo	31/12/2022 Valor	31/12/2022 Quantidade	31/12/2021 Valor	31/12/2021 Quantidade
Tubarão Martelo	7.431	97	11.209	60

21. Outras receitas e despesas

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021 Reapresentado	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021 Reapresentado
(Provisões) reversões regulatórias	(62.601)	53.743	(62.601)	53.743
(Provisões) reversões tributárias	(74.394)	-	(74.394)	-
(Provisões) reversões trabalhistas	1.769	2.079	1.769	2.079
(Provisões) reversões ambientais	(4.079)	-	(4.079)	-
Custos da incorporação de ações com a Prio (i)	(101.441)	-	(101.441)	-
Provisão para perda de estoques	-	-	-	(13.923)
(Provisão) reversão de provisão para perdas campo de Tubarão Azul e Netherlands B.V.	-	(23.076)	-	(23.595)
Provisão/baixa de impostos a recuperar	-	-	-	(11.480)
Reversão de provisão de impairment de ativo imobilizado (Bloco BS4)	-	353.411	-	377.798
Reversão de provisão de impairment de ativo intangível (Bloco BS4)	-	212.768	-	212.768
Reversão de provisão de impairment de investimentos (Atlanta B.V.)	-	-	-	223.273
Perda líquida Campo BS4 e Atlanta B.V.	-	(530.692)	-	(689.098)
Outros	1.115	(20.935)	2.558	(19.024)
	(239.631)	**47.298**	**(238.188)**	**112.541**

(i) Vide contexto operacional para a transação de troca de controle da Companhia.

22. Resultado financeiro

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021 Reapresentado	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021 Reapresentado
Receitas financeiras	**10.537**	**5.628**	**1.556**	**852**
Receita de aplicação financeira realizada	20	7	422	106
Juros sobre Contrato de Mútuo	10.512	5.139	-	-
Outras receitas financeiras	5	482	1.134	746
Despesas financeiras	**(1.015)**	**(61.198)**	**(1.598)**	**(71.654)**
Juros e atualização monetária de credores	-	(55.143)	-	(55.143)
Marcação a valor justo - derivativos	-	-	-	(6.847)
Perda realização de derivativos	-	-	-	(3.037)
Outras despesas financeiras	(1.015)	(6.055)	(1.598)	(6.627)
Variações cambiais, líquidas	**(343.206)**	**411.560**	**(190.442)**	**(11.957)**

23. Imposto de Renda e Contribuição Social: Os impostos sobre o lucro da Companhia diferem do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto aplicável, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021 Reapresentado	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021 Reapresentado
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(319.649)	109.451	(316.432)	109.451
Alíquota de acordo com a legislação vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social com base na alíquota vigente	(108.681)	37.213	(107.587)	37.213
Despesas indedutíveis/receita não tributável, líquidas:				
Adições temporárias/permanentes	317.584	35.308	317.584	55.396
Exclusões temporárias/permanentes	(937.875)	(18.273)	(937.875)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(53.002)	122.174	-	-
Outras adições (exclusões)	799.423	(298.481)	749.956	(559.797)
(Utilização de) Prejuízo Fiscal anteriormente não reconhecido	(5.310)	-	(6.722)	-
Total	12.139	(122.059)	15.356	(467.188)
Imposto de renda e contribuição social	12.139	-	15.356	-
Imposto de renda diferido	-	-	-	-
Despesa líquida do imposto de renda e contribuição social no resultado	12.139	-	15.356	-
Alíquota efetiva sobre o lucro antes do imposto	(3,80%)	0,00%	(4,85%)	0,00%

24. Informações por segmento (Consolidado): O pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Companhia através de suas controladas opera apenas no segmento de exploração e produção (E&P) de óleo e gás no Brasil e no exterior, representando, portanto, um único segmento de atuação. **25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro:** Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar a fornecedores de bens e serviços a serem utilizados em suas operações de exploração e produção de hidrocarbonetos e contratos de garantia financeira. Por outro lado, a Companhia mantém no ativo disponibilidades financeiras, conforme descrito na nota explicativa de Caixa e equivalentes de caixa. A Companhia está exposta a riscos de mercado (taxas de juros e câmbio), de crédito e de liquidez, e tem como estratégia a realização de parte de seus investimentos em ativos de renda fixa, transações envolvendo câmbio, juros, commodities diversas e outros instrumentos financeiros, para fins especulativos, em diversos setores no Brasil e no exterior, a curto, médio e/ou longo prazo, a fim de maximizar a rentabilidade e buscar um maior retorno a seu acionista. Ao adotar essa estratégia, a Companhia está exposta aos riscos inerentes a tais investimentos, e à flutuação nos preços destes ativos, o que pode impactar negativamente o caixa da Companhia. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo. **Risco de mercado:** O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros e mercadorias (*commodities*). A companhia realiza acompanhamento constante do mercado e, quando necessário, contrata operações com derivativos para neutralizar os impactos destas oscilações de preço das *commodities*. **Risco de taxa de juros:** A aplicação de recursos disponíveis é efetuada em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, a taxas pós-fixadas, em sua maioria com liquidez diária, respeitando limites de concentração prudenciais. **Risco de crédito:** A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, a Companhia adota uma administração conservadora ao realizar aplicações, em sua maioria, com liquidez diária e taxas pós-fixadas, em bancos de primeira linha, levando-se em consideração as notações das principais agências de risco e respeitando limites prudenciais de concentração. Com relação ao risco de crédito de suas operações de vendas, a Companhia, analisa a situação financeira e patrimonial de seus clientes, em conjunto com o prestador de serviço de comercialização (*trader*), que também atua como intermediário nas transações de venda do petróleo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as vendas líquidas de petróleo foram centralizadas para a Petrorio Luxembourg Trading Sarl (*trader* do Grupo Prio). **Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco implica manter caixa compatível com as necessidades de desembolso para cobrir as obrigações, em consonância com o plano de negócios da Companhia. **Valor justo dos ativos e passivos financeiros:** O conceito de "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado: a) Nível 1: a mensuração do valor justo utiliza preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos. b) Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possui mercado ativo. Os valores de mercado ("valor justo") estimados pela Administração foram determinados pelo Nível 1 para os instrumentos financeiros abaixo, e não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

	31/12/2022 Controladora Valor contábil	31/12/2022 Controladora Valor Justo	31/12/2022 Consolidado Valor contábil	31/12/2022 Consolidado Valor Justo	31/12/2021 - Reapresentado Controladora Valor contábil	31/12/2021 - Reapresentado Controladora Valor Justo	31/12/2021 - Reapresentado Consolidado Valor contábil	31/12/2021 - Reapresentado Consolidado Valor Justo
Ativos financeiros								
Custo amortizado:								
Contas a receber (i)	-	-	132.252	132.252	-	-	67.497	67.497
Partes relacionadas	18.485.884	18.485.884	-	-	20.458.994	20.458.994	-	-
Valor justo por meio do resultado								
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	18.264	18.264	123.508	123.508	1.204	1.204	12.182	12.182
Depósitos vinculados (ii)	4.334	4.334	4.334	4.334	4.645	4.645	4.645	4.645
Passivos financeiros								
Custo amortizado:								
Fornecedores (i)	102.477	102.477	102.611	102.611	2.635	2.635	3.347	3.347
Partes relacionadas	14.729.079	14.729.079	-	-	16.527.199	16.527.199	-	-

(i) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos ser em média de 60 dias. (ii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (preços, por exemplo) ou indiretamente (derivados dos preços).

26. Seguros: A Companhia e suas controladas adotam a política de contratação de seguros para os bens sujeitos a riscos e contrata também seguro de Responsabilidade Civil de Administradores - D&O. Em 31 de dezembro de 2022 os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Seguros/Modalidade	Importância Segurada
Riscos Operacionais Patrimonial	9.012
Responsabilidade Civil Geral	20.000
Responsabilidade civil de Administradores - D&O	60.000
Judicial para execução fiscal	4.772
Total Segurado	**93.784**

Adicionalmente a Prio Bravo, como operadora do campo de Tubarão Martelo, contrata seguros de P&I (risco petróleo) e equipamentos como FPSO, Subsea e óleo em estoque, que tem importância segura total de R$ 2.610 e R$ 4.461, respectivamente. **27. Eventos subsequentes:** 27.1. Troca de controle e Incorporação de ações: Em 08 de janeiro de 2023 foi concluída a operação de incorporação de ações da Dommo Energia S.A. pela Petro Rio OPCO Exploração Petrolífera Ltda., controlada integral da Petro Rio S.A. A operação consistiu na integralização de ações preferenciais emitidas pela Prio OPCO com ações e bônus de subscrição da Dommo Energia. As ações preferenciais foram emitidas em nome dos detentores de ações e bônus de subscrição da Dommo Energia na sequência recompradas pela Prio OPCO através da entrega de ações PRIO3 e dinheiro, conforme descrito e aprovado no protocolo de incorporação aprovado em 28 de outubro de 2022. A partir desta data a Dommo Energia passou a ser uma subsidiária integral da Prio S.A.. 27.2. Aumento de capital e alteração da razão social: Em 31 de março de 2023 foi realizado aumento de capital pela Prio OPCO no montante de R$ 1.000.000, integralizados com nota promissória emitida na mesma data. Adicionalmente, na mesma data, foi aprovada a alteração da razão social da Companhia, que passou a se chamar Prio Forte S.A.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes em instruções emitidas pela CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, autorizando sua divulgação. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2024.

Manifestação do Conselho de Administração

Com base nos exames efetuados, constatando-se que os documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia, e à vista do parecer dos auditores independentes, apresentado sem ressalvas, o Conselho de Administração aprova as Demonstrações Financeiras a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Prio Forte S.A. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2024.

Composição do Conselho de Administração

Bruno Lowndes Dale Cabral de Menezes - **Presidente**

Milton Salgado Rangel Neto, Felipe Bueno da Silva

Composição da Diretoria Executiva

Roberto Bernardes Monteiro - **Diretor Presidente**

Emiliano Fernandes Lourenço Gomes - **Diretor**

Milton Salgado Rangel Neto - **Diretor**

Francisco Francilmar Fernandes - **Diretor**

Contador

Rafael Gonçalves Sierra - CRC/RJ 095205/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Prio Forte S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Prio Forte S.A. (a "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes:** O exame do balanço patrimonial, das respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, preparadas originalmente antes dos ajustes e reclassificações descritos na nota explicativa nº 2.18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sem modificações, datados em 30 de março de 2022. Esses ajustes e reclassificações não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre tais valores correspondentes, ajustes ou referidas reclassificações às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de 2021 tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2024. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC-SP-015199/F; Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci - Contadora CRC-RJ091370/O.

PRIO

PRIO FORTE S.A.

CNPJ nº 08.926.302/0001-05

Relatório da Administração

O ano de 2023 foi marcado pela reformulação da estrutura administrativa da Prio Forte, neste relatório denominada "Prio Forte" ou "Companhia". Em 08 de janeiro deste ano foi concluída a operação de incorporação de ações da Companhia pela Petro Rio OPCO Exploração Petrolífera S.A. ("OPCO"), controlada integral da Prio. A partir de então, a Companhia passou a fazer parte do grupo de empresas controladas pela Prio S.A. com acesso à toda sua estrutura administrativa e financeira, bem como à produção de outros campos do Grupo, além de Tubarão Martelo e Polvo. Com isso, tivemos um incremento relevante nas operações de revenda de óleo, conseguindo resultado expressivo comparado aos exercícios anteriores, revertendo a situação de Patrimônio Líquido negativo apresentada em 2022. Adicionalmente, a Prio tem planos para a transferência dos ativos operacionais de óleo e gás para a Prio Forte, com intuito de organizar sua cadeia de suprimentos e otimizar sua operação, tornando a empresa numa forte geradora de caixa e capaz de cumprir com todas as suas obrigações. **Desempenho Operacional:** Dentre os principais destaques operacionais do ano, estão a produção, que atingiu média de 9,3 mil barris ao longo do ano, 11% menor em comparação ao ano anterior (no trimestre a média foi de 10,2 mil barris, 12% maior que o mesmo trimestre do ano anterior) e o *lifting cost*, que alcançou o menor patamar já registrado, apresentando uma redução de 12% na comparação com ano anterior. A Companhia realizou a vendas de 9.308 mil barris, 1.088% maior que o ano anterior, devido à incorporação de ações com a Prio, que abriu as portas para a trading da companhia acessar a produção dos demais campos da Prio. Desta venda, 654 mil barris foram referentes a produção da própria Companhia, e o restante referente à revenda. com preço médio bruto de venda de US$ 76,42, 6% abaixo do registrado em 2022, devido principalmente à variação da cotação do *Brent*. O volume produzido aumento em 12% na comparação com o 4T22 e reduziu 11% na comparação com o ano anterior. O aumento é explicado, em sua maior parte, devido à alta eficiência operacional atingida no último trimestre do ano e a redução anual se deve a parada programada em março de 2023, que interrompeu a produção em 10 dias. **Desempenho Financeiro:** No ano, o principal fator que impactou o desempenho financeiro foi o aumento da receita, reflexo do aumento na produção e principalmente nas vendas, considerando o início da revenda de óleo produzido nos demais campos da Prio. Assim, a Companhia registrou no ano uma receita líquida de R$ 3.542.587 mil, representando um aumento de 1.012%. No trimestre, a Companhia registrou receita 5% maior que no 4T22, devido a uma maior eficiência operacional neste período. Os Custos dos Produtos Vendidos ("CPV") somaram R$ 2.975 milhões no ano, 2.911% maiores que o ano anterior devido principalmente à compra de óleo de outros campos para revenda. O CPV de Tubarão Martelo reduziu 23% em relação ao ano anterior, mesmo com menor volume vendido, demonstrando constante redução no custo unitário. O resultado financeiro da Companhia foi positivo em R$ 32 milhões vs. 190 milhões negativos registrados no ano anterior, impactado principalmente pela alteração da moeda funcional da Companhia para o dólar em janeiro de 2023. Com essa alteração, os ativos e passivos em dólar passaram a não mais impactar o resultado da Companhia, limitando essa variação aos valores em reais, muito menos relevantes. A Companhia apresentou lucro de R$ 538 milhões frente ao prejuízo de R$ 332 milhões apresentado em 2022, resultado impactado principalmente pelo aumento das vendas de óleo em função da revenda de óleo de outros campos da Prio. A Companhia reverteu a posição de passivo a descoberto (Patrimônio Líquido negativo) em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$ 432 milhões para um Patrimônio Líquido de R$ 1.121 milhões em 2023, devido aos resultados alcançados em 2023 e ao aumento de capital de R$ 1 bilhão realizado pela sua nova controladora, OPCO. A Prio tem planos para a transferência dos ativos operacionais de óleo e gás para a Prio Forte, com intuito de organizar sua cadeia de suprimentos e otimizar sua operação.

Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	**66.619**	18.264	**499.704**	123.508
Depósitos vinculados	4	**4.013**	4.334	**4.013**	4.334
Contas a receber	5	**-**	-	**-**	132.252
Estoque de óleo	20	**13.257**	7.431	**13.257**	7.431
Tributos a recuperar	6	**80**	331	**359**	395
Despesas antecipadas		**376**	-	**376**	-
Outros créditos		**-**	1.194	**506**	1.194
		84.345	31.554	**518.215**	269.114
Não circulante					
Depósitos judiciais	7	**21.429**	21.392	**21.497**	21.431
Tributos diferidos	13	**1.290**	-	**1.282**	-
Partes relacionadas	17	**17.993.956**	18.485.884	**1.253.380**	-
Investimentos	8	**6.375**	-	**-**	-
Imobilizado	9	**16.955**	21.240	**16.955**	21.240
		18.040.005	18.528.516	**1.293.114**	42.671
Total do ativo		**18.124.350**	18.560.070	**1.811.329**	311.785
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	10	955	102.477	12.238	102.611
Obrigações trabalhistas	11	-	27.660	-	27.660
Tributos e contribuições sociais	12	54.571	69.615	54.497	72.834
Adiantamento de parceiros	14	-	29.252	-	29.252
Outras obrigações		1.423	1.479	613	1.479
		56.949	**230.483**	**67.348**	233.836
Não circulante					
Provisão para abandono de instalações	15	79.881	86.092	79.881	86.092
Provisão para contingências	16	429.124	424.509	429.124	424.509
Partes relacionadas	17	13.849.350	14.729.079	114.253	-
Provisão para perda em investimento	8	2.588.323	3.522.559	-	-
		16.946.678	**18.762.239**	**623.258**	**510.601**
Patrimônio líquido					
Capital social realizado	18	1.612.519	612.519	1.612.519	612.519
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	23.000	-	23.000	-
Reservas de capital		(115.834)	(115.834)	(115.834)	(115.834)
Ajuste acumulado de conversão		239.888	246.952	239.888	246.952
Prejuízos acumulados		(638.850)	(1.176.289)	(638.850)	(1.176.289)
		1.120.723	**(432.652)**	**1.120.723**	**(432.652)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**18.124.350**	**18.560.070**	**1.811.329**	**311.785**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita líquida	19	204.520	301.443	3.542.587	318.534
Custos dos produtos/serviços	20	(75.581)	(97.627)	(2.974.653)	(98.792)
Resultado bruto		128.939	203.816	567.934	219.742
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de geologia e geofísica		(374)	-	(374)	-
Despesas com pessoal		(8.739)	(87.080)	(9.292)	(87.152)
Despesas gerais e administrativas		(3.025)	(5.134)	(3.391)	(5.144)
Despesas com serviços de terceiros		(7.268)	(11.997)	(7.464)	(13.274)
Impostos e taxas		(716)	(1.666)	(752)	(1.772)
Despesa de depreciação e amortização		(158)	(160)	(158)	(160)
Resultado de equivalência patrimonial	6	592.756	155.887	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(10.982)	(239.631)	(10.974)	(238.188)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		690.433	14.035	535.529	(125.948)
Receitas financeiras	22	81.746	10.537	3.596	1.556
Despesas financeiras	22	(84.365)	(1.015)	(5.091)	(1.598)
Variações cambiais, líquidas	22	(120.114)	(343.206)	33.691	(190.442)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		567.700	(319.649)	567.725	(316.432)
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(31.535)	(12.139)	(31.560)	(15.356)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	1.274	-	1.274	-
Lucro (prejuízo) do exercício		537.439	(331.788)	537.439	(331.788)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora e Consolidado 31/12/2023	Controladora e Consolidado 31/12/2022
Resultados do exercício	537.439	(331.788)
Ajuste de conversão de investimento no exterior	(7.064)	163.168
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**530.375**	**(168.620)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício (antes de impostos)	**567.700**	**(319.649)**	**567.726**	**(316.432)**
Depreciação e amortização	7.913	6.144	7.913	6.144
Receita financeira	188.670	330.672	35.493	145.574
Resultado de equivalência patrimonial	(592.756)	(155.887)	-	-
Remuneração com base em plano de ações	-	43.358	-	43.358
Baixa de ativo permanente	-	424	-	424
Provisão para contingências/perdas/abandono	(4.339)	142.372	(4.291)	142.372
	167.188	**47.434**	**606.841**	**21.440**
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	-	-	132.252	(64.755)
Tributos a recuperar	2.119	3.082	1.925	22.628
Despesas antecipadas	(304)	-	(304)	-
Estoque de óleo	(10.925)	7.071	(11.095)	7.071
Partes relacionadas	269.890	433.422	(204.901)	-
Adiantamento a parceiros em operações de E&P	(37.232)	-	(37.233)	-
Depósito e cauções	(37)	(3.283)	(66)	(3.322)
Outros créditos	1.194	(4.805)	1.194	126
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(167.217)	111.968	(156.818)	98.157
Obrigações trabalhistas	(26.134)	25.735	(26.126)	25.144
Adiantamento de parceiros em operações de E&P	-	(3.723)	-	(3.723)
Tributos e contribuições sociais	(51.110)	(2.181)	(54.502)	(2.316)
Partes relacionadas	(65.605)	(613.855)	117.028	(5.010)
Contingências	-	28	-	28
Outras obrigações	(62)	861	(867)	552
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades operacionais	**81.765**	**1.754**	**367.328**	**96.020**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
(Compra) venda de ativo imobilizado	(169)	-	(168)	-
Aumento de capital em participações acionárias	(40.449)	-	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades de investimento	**(40.618)**	**-**	**(168)**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Adiantamento/Integralização de capital	23.000	15.306	23.000	15.306
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades de financiamento	**23.000**	**15.306**	**23.000**	**15.306**
Ajuste de conversão	(15.792)	-	(13.964)	-
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**48.355**	**17.060**	**376.196**	**111.326**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.264	1.204	123.508	12.182
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	66.619	18.264	499.704	123.508
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**48.355**	**17.060**	**376.196**	**111.326**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Ajuste acumulado de conversão	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**597.213**	**-**	**(159.192)**	**83.784**	**(844.501)**	**(322.696)**
Integralização de capital	15.306	-	-	-	-	15.306
Pagamento baseado em ações	-	-	43.358	-	-	43.358
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	163.168	-	163.168
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(331.788)	(331.788)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**612.519**	**-**	**(115.834)**	**246.952**	**(1.176.289)**	**(432.652)**
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**612.519**	**-**	**(115.834)**	**246.952**	**(1.176.289)**	**(432.652)**
Integralização de capital	1.000.000	-	-	-	-	1.000.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	23.000	-	-	-	23.000
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	(7.064)	-	(7.064)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	537.439	537.439
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.635.519**	**-**	**(115.834)**	**239.888**	**(638.850)**	**1.120.723**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado (Informação suplementar para fins de IFRS) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receitas				
Vendas de petróleo e gás	204.520	301.443	3.542.587	318.534
	204.520	**301.443**	**3.542.587**	**318.534**
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros e outros	(7.268)	(11.997)	(7.464)	(13.274)
Despesas com geologia e geofísica	(374)	-	(374)	-
Custos dos serviços	(53.820)	(66.890)	(2.952.892)	(68.055)
Valor adicionado bruto	**143.058**	**222.556**	**581.857**	**237.205**
Depreciação e amortização	(7.913)	(6.144)	(7.913)	(6.144)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**135.145**	**216.412**	**573.944**	**231.061**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receita financeira	178.849	10.537	348.051	1.556
Resultado de equivalência patrimonial	592.756	155.887	-	-
Impostos diferidos	1.274	-	1.274	-
Valor adicionado total a distribuir	**908.024**	**382.836**	**923.195**	**232.617**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**8.739**	**87.080**	**9.292**	**87.152**
Remuneração Direta	7.804	85.161	8.355	85.233
Benefícios	493	1.631	494	1.631
FGTS	442	288	443	288
Impostos, taxas e contribuições	**32.251**	**13.805**	**32.311**	**17.128**
Federais	32.246	13.805	32.294	17.128
Estaduais	(23)	-	(11)	-
Municipais	28	-	28	-
Remuneração de capitais de terceiros	**329.595**	**613.739**	**344.153**	**460.125**
Juros (Despesa financeira)	304.421	344.221	315.781	192.040
Aluguéis	9.265	-	9.616	-
Outras (royalties, outras despesas)	15.909	269.518	18.756	268.085
Remuneração de capitais próprios	**537.439**	**(331.788)**	**537.439**	**(331.788)**
Lucro (prejuízo) do exercício	537.439	(331.788)	537.439	(331.788)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Prio Forte S.A., neste relatório denominada "Prio Forte" ou "Companhia", foi constituída em 27 de junho de 2007. Com sede na cidade do Rio de Janeiro tem como objeto social a exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos e outras atividades ligadas ou conexas a estas. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia poderá, ainda, diretamente ou através de subsidiárias, exercer as atividades inerentes ao seu objeto social no País ou fora do território nacional e participar do capital de outras sociedades. Tubarão Azul: A produção de petróleo do Campo de Tubarão Azul foi iniciada em janeiro de 2012 e permaneceu em produção até meados de 2015. Considerando que não se encontrou alternativa viável para continuar as atividades no Campo, a devolução da concessão foi solicitada à ANP, conforme fato relevante divulgado em 20 de setembro de 2016 pela Companhia. Foi iniciado em 2017 o processo de descomissionamento do campo e abandono dos poços. Conforme fato relevante divulgado no dia 22 de janeiro de 2016, foi concluída a desmobilização do navio de produção FPSO OSX-1 que operava no Campo de Tubarão Azul. O abandono dos poços foi concluído no segundo trimestre de 2018 e o descomissionamento do campo está em andamento, com expectativa de conclusão em 2026, com valores ainda retidos como forma de garantia de conclusão, conforme divulgado na nota explicativa 4. Tubarão Martelo ("TBMT"): Em 03 de agosto de 2020 a Companhia concluiu a venda de 80% de participação no Campo de Tubarão Martelo para a Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. ("PrioOG"), passando a ter 20% de participação e deixando de ser a operadora do Campo. Na negociação, 100% do valor do abandono do Campo ficou sob responsabilidade da PrioOG, tendo sido baixado todo o saldo registrado no passivo da Companhia. O Campo de Tubarão Martelo está situado no sul da Bacia de Campos, a cerca de 86 quilômetros da costa do Estado do Rio de Janeiro. A licença cobre uma área de aproximadamente 32 km², com lâmina d'água média de 110m. O Campo produziu em 2023 aproximadamente 9,3 mil barris de petróleo por dia (10,5 mil barris de petróleo por dia em 2022). Conexão entre os Campos de Polvo e Tubarão Martelo: Em 14 de julho de 2021, foi concluída a interligação ("tieback") entre os campos de Polvo, 100% de participação da Prio O&G, e Tubarão Martelo. O projeto de interligação entre a Plataforma Polvo-A e o FPSO Bravo, que teve duração total de 11 meses, possibilitou uma redução de custos operacionais além de gastos com manutenção e diesel. A redução dos custos absolutos do novo cluster permite que mais óleo seja recuperado nos reservatórios, durante um maior período, aumentando consideravelmente o fator de recuperação dos campos. A partir da conexão a Prio Forte passou a ter o direito sobre 5% do óleo do polo Polvo e Tubarão Martelo até os primeiros 30 milhões de barris de óleo produzido, que reduzirá para 4% do óleo do polo após 30 milhões de barris produzidos. Todos os novos investimentos e o abandono do campo serão de responsabilidade da operadora Prio O&G, com os custos sendo compartilhados para a adequação da participação de cada parte no cluster. Em 08 de janeiro de 2023 foi concluída a operação de incorporação de ações da Prio Forte pela Petro Rio OPCO Exploração Petrolífera Ltda. ("Prio OPCO"), controlada integral do grupo Prio S.A. ("Prio" ou "Grupo Prio"), através da compra de 100% das ações. Nesta data foi realizado o aumento de capital da OPCO através da emissão de ações preferenciais do tipo PNA e PNB, que foram integralizadas com as ações e bônus de subscrição da Prio Forte que foram avaliados em R$ 889.970. A operação contemplou a empresa Forte, detentora de 20% de participação no Campo de Tubarão Martelo, e todas as controladas desta empresa, as quais possui 100% de participação, que são a Dommo R-11 Petróleo e Gás S.A, Óleo e Gás Participações S.A., Dommo Austria GmbH (alterada para Prio O&G Trading & Shipping GmbH), Dommo International GmbH (alterada para Prio O&G International GmbH), Dommo Netherlands BV e Dommo Netherlands Holding BV. A partir desta data, todas as ações da Prio Forte, incluindo os bônus de subscrição, foram transferidas para a Prio OPCO, que em troca emitiu ações preferenciais e entregou aos antigos acionistas da Prio Forte. A Companhia apresentou um passivo a descoberto (Patrimônio Líquido negativo) em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$ 432.652 que decorre principalmente dos prejuízos de exercícios anteriores. Em 31 de março de 2023 a sua nova controladora, Prio OPCO, aumentou o capital da Prio Forte em R$ 1.000.000, revertendo a situação de passivo a descoberto. A Administração entende que as atividades operacionais da Prio Forte, em adição ao suporte financeiro do seu acionista controlador, são suficientes para a manutenção de sua continuidade operacional, o que é demonstrado pelos resultados apresentados em 2023 e 2024, que são de lucro nos dois exercícios. Adicionalmente, a Prio tem planos para a transferência dos ativos operacionais de óleo e gás para a Prio Forte, com intuito de organizar sua cadeia de suprimentos e otimizar sua operação. **2. Políticas contábeis materiais às demonstrações financeiras:** 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os Procedimentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de setembro de 2024. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos valores e transações mensurados pelo valor justo, quando indicados. 2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas: As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o exercício estão incluídos nas informações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

Empresas consolidadas integralmente	Referência	Situação	Participação 31/12/2023 Direta	31/12/2023 Indireta	31/12/2022 Direta	31/12/2022 Indireta
Dommo R-11 Petróleo e Gás S.A.	"R-11"	Inativa	100,00%	-	100,00%	-
Óleo e Gás Participações S.A.	"OGPar"	Inativa	100,00%	-	100,00%	-
PRIO O&G International GmbH (Dommo International GmbH)	"PrioOGIntl"	Holding	100,00%	-	100,00%	-
PRIO O&G Trading & Shipping GmbH (Dommo Austria GmbH)	"PrioAustria"	Trading	-	100,00%	-	100,00%
Dommo Netherlands Holding BV	"Ned Holding"	Inativa	-	100,00%	-	100,00%
Dommo Netherlands BV	"PrioNed"	Inativa	-	100,00%	-	100,00%

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação: Moeda de apresentação: Em atendimento à legislação brasileira, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, a partir das informações consolidadas preparadas na moeda funcional da Companhia, que em janeiro de 2023 foi alterada para o dólar norte-americano, conforme destacado: • Os ativos e passivos são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço (taxa de fechamento); • Demonstrações do resultado, resultado abrangente, fluxo de caixa e valor adicionado são convertidas pela taxa de câmbio da data das operações (taxa diária); e • Patrimônio líquido é convertido pela taxa histórica. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de "Ajustes acumulados de conversão". Moeda Funcional: A Administração da Companhia monitora periodicamente os indicadores primários e secundários que definem a moeda funcional a ser utilizada. A Companhia e todas as suas controladas tiveram a moeda funcional alterada para o dólar a partir de janeiro de 2023. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas na moeda funcional dólar, apresentadas como informação suplementar, bem como as informações convertidas para a moeda de apresentação, que é o real, estão demonstradas a seguir:

Balanço Patrimonial (31 de dezembro de 2023)	Controladora US$	Controladora R$	Consolidado US$	Consolidado R$
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	13.761	66.619	103.217	499.704
Depósitos vinculados	829	4.013	829	4.013
Estoque de Óleo	2.738	13.257	2.738	13.257
Tributos a recuperar	16	80	74	359
Despesas antecipadas	78	376	78	376
Outros créditos	-	-	105	506
Ativo circulante	**17.422**	**84.345**	**107.041**	**518.215**
Depósito Judicial	4.426	21.429	4.440	21.497
Tributos diferidos	267	1.290	265	1.282
Partes relacionadas	3.716.761	17.993.956	258.895	1.253.380
Investimentos	1.317	6.375	-	-
Imobilizado	3.502	16.955	3.502	16.955
Ativo não circulante	**3.726.273**	**18.040.005**	**267.102**	**1.293.114**
Total do ativo	**3.743.695**	**18.124.350**	**374.143**	**1.811.329**

Balanço Patrimonial (31 de dezembro de 2023)	Controladora US$	Controladora R$	Consolidado US$	Consolidado R$
Passivo e patrimônio líquido				
Fornecedores	197	955	2.528	12.238
Tributos e contribuições sociais	11.272	54.571	11.257	54.497
Outras obrigações	293	1.423	125	613
Passivo circulante	**11.762**	**56.949**	**13.910**	**67.348**
Provisão para abandono de instalações	16.500	79.881	16.500	79.881
Provisão para contingências	88.638	429.124	88.638	429.124
Partes relacionadas	2.860.668	13.849.350	23.602	114.253
Provisão para perda em investimento	534.634	2.588.323	-	-
Passivo não circulante	**3.500.440**	**16.946.678**	**128.740**	**623.258**
Capital social realizado	314.228	1.612.519	314.228	1.612.519
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.417	23.000	4.417	23.000
Reservas de capital	(20.599)	(115.834)	(20.599)	(115.834)
Ajuste acumulado de conversão	47.336	239.888	47.336	239.888
Prejuízos acumulados	(112.288)	(638.850)	(112.288)	(638.850)
Patrimônio líquido	**231.493**	**1.120.723**	**231.493**	**1.120.723**
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.743.695**	**18.124.350**	**374.143**	**1.811.329**

Demonstração do Resultado Consolidado (31 de dezembro de 2023)	Controladora US$	Controladora R$	Consolidado US$	Consolidado R$
Receita líquida	**41.350**	**204.520**	**738.444**	**3.542.587**
Custos dos produtos	(14.844)	(75.581)	(614.948)	(2.974.653)
Resultado bruto	**26.506**	**128.939**	**123.496**	**567.934**
Despesas de geologia e geofísica	(76)	(374)	(76)	(374)
Despesas com pessoal	(1.713)	(8.739)	(1.748)	(9.292)
Despesas gerais e administrativas	(614)	(3.025)	(688)	(3.391)
Despesas com serviços de terceiros	(1.449)	(7.268)	(1.912)	(7.464)
Impostos e taxas	(179)	(716)	(187)	(752)
Despesa de depreciação e amortização	(31)	(158)	(31)	(158)
Resultado de equivalência patrimonial	133.534	592.756	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(6.300)	(10.982)	(6.302)	(10.974)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**149.678**	**690.433**	**112.552**	**535.529**
Receitas financeiras	16.568	81.746	735	3.596
Despesas financeiras	(22.166)	(84.365)	(578)	(5.091)
Variações cambiais, líquidas	(24.708)	(120.114)	6.670	33.691
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**119.357**	**567.700**	**119.363**	**567.725**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(6.468)	(31.535)	(6.473)	(31.560)
Imposto de renda e contribuição social diferido	267	1.274	265	1.274
Lucro do exercício	**113.156**	**537.439**	**113.155**	**537.439**

Demonstração do Fluxo de Caixa (31 de dezembro de 2023)	Controladora US$	Controladora R$	Consolidado US$	Consolidado R$
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício (antes de impostos)	**119.357**	**567.700**	**119.363**	**567.726**
Depreciação e amortização	1.463	7.913	1.463	7.913
Resultado financeiro	43.257	188.670	6.485	35.493
Resultado de equivalência patrimonial	(133.534)	(592.756)	-	-
Provisão para contingências/perdas/P&D	159	(4.339)	120	(4.291)
	30.702	**167.188**	**127.431**	**606.841**

PRIO

PRIO FORTE S.A.

CNPJ nº 08.926.302/0001-05

	31 de dezembro de 2023			
	Controladora		Consolidado	
(Aumento) redução nos ativos	US$	R$	US$	R$
Contas a receber	-	-	25.347	132.252
Tributos a recuperar	2.089	2.119	2.049	1.925
Despesas antecipadas	(63)	(304)	(63)	(304)
Estoque de óleo	(2.173)	(10.925)	(2.278)	(11.095)
Partes relacionadas	50.056	269.890	(52.691)	(204.901)
Adiantamento a parceiros em operações de E&P	(7.221)	(37.232)	(7.221)	(37.233)
Depósito e cauções	(10)	(37)	(17)	(66)
Outros créditos	229	1.194	229	1.194
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(29.668)	(167.217)	(27.517)	(156.818)
Obrigações trabalhistas	(5.085)	(26.134)	(5.084)	(26.126)
Tributos e contribuições sociais	(7.830)	(51.110)	(8.468)	(54.502)
Partes relacionadas	(16.890)	(65.605)	23.608	117.028
Outras obrigações	(6.282)	(61)	(160)	(867)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades operacionais	**7.855**	**81.765**	**75.164**	**367.328**
(Compra) venda de ativo imobilizado	(35)	(169)	(35)	(168)
Aumento de capital em participações acionárias	(1.976)	(40.449)	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades de investimento	**(2.011)**	**(40.618)**	**(35)**	**(168)**
Adiantamento/Integralização de capital	4.417	23.000	4.417	23.000
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades de financiamento	**4.417**	**23.000**	**4.417**	**23.000**
Ajuste de conversão	-	(15.792)	-	(13.964)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**10.261**	**48.355**	**79.546**	**376.196**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.500	18.264	23.671	123.508
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	13.761	66.619	103.217	499.704
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**10.261**	**48.355**	**79.546**	**376.196**

2.5. Caixa e equivalentes de caixa: São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. 2.6. Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável. 2.7. Estoques de óleo: Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar o produto à sua localização e condição são reconhecidos pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção. O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda. 2.8. Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás: Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, a Companhia, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - "*Exploration for and evaluation of mineral resources*". 2.8.1 - Imobilizado: É registrado ao custo de aquisição ou construção, ajustado, quando aplicável, ao seu valor de recuperação, sendo representado, sobretudo, por ativos associados às fases de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, como, por exemplo, gastos com perfuração e completação, plataforma fixa e equipamentos de E&P. Inclui, ainda, máquinas e equipamentos e outros ativos tangíveis utilizados para fins administrativos, como móveis, equipamentos telefônicos e equipamentos de informática. O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício. Os ativos relacionados diretamente à produção de petróleo e gás cuja vida útil é determinada pelo prazo de concessão do campo, são depreciados pelo método das unidades produzidas, incluindo direitos e concessões como o bônus de assinatura. Direitos de concessão exploratória, bônus de assinatura e outros gastos com aquisição de concessões durante a fase exploratória são registrados como ativo intangível. Gastos com aquisição de concessões na fase exploratória e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação. Os ativos relacionados diretamente à produção de petróleo e gás cuja vida útil é determinada pelo prazo de concessão do campo, são depreciados pelo método das unidades produzidas, incluindo direitos e concessões como o bônus de assinatura. 2.8.2 - Esforços bem-sucedidos: Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo são registrados de acordo com o método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts*). Este método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia & geofísica e de sísmica devem ser considerados despesas do exercício. Adicionalmente, os poços exploratórios secos e os gastos vinculados a áreas não-comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal. 2.8.3 - Gastos com abandono: Os gastos com abandono das áreas de desenvolvimento e produção de petróleo registrados como ativo intangível em contrapartida de uma provisão no passivo. 2.8.4 - Depreciação: Os gastos capitalizados oriundos de exploração e desenvolvimento da produção, bem como os FPSOs e equipamentos submarinos, são depreciados, a partir da declaração de comercialidade e do início da produção, pelo método de unidades produzidas (UOP - Units of Production). Nesse método a taxa de depreciação mensal é obtida dividindo-se a produção mensal pelo saldo total estimado das reservas (prova da desenvolvida) no início do mês. Anualmente, a Companhia revisa o saldo total das reservas. Máquinas e equipamentos são depreciados pelo método linear às taxas mencionadas na nota de imobilizado, que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com seus respectivos valores residuais. 2.9. Gastos associados ao Join Operating Agreement (JOA), do campo de Tubarão Martelo: A Prio0G, como operadora do campo de Tubarão Martelo, é responsável por contratar e liquidar todos os fornecedores desta concessão. Mensalmente os desembolsos projetados para o mês subsequente são estimados e cobrados da Companhia através da figura de *cash calls*, e a comprovação de gastos é realizada através dos *billing statements*. 2.10. Avaliação do valor recuperável dos ativos: De acordo com o CPC 01, a Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos imobilizado, intangível, ativo por direito de uso, imposto de renda e contribuição social diferidos e outros ativos circulantes e não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. Quando houver perdas decorrentes das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. A avaliação é efetuada em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. Não há provisão para perda por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado de longo prazo nos exercícios de 2023 e 2022. A Companhia determina o Campo, como menor unidade geradora de caixa. 2.11. Tributos sobre o lucro: 2.11.1 - Imposto de renda e contribuição social correntes: Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. 2.11.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferido é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. 2.11.3 - ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro: A ICPC 22 esclarece critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação das incertezas dos tributos sobre o lucro, haja vista a ausência de explanações nesse sentido no Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (CPC 32) e divergências entre os procedimentos adotados pelas empresas. A Companhia avaliou os efeitos e não há impactos para as suas demonstrações financeiras. 2.12. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. 2.12.1 - Ativos financeiros: Os ativos financeiros da Companhia são classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado, (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado. Ativos financeiros ao custo amortizado: Incluem contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedores, empréstimos a coligadas, entre outros ativos financeiros que são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida, os quais se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquiridos principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir: • Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou • Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou • Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou • Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. 2.12.2 - Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debentures, e instrumentos financeiros derivativos. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e passivos financeiros ao custo amortizado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado: Empréstimos e financiamentos e debêntures contraídos são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. A mensuração subsequente é feita pelo método de custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. 2.13. Apuração do Resultado: Como empresa atuante no segmento de óleo e gás, a principal fonte de receita de vendas é proveniente das operações com vendas de petróleo para refinarias. O valor dessas operações é determinado por preços internos de transferência, os quais são estabelecidos com base nas cotações internacionais de petróleo. Isso inclui os preços do tipo brent de petróleo, considerando as particularidades da qualidade do petróleo transferido. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência do controle e dos seus benefícios e riscos inerentes a terceiros, sendo reconhecidos apenas se todas as obrigações de desempenho previstas nos contratos com clientes tiverem sido cumpridas e puderem ser mensuradas com confiabilidade. 2.14. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas, despesas e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. • Transações com pagamentos baseados em ações: O custo de transações liquidadas em ações com funcionários é baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais mensurado na data da sua outorga através do modelo de precificação *Black-Scholes,* que considera entre suas premissas o valor da ação na data da outorga, prazos, volatilidade e o preço de compra definido pelos programas de opções. • Tributos: Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. • Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. • Provisão para abandono de instalações: Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para o abandono das instalações e remoção de ativos do local para remediar os danos ambientais causados e ao momento esperado desses custos. Ao estimar o custo esperado, a Companhia leva em consideração, dentre outros fatores, as mudanças na legislação ambiental e regulamentações que podem afetar o processo de desmontagem e remoção da planta. • Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas: • Nota Explicativa 9 - Imobilizado, principalmente as informações que se referem a baixas, amortizações e valor recuperável dos ativos de óleo e gás. • Nota Explicativa 13 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. • Nota Explicativa 15 - Provisão para abandono de instalações. • Nota Explicativa 16 - Contingências. • Nota Explicativa 25 - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro. 2.15. Questões climáticas: A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos na Companhia devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. 2.16. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas: Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considera, quando aplicável, as novas revisões e interpretações às IFRS e os pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreu nenhuma alteração que afetasse as demonstrações financeiras da Companhia. 2.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IFRS 16	Passivo de Locação em um Sale and Leaseback	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e Bancos	**66.619**	18.264	**496.414**	108.048
Aplicações Financeiras	**-**	-	**3.290**	15.460
	66.619	18.264	**499.704**	123.508
Nacional	**5.389**	2	**11.674**	16.123
Exterior	**61.230**	18.262	**488.030**	107.385

O saldo de caixa e equivalentes de caixa constitui-se de recursos para fins de capital de giro, aplicados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia em instrumentos de alta liquidez no Brasil (compromissadas, CDB e Fundo de investimento) e no exterior (disponibilidades em conta corrente remuneradas), sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate.

4. Depósitos vinculados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa restrito	**4.013**	4.334	**4.013**	4.334
	4.013	4.334	**4.013**	4.334

Depósito vinculado à prestação de garantia de desativação e/ou fundo de abandono do Campo Tubarão Azul. **5. Contas a receber:**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Petro Rio Luxembourg Trading	-	132.252
Total	**-**	132.252
Total em moeda estrangeira	**-**	132.252

O saldo em 31 de dezembro de 2022 refere-se à venda de óleo da produção do Campo de Tubarão Martelo Do total, R$ 77.633 foram recebidos até o momento da emissão das demonstrações financeiras. A partir de 8 de janeiro de 2023, em função da incorporação de ações da Prio Forte pela Prio OPCO, controlada integral do Grupo Prio, a Petrorio Lux Luxembourg Trading Sarl, responsável pela comercialização de óleo e gás, se tornou uma parte relacionada da Prio Forte. Como resultado, o saldo de contas a receber passou a ser apresentado na nota explicativa de partes relacionadas. Historicamente o contas a receber da Companhia não possui risco de crédito. Dessa forma a Administração não identifica necessidade de constituição de provisão para devedores duvidosos.

6. Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social	77	331	160	395
ICMS	-	-	13	-
Imposto no exterior	-	-	185	-
Outros	3	-	1	-
Total	80	331	359	395
Ativo Circulante	80	331	359	395

7. Depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ações trabalhistas	**546**	448	**612**	487
Ações regulatórias	**20.883**	20.944	**20.885**	20.944
Total	**21.429**	21.392	**21.497**	21.431

A Companhia mantém depósitos judiciais para seguir discutindo contingências trabalhistas e regulatórias. **8. Investimentos:** a) Informações relevantes sobre as investidas em 31 de dezembro de 2023:

	Óleo e Gás Participações S.A.	Prio O&G International GmbH	Dommo R-11 Petróleo S.A.
Participação Direta	100,00%	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido	(98.127)	(2.490.197)	6.375
Resultado do exercício	(7.677)	600.148	285
Total dos ativos	645	(2.396.867)	6.389

b) Composição do investimento:

	31/12/2023	31/12/2022
Prio O&G International GmbH	**(2.490.197)**	(3.411.526)
Óleo e Gás Participações S.A.	**(98.126)**	(107.270)
Dommo R-11 Petróleo S.A.	**6.375**	(3.763)
Total	**(2.581.948)**	(3.522.559)
Total no Ativo de Investimento	6.375	-
Total no Passivo de Provisão para perda em investimento	(2.588.323)	(3.522.559)

c) Movimentação do investimento:

	Óleo e Gás Participações S.A.	PRIO O&G International GmbH	Dommo R-11 Petróleo S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(104.113)**	**(3.726.870)**	**(12.102)**	**(3.843.085)**
Aumento/ redução de capital	-	1.471	-	1.471
Resultado de equivalência patrimonial	(3.312)	150.860	8.339	155.887
Ajustes de conversão	-	163.168	-	163.168
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(107.425)**	**(3.411.371)**	**(3.763)**	**(3.522.559)**
Aumento/ redução de capital	10.648	19.801	10.000	40.449
Resultado de equivalência patrimonial	(7.677)	600.148	285	592.756
Ajustes de conversão	6.328	301.225	(147)	307.406
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(98.126)**	**(2.490.197)**	**6.375**	**(2.581.948)**

9. Imobilizado (Consolidado): a) Composição do saldo:

	Taxa de Depreciação %	Custo	Depreciação	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Em operação						
Equipamentos de informática	20	2.039	(1.379)	(34)	626	649
Ativos de Óleo e Gás	UOP	113.230	(95.631)	(1.270)	16.329	20.591
Total		**115.269**	**(97.010)**	**(1.304)**	**16.955**	**21.240**

b) Movimentação do saldo:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Depreciação	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2023
Em operação					
Equipamentos de informática	649	169	(158)	(34)	626
Ativos de Óleo e Gás	20.591	-	(2.992)	(1.270)	16.329
Total	**21.240**	**169**	**(3.150)**	**(1.304)**	**16.955**

	Saldo em 01/01/2022	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Em operação				
Móveis e utensílios	168	(131)	(37)	-
Máquinas e equipamentos	13	(4)	(9)	-
Equipamentos de informática	994	(272)	(72)	650
Benfeitorias em imóveis de terceiros	56	(15)	(41)	-
Veículos	3	(3)		-
Ativos de Óleo e Gás	26.629	-	(6.039)	20.590
Total	**27.863**	**(425)**	**(6.198)**	**21.240**

A depreciação do imobilizado de ativos de óleo e gás ocorre a partir da declaração de comercialidade e do início da produção, com base no método das unidades produzidas ("UOP").

10. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores no país	955	91.477	1.324	91.560
Fornecedores no exterior	-	11.000	10.914	11.051
	955	102.477	12.238	102.611
Total no passivo circulante	955	102.477	12.238	102.611

O saldo registrado em 2022 foi pago em janeiro de 2023, e trata-se principalmente de valores relacionados à operação de incorporação de ações da Prio Forte pela Prio OPCO.

11. Obrigações trabalhistas:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Salários	-	103
IRRF	-	15.529
INSS	-	11.685
FGTS	-	12
Provisão de férias	-	331
	-	27.660

Em 03 de agosto de 2020, a Companhia concluiu a venda de 80% de participação no campo de Tubarão Martelo para a PrioOG, deixando de ser a operadora do campo, reduzindo de forma significativamente os gastos com folha de pagamento e obrigações trabalhistas. Em 2022 o montante de obrigações trabalhistas na Companhia deve-se a negociação de venda de controle iniciada no final de 2022 o qual foi pago bônus aos administradores e provisionado os impostos trabalhistas sobre esse bônus, liquidados no primeiro trimestre de 2023. A despesa com pessoal em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são de R$8.739 e R$87.080, respectivamente.

12. Tributos e contribuições sociais a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRRF sobre arrendamento no exterior	39.347	42.406	39.347	42.406
IRRF sobre serviços	25	-	19	-
IRPJ e CSSL a pagar	7.290	12.139	7.302	15.357
PIS/COFINS/CSLL	169	5.813	171	5.813
Royalties	-	1.866	-	1.866
Outros	7.740	7.391	7.659	7.392
	54.571	**69.615**	**54.497**	**72.834**

13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: A seguir apresentamos as bases de prejuízo e crédito fiscal, respectivamente:

PRIO

PRIO FORTE S.A.

CNPJ nº 08.926.302/0001-05

Empresas	Prejuízo fiscal 31/12/2023	Prejuízo fiscal 31/12/2022	Crédito fiscal 31/12/2023	Crédito fiscal 31/12/2022
Grupo Forte (anteriormente Dommo Energia S.A.) (*)	19.686.224	19.686.224	6.693.316	6.693.316
Subtotal no Brasil	19.686.224	**19.686.224**	6.693.316	**6.693.316**
PrioOGIntl	33.113	33.113	8.278	8.278
PrioAustria	336.874	336.874	84.218	84.218
Subtotal na Áustria	369.987	**369.987**	92.496	**92.496**
Ned Holding	778.561	778.561	194.640	194.640
Subtotal na Holanda	778.561	**778.561**	194.640	**194.640**
Total	20.834.772	**20.834.772**	6.980.452	**6.980.452**

(*) Em 31 de dezembro de 2023 não há prejuízo e crédito fiscal reconhecido contabilmente, em função da ausência de expectativas de geração de lucros tributáveis pelas operações, em prazo médio de tempo. A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social gerados no Brasil e no Exterior passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% a cada exercício no Brasil. A legislação do Pillar 2 emitida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi promulgada ou substancialmente promulgada em alguns países onde há empresas controladas pela Companhia, no caso, na Áustria e na Holanda, em que pese no Brasil ainda seja incerto se e quando haverá a internalização de referidas normas. A exposição potencial do imposto de renda referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não é razoavelmente estimável até o momento. A Companhia está envidando todos os esforços para concluir este levantamento, e espera estar em posição de reportar a exposição potencial durante o exercício de 2024. Seguindo o parágrafo 88A do IAS12, afirmamos que todas as empresas da Companhia, em suas respectivas jurisdições, aplicam a isenção da contabilização de impostos diferidos em relação à nova legislação fiscal do Pilar II. Ainda, é necessário observar que a Companhia está avaliando todas as implicações do Pilar II, de forma detalhada, a fim de evitar interpretações incoerentes da IAS 12, que poderiam resultar na aplicação inconsistente da norma. O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos de provisão para recuperação, está como segue:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Diferenças temporárias - Ajustes de conversão *	1.290	-	1.282	-
Prejuízos fiscais	**6.693.316**	6.693.316	**6.693.316**	6.693.316
Provisão para não utilização de prejuízos fiscais **	**(6.693.316)**	(6.693.316)	**(6.693.316)**	(6.693.316)
Saldo Líquido (Ativo)/Passivo	1.290	-	1.282	-

* As alterações na taxa de câmbio originaram diferenças temporárias que resultaram em ativo fiscal diferido, que foi creditado no resultado conforme item 38 do CPC 32. ** Provisão em função da ausência de expectativas de geração de lucros tributáveis pelas operações, em prazo médio de tempo.

14. Adiantamento a parceiros:

	Controladora e Consolidado 31/12/2023	Controladora e Consolidado 31/12/2022
Prio - Tubarão Martelo	-	29.252
	-	**29.252**

Saldo referente aos cash calls em aberto com a Prio, operadora do Campo de Tubarão Martelo. A partir de 8 de janeiro de 2023, com a incorporações de ações da Companhia, a Prio passou a ser uma parte relacionada da Prio Forte, e como consequência, o saldo de adiantamento a parceiros passou a ser apresentado na nota de partes relacionadas. **15. Provisão para abandono de instalações:** A movimentação do saldo da provisão para abandono de poços no Campo de Tubarão Azul está demonstrada a seguir:

	Tubarão Azul
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**92.078**
Ajuste de conversão	(5.986)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**86.092**
Ajuste de conversão	(6.211)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**79.881**

A Companhia concluiu a fase de abandono de Tubarão Azul relacionada ao tamponamento dos poços. A provisão remanescente é para os gastos que serão incorridos com a retirada de equipamentos submarinos, no presente data ainda em discussão com a ANP, com previsão para a conclusão em 2026. Em 2020, como consequência da venda de 80% do Campo de Tubarão Martelo para a Prio, a Companhia estornou integralmente a provisão para abandono do Campo de Tubarão Martelo. Desde a venda, a Prio é responsável integral frente a ANP pela operação do Campo. **16. Provisão para contingências:** A Administração da Companhia na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022 nos montantes de R$ 429.124 e R$ 424.509, respectivamente, são suficientes para cobrir perdas consideradas prováveis e razoavelmente estimáveis. A Companhia ainda possui registrado no ativo não circulante depósitos judiciais relacionados aos processos em andamento, no montante de R$ 21.429 (R$ 21.392 em 31 de dezembro de 2022), relacionados principalmente a demandas trabalhistas e regulatórias. Natureza das contingências registradas. A Companhia possui atualmente demandas judiciais que apresentam risco provável, que são basicamente reclamações trabalhistas que somam o montante de R$ 6.714, reclamações fiscais no valor de R$ 80.352 e reclamações cíveis/regulatórias no valor de R$ 342.058 (em 31 de dezembro de 2022, R$ 3.167, R$ 74.394 e R$ 346.948, respectivamente). Dentre as causas prováveis, as mais relevantes são uma regulatória da Prio Forte no valor de R$ 243.584 referente a multas sobre o conteúdo local dos períodos de campanha de perfuração dos campos da empresa e uma fiscal, também da Prio Forte, no montante de R$ 80.343 referente a exigência de imposto de renda retido na fonte de remessas realizadas em 2013 para quitação de contrato de intermediação financeira. Demais causas possíveis de perda: Segundo os consultores jurídicos da Companhia, o risco de perda das demais causas é "possível" no montante de R$ 2.134.772 (R$ 2.849.926 em 31 de dezembro de 2022), sendo R$ 97.725 de causas cíveis, R$ 3.269 de causas trabalhistas e R$ 2.033.778 de causas fiscais (R$ 909.829, R$ 1.556 e R$ 1.938.541, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022). As causas com valores mais relevantes são: (1) Secretaria de Receita Federal no valor de R$ 870.605, referente ao auto de infração com exigência de IRRF sobre as remessas ao exterior a título de juros decorrentes do Contrato de Pré-Pagamento de Exportação ("PPE"); (2) Secretaria de Receita Federal no valor de R$ 593.677, referente ao auto de infração com glosa de despesas sobre juros não dedutíveis da apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL decorrentes do Contrato de Pré-Pagamento de Exportação ("PPE"); (3) Fazenda Nacional no valor de R$ 88.524 referente à Ação Ordinária ajuizada com o objetivo de desconstituir crédito tributário a título de IRRF; (4) Secretaria de Receita Federal no valor de R$ 153.958, referente ao não reconhecimento do ressarcimento antecipado no montante de 50% do crédito total de Pis e Cofins; (5) Fazenda Nacional no valor de R$ 95.106, referente à exigência de forma antecipada do pagamento do montante histórico de R$ 76.223, decorrente de valores de créditos de Pis e Cofins antecipados pela Receita Federal.

17. Partes relacionadas:

Natureza		Parte relacionada	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Pré-pagamento de exportação (PPE)	(i)	PrioAustria	(10.998.622)	(11.971.141)	-	-
Debêntures de Infra-estrutura	(ii)	PrioAustria	(2.150.701)	(2.150.701)	-	-
Asssunção de Senior Unsecured Notes	(iii)	PrioAustria	16.758.037	18.260.488	-	-
Arrendamento de equipamentos subsea	(iv)	PrioNed	(222.967)	(240.302)	-	-
Aumento de capital com nota promissória	(v)	OPCO	1.000.000	-	1.000.000	-
Venda de Petróleo	(vi)	Lux Holding	45.275	-	123.852	-
Mútuo a pagar	(vii)	PrioAustria	(375.043)	(239.777)	-	-
Mútuo a receber	(viii)	OGPar	75.536	102.775	-	-
Mútuo a receber	(ix)	PrioOGIntl	113.665	93.661	-	-
Mútuo a receber		R-11	187	17.242	-	-
Mútuo a receber		PrioNed	1.257	7.063	-	-
Mútuo a receber	(x)	Jaguar	-	-	116.019	-
Contas a pagar		PrioAustria	-	(125.785)	-	-
Contas a pagar		PrioNed	(1.274)	(1.373)	-	-
Contas a receber		OGPar	-	4.655	-	-
Cash call/Billing - Adiantamento a parceiros	(xi)	PrioBravo	(100.744)	-	(100.744)	-
			4.144.606	**3.756.805**	**1.139.127**	**-**
Total no Ativo Não Circulante			**17.993.956**	18.485.884	**1.253.380**	-
Total no Passivo Não Circulante			**(13.849.350)**	(14.729.079)	**(114.253)**	-

(i) Em outubro de 2011, foi celebrado um contrato de pagamento antecipado de exportações ("PPE"), pelo qual a PrioAustria concedeu à Companhia um pagamento antecipado no montante de $ 2.600.000, com o propósito de financiar o desenvolvimento e produção do petróleo a ser exportado pela Companhia à PrioAustria. Em contrapartida ao pagamento antecipado, a Companhia se comprometeu a exportar à PrioAustria, até 27 de maio de 2018, através de um ou mais embarques, o número de barris de petróleo necessário para quitar o pagamento antecipado. O valor antecipado e ainda não quitado através de exportações de petróleo estava sujeito a juros de 9,0% a.a., com pagamentos semestrais. Com a aprovação do plano de recuperação judicial em junho de 2014, os juros do PPE entre a Companhia e a PrioAustria foram congelados na data do pedido de recuperação judicial, permanecendo somente a variação cambial. (ii) Em 28 de setembro de 2012, a Companhia emitiu no mercado de valores mobiliários brasileiro, no âmbito da Instrução CVM 476, R$ 2.000.000 em debêntures simples, quirografárias e não conversíveis em ações. Os recursos levantados em decorrência da emissão foram integralmente utilizados para reembolsar gastos capitalizáveis incorridos pela emissora, durante o período de sua campanha exploratória na Bacia de Campos, conforme expressamente previsto no Artigo 1º, § 1º, VI da referida Lei. As debêntures previam juros remuneratórios semestrais, em taxa anual de 10,5% ao ano. O principal vencia em março de 2022. Na data da emissão das debêntures, os referidos títulos foram subscritos em sua integralidade pela PrioAustria. Com a aprovação do plano de recuperação judicial em junho de 2014, o vencimento das debêntures foi postergado para julho de 2034 e os juros foram congelados na data do pedido de recuperação judicial, permanecendo somente a variação cambial. (iii) Saldo referente à emissão no mercado internacional de $ 3.700.000, na modalidade *Senior Unsecured Notes* ou Títulos de Dívida no Exterior ("Bonds 2019" e "Bonds 2022"), tendo de um lado a PrioAustria como emissora e principal devedora e de outro, a Forte como garantidora das dívidas. Com a aprovação do plano de recuperação judicial em junho de 2014, o vencimento do crédito da Companhia com a PrioAustria pela sub-rogação dos bonds foi postergada para 30 de julho de 2034. (iv) Saldo referente ao contrato de arrendamento de equipamentos subaquáticos celebrado entre a Companhia e a PrioNed. (v) Em 31 de março de 2023, a OPCO aumentou o capital da Forte, no montante de R$ 1.000.000, integralizado através de Nota Promissória. (vi) Saldo remanescente referente às vendas de óleo para as tradings do Grupo Prio - Prio Lux Trading e a Prio Shipping. (vii) Saldo referente ao contrato de mútuo entre a PrioAustria e a Forte, com vencimento em 30 de julho de 2034 e indexado pela Libor 6 m + 2,5% a.a., utilizado para as operações regulares da Companhia. (viii) Saldo referente ao contrato de mútuo entre a OGPAR e a Forte, com prazo indeterminado e indexado pela Libor 6 m + 2,5% a.a., utilizado para as operações regulares da Companhia. (ix) Saldo referente ao contrato de mútuo entre a PrioOGIntl e a Forte, com prazo indeterminado e indexado pela Libor 6 m + 2,5% a.a., utilizado para as operações regulares da Companhia. (x) Saldo referente ao contrato de mútuo no valor de R$ 750.975 (US$ 150.000), firmado em 24 de outubro de 2023, entre a PrioAustria e Petro Rio Jaguar, com prazo indeterminado e que foi utilizado para ao pagamento da aquisição de Albacora Leste. O valor de IOF foi devidamente calculado e pago. (xi) Saldo referente a adiantamentos a parceiros com a Prio Bravo relativos ao Consórcio de TBMT. **Remuneração dos Administradores:** A remuneração dos Administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 1.865 (R$ 53.443 em 31 de dezembro de 2022), conforme detalhado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo a empregados	91	1.957
Bônus (*)	-	51.486
Pagamento baseado em ações	1.774	-
Total	1.865	53.443

(*) Refere-se ao bônus dos Administradores, que estiveram envolvidos na negociação de venda de controle da Companhia. Os bônus foram liquidados no final de 2022. **18. Patrimônio líquido:** Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito e integralizado da Companhia no valor de R$ 1.635.519 está representado por 539.275.344 ações todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. No dia 13 de fevereiro de 2023 foi recebido um valor a título de adiantamento para futuro aumento de capital social da Companhia, no valor de R$ 23.000. Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 30 de março de 2023, foi aprovado o cancelamento das ações mantidas em tesouraria, correspondentes a 73.935 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal e sem a redução do capital social da Companhia. Adicionalmente, no dia 31 de março de 2023, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, no valor de R$ 1.000.000, sem a emissão de novas ações, integralmente subscrito pela única acionista Petro Rio Opco Exploração Petrolífera S.A. e integralizado através de Nota Promissória., conforme nota explicativa 17. Reservas de capital: O saldo negativo das reservas de capital é decorrente do deságio apurado na incorporação por ações da OGPar, no montante de R$ 159.192, líquidos do prêmio das opções de ações emitidas em 2022, no montante de R$ 43.358. Remuneração com base em plano de opções de compra de ações: Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 29 de abril de 2022 aprovou o plano de outorga de opção de compra de ações de emissão da Companhia, nos termos da Proposta da Administração. As condições relacionadas ao plano estão descritas a seguir:

Data da outorga pelo Conselho de Administração	29/04/2022
Total de opções concedidas	29.664.210
Preço da ação na data da outorga	1,73
Preço do strike	0,52
Valor justo das opções na data da concessão	1,46
Volatilidade média estimada do preço da ação	98,4%
Taxa de retorno livre de risco	12,21%
Duração da opção (em anos)	5

Com a antecipação do vesting, durante o exercício de 2022 a Companhia registrou no patrimônio líquido, na rubrica de pagamento baseado em ações, o montante de R$ 43.358, tendo como contrapartida a demonstração de resultado na rubrica Despesas com pessoal desde a outorga, correspondente a 100% do prêmio das opções outorgadas. **19. Receita Líquida:** A receita líquida para os respectivos exercícios é composta da seguinte forma:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita bruta	212.390	301.443	3.699.232	318.534
Deduções	(7.766)	-	(7.766)	-
Subtotal	204.624	301.443	3.691.466	318.534
Despesas de comercialização	(104)	-	(148.879)	-
Receita líquida	204.520	301.443	3.542.587	318.534

Em 2023, a Companhia reforçou a sua área de trading, com o intuito de melhorar os preços de venda e reduzir os custos associados. Desta forma, passou a realizar vendas diretamente para refinarias e a contratar serviços relacionados às vendas (frete, seguros, entre outros) diretamente.

20. Custos dos produtos vendidos:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Logística	**7.736**	7.804	**7.736**	7.804
Consumíveis	**11.307**	26.278	**11.307**	26.278
Operação e Manutenção	**26.182**	14.818	**26.182**	14.818
Pessoal	**540**	12.420	**540**	12.420
Compra de óleo para revenda*	**-**	-	**2.899.071**	-
Outros Custos	**8.055**	5.570	**8.055**	6.735
Royalties e participação especial	**14.007**	24.753	**14.007**	24.753
Depreciação e Amortização	**7.754**	5.984	**7.755**	5.984
Total	**75.581**	97.627	**2.974.653**	98.792

*Com a incorporação de ações ocorrida em janeiro de 2023, a Forte passou a fazer parte do Grupo Prio, que utilizou a Prio O&G Trading & Shipping GmbH (Dommo Austria GmbH) para a venda de grande parte da produção dos demais campos da Prio no mercado internacional, incrementando o custo com a compra de óleo. Estoque de petróleo:

	31/12/2023 Valor	31/12/2023 Quantidade	31/12/2022 Valor	31/12/2022 Quantidade
Tubarão Martelo	13.257	125	7.431	97

21. Outras receitas e despesas:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Custos da incorporação de ações com a Prio*	**-**	(101.441)	**-**	(101.441)
Despesas com impostos e encargos	(4.546)	-	(4.546)	-
Reversão (Provisão) para Contingências Regulatórias/ Ambientais	4.932	(66.680)	4.932	(66.680)
Provisão para Contingências Fiscais	(5.950)	(74.394)	(5.950)	(74.394)
Provisão (Reversão) para Contingências Trabalhistas	(3.529)	1.769	(3.529)	1.769
Outras Receitas (Despesas)	(1.860)	1.115	(1.852)	2.558
Total	**(10.982)**	**(239.631)**	**(10.974)**	**(238.188)**

(*) Vide contexto operacional para a transação de troca de controle da Companhia.

22. Resultado financeiro:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receitas financeiras	**81.746**	**10.537**	**3.596**	**1.556**
Receita de aplicação financeira realizada	48	20	1.127	422
Juros sobre Contrato de Mútuo	79.232	10.512	-	-
Outras receitas financeiras	2.466	5	2.469	1.134
Despesas financeiras	**(84.365)**	**(1.015)**	**(5.091)**	**(1.598)**
Juros sobre Contrato de Mútuo	(80.159)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(4.206)	(1.015)	(5.091)	(1.598)
Variações cambiais, líquidas	**(120.114)**	**(343.206)**	**33.691**	**(190.442)**
Receita de variação cambial	99.941	1.028.688	344.381	100.331
Despesa de variação cambial (*)	(220.055)	(1.371.894)	(310.690)	(290.773)

(*) Com a alteração da moeda funcional para o dólar, as receitas e despesas de variação cambial são referentes aos valores registrados em outras moedas, que não o dólar, que sofrem variação com a alteração da taxa, como, principalmente, os saldos de bancos, impostos a recuperar, fornecedores e impostos a pagar. **23. Imposto de Renda e Contribuição Social:** Os impostos sobre o lucro da Companhia diferem do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto aplicável, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**567.700**	**(319.649)**	**567.725**	**(316.432)**
Alíquota de acordo com a legislação vigente	**34%**	**34%**	**34%**	**34%**
Imposto de renda e contribuição social com base na alíquota vigente	**193.018**	**(108.681)**	**193.027**	**(107.587)**
Despesas indedutíveis/receita não tributável, líquidas:				
Adições temporárias/ permanentes	2.684.865	317.584	2.684.865	317.584
Exclusões temporárias/ permanentes	(3.062.203)	(937.875)	(3.062.203)	(937.875)
Resultado de equivalência patrimonial	201.537	(53.002)	-	-
Outras adições (exclusões)	-	799.423	201.537	749.956
(Utilização de) Prejuízo Fiscal anteriormente não reconhecido	(13.647)	(5.310)	(12.553)	(6.722)
Diferença de Base Tributária - Moeda Funcional	26.691	-	25.613	-
Total	**30.261**	**12.139**	**30.286**	**15.356**
Imposto de renda e contribuição social	31.535	12.139	31.560	15.356
Imposto de renda diferido	(1.274)	-	(1.274)	-
Despesa líquida do imposto de renda e contribuição social no resultado	**30.261**	**12.139**	**30.286**	**15.356**
Alíquota efetiva sobre o lucro antes do imposto	**5,33%**	**-3,80%**	**5,33%**	**-4,85%**

24. Informações por segmento (Consolidado): O pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Companhia através de suas controladas opera apenas no segmento de exploração e produção (E&P) de óleo e gás no Brasil e no exterior, representando, portanto, um único segmento de atuação. **25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro:** Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar a fornecedores de bens e serviços a serem utilizados em suas operações de exploração e produção de hidrocarbonetos e contratos de garantia financeira. Por outro lado, a Companhia mantém no ativo disponibilidades financeiras, conforme descrito na nota explicativa de Caixa e equivalentes de caixa. A Companhia está exposta a riscos de mercado (taxas de juros e câmbio), de crédito e de liquidez, e tem como estratégia a realização de parte de seus investimentos em ativos de renda fixa, transações envolvendo câmbio, juros, commodities diversas e outros instrumentos financeiros, para fins especulativos, em diversos setores no Brasil e no exterior, a curto, médio e/ou longo prazo, a fim de maximizar a rentabilidade e buscar um maior retorno a seu acionista. Ao adotar essa estratégia, a Companhia está exposta aos riscos inerentes a tais investimentos, e à flutuação nos preços destes ativos, o que pode impactar negativamente o caixa da Companhia. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo. **Risco de mercado:** O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros e mercadorias (*commodities*). A companhia realiza acompanhamento constante do mercado e, quando necessário, contrata operações com derivativos para neutralizar os impactos destas oscilações de preço das *commodities*. **Risco de taxa de juros:** A aplicação de recursos disponíveis é efetuada em títulos emitidos por instituições financeiras, a taxas pós-fixadas, em sua maioria com liquidez diária, respeitando limites de concentração prudenciais. **Risco de crédito:** A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, a Companhia adota uma administração conservadora ao realizar aplicações, em sua maioria, com liquidez diária e taxas pós-fixadas, em bancos de primeira linha, levando-se em consideração as notações das principais agências de risco e respeitando do limites prudenciais de concentração. Com relação ao risco de crédito de suas operações de vendas, a Companhia, analisa a situação financeira e patrimonial de seus clientes, em conjunto com o prestador de serviço de comercialização (*trader*), que também atua como intermediário nas transações de venda do petróleo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as vendas líquidas de petróleo foram centralizadas para a Petrorio Luxembourg Trading Sarl (*trader* do Grupo Prio). **Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco implica manter caixa compatível com as necessidades de desembolso para cobrir as obrigações, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

Consolidado:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	**até 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Total**
Passivo			
Fornecedores	(12.238)	-	**(12.238)**
Tributos e contribuições sociais	(54.286)	-	**(54.286)**
Provisão para abandono de instalações	-	(79.881)	**(79.881)**
Provisão para contingências	-	(429.124)	**(429.124)**
Partes relacionadas	-	(114.253)	**(114.253)**
Outras obrigações	(613)	-	**(613)**
	(67.137)	**(623.258)**	**(690.395)**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	**até 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Total**
Passivo			
Fornecedores	(102.611)	-	**(102.611)**
Obrigações trabalhistas	(27.660)	-	**(27.660)**
Tributos e contribuições sociais	(72.834)	-	**(72.834)**
Adiantamentos de parceiros	(29.252)	-	**(29.252)**
Provisão para abandono de instalações	-	(86.092)	**(86.092)**
Provisão para contingências	-	(424.509)	**(424.509)**
Outras obrigações	(1.479)	-	**(1.479)**
	(233.836)	**(510.601)**	**(744.437)**

Controladora:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	**até 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Total**
Passivo			
Fornecedores	(955)	-	**(955)**
Tributos e contribuições sociais	(54.360)	-	**(54.360)**
Provisão para abandono de instalações	-	(79.881)	**(79.881)**
Provisão para contingências	-	(429.124)	**(429.124)**
Partes relacionadas	-	(13.849.350)	**(13.849.350)**
Provisão para perda em investimento	-	(2.588.323)	**(2.588.323)**
Outras obrigações	(1.421)	-	**(1.421)**
	(56.738)	**(16.946.678)**	**(17.003.416)**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	**até 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Total**
Passivo			
Fornecedores	(102.477)	-	**(102.477)**
Obrigações trabalhistas	(27.660)	-	**(27.660)**
Tributos e contribuições sociais	(69.615)	-	**(69.615)**
Adiantamentos de parceiros	(29.252)	-	**(29.252)**
Provisão para abandono de instalações	-	(86.092)	**(86.092)**
Provisão para contingências	-	(424.509)	**(424.509)**
Partes relacionadas	-	(14.729.079)	**(14.729.079)**
Provisão para perda em investimento	-	(3.522.559)	**(3.522.559)**
Outras obrigações	(1.479)	-	**(1.479)**
	(230.483)	**(18.762.239)**	**(18.992.722)**

Valor justo dos ativos e passivos financeiros: O conceito de "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado: a) Nível 1: a mensuração do valor justo utiliza preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos. b) Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possui mercado ativo. Os valores de mercado ("valor justo") estimados pela Administração foram determinados pelo Nível 1 para os instrumentos financeiros abaixo, e não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	31/12/2023 Controladora Valor contábil	31/12/2023 Controladora Valor Justo	31/12/2023 Consolidado Valor contábil	31/12/2023 Consolidado Valor Justo	31/12/2022 Controladora Valor contábil	31/12/2022 Controladora Valor Justo	31/12/2022 Consolidado Valor contábil	31/12/2022 Consolidado Valor Justo
Ativos financeiros								
Custo amortizado:								
Contas a receber (i)	-	-	-	-	-	-	132.252	132.252
Partes relacionadas	17.993.956	17.993.956	1.253.380	1.253.380	18.485.884	18.485.884	-	-
Valor justo por meio do resultado								
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	66.619	66.619	499.704	499.704	18.264	18.264	123.508	123.508
Passivos financeiros								
Custo amortizado:								
Fornecedores (i)	955	955	12.238	12.238	102.477	102.477	102.611	102.611
Partes relacionadas	13.849.350	13.849.350	114.253	114.253	14.729.079	14.729.079	-	-

(i) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos ser em média de 60 dias. (ii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (preços, por exemplo) ou indiretamente (derivados dos preços). **26. Seguros:** A Companhia adota a política de contratação de seguros para os bens sujeitos a riscos, de forma consolidada no Grupo Prio. Com efeito, possui, em conjunto com as demais empresas do grupo, coberturas contra as principais exposições, tais como o Energy Package que engloba: Danos Físicos aos ativos offshore, Despesas Extras do Operador (OEE), Responsabilidade Civil Offshore e óleo em estoque, além da cobertura de Transporte para os equipamentos/suprimentos referentes às operações do campo. Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2023 cobrem a Importância Segurada de R$ 4.149.638. Não faz parte do escopo da auditoria a validação quanto à abrangência dos contratos de seguro. A seguir, demonstramos os principais ativos e interesses cobertos e seus respectivos limites de indenização:

Seguros/Modalidade	Importância Segurada
Danos Físicos (Óleo em estoque)	314.684
Equipamento Subsea	363.097
OEE Produção	169.446
Seguro Garantia	10.327
Casco e Máquina FPSO OSX-3	3.292.084
Total Segurado	**4.149.638**

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes em instruções emitidas pela CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, autorizando sua divulgação.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2024.

Manifestação do Conselho de Administração

Com base nos exames efetuados, constatando-se que os documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia, e à vista do parecer dos auditores independentes, apresentado sem ressalvas, o Conselho de Administração aprova as Demonstrações Financeiras a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Prio Forte S.A.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2024.

Composição do Conselho de Administração

Bruno Lowndes Dale Cabral de Menezes - **Presidente**

Milton Salgado Rangel Neto, Felipe Bueno da Silva

Composição da Diretoria Executiva

Roberto Bernardes Monteiro - **Diretor Presidente**

Emiliano Fernandes Lourenço Gomes - **Diretor**

Milton Salgado Rangel Neto - **Diretor**

Francisco Francilmar Fernandes - **Diretor**

Contador

Rafael Gonçalves Sierra - CRC / RJ 095205/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Prio Forte S.A. -** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Prio Forte S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e fi-

PRIO

PRIO FORTE S.A.

CNPJ nº 08.926.302/0001-05

nanceira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Reconhecimento de receita: Conforme descrito nas notas explicativas 2.13 e 19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia e de suas controladas derivam substancialmente da venda de petróleo. O reconhecimento da receita ocorre quando o óleo é efetivamente entregue ao cliente, sendo os riscos e benefícios transferidos em sua totalidade, conforme preconizado pelo pronunciamento contábil CPC 47 - Receita de contrato com cliente (*IFRS15 - Revenue from contract with customer*). Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros, a relevância dos valores envolvidos. Tais características obrigam a Companhia e suas controladas a manterem processos para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação do processo e controles internos da Companhia sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da receita da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) leitura dos principais contratos com clientes e a inspeção dos termos relevantes para o reconhecimento da receita; (iii) testes, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência adequado; (iv) realização de procedimentos substantivos analíticos para identificar e investigar padrões incomuns, obtendo documentação para suporte da transação e (v) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.13 e 19, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2024.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC- SP-015199/F
Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci - Contador CRC-RJ091370/O.

As prefeituras e o uso da Inteligência Artificial

Por Jorge Priori

Tendo em vista as eleições municipais, conversamos com Vitor Roma, CEO da keeggo, sobre a utilização de Inteligência Artificial (IA) por parte das prefeituras.

Como as prefeituras poderiam utilizar a Inteligência Artificial?

Todas as empresas, instituições e organizações, inclusive os governos, deveriam estar atentos a adoção da IA e os seus ganhos de produtividade. Nós vivemos um momento de revolução tecnológica nunca antes visto. Nem o surgimento da internet foi nessa velocidade. Qualquer líder, seja empresarial ou governamental, deveria estar por dentro do que está acontecendo.

A IA deve ser utilizada na otimização do dinheiro público. Nós estamos falando em temas como educação, tráfego, segurança e saúde. Por exemplo, com relação à educação, a IA remodela toda uma capacidade de se gerar conteúdo para os alunos, sobretudo na geração de diferentes conteúdos voltados para alunos que aprendem de forma diferente, já que existem alunos que preferem aprender lendo, outros ouvindo e outros enxergando.

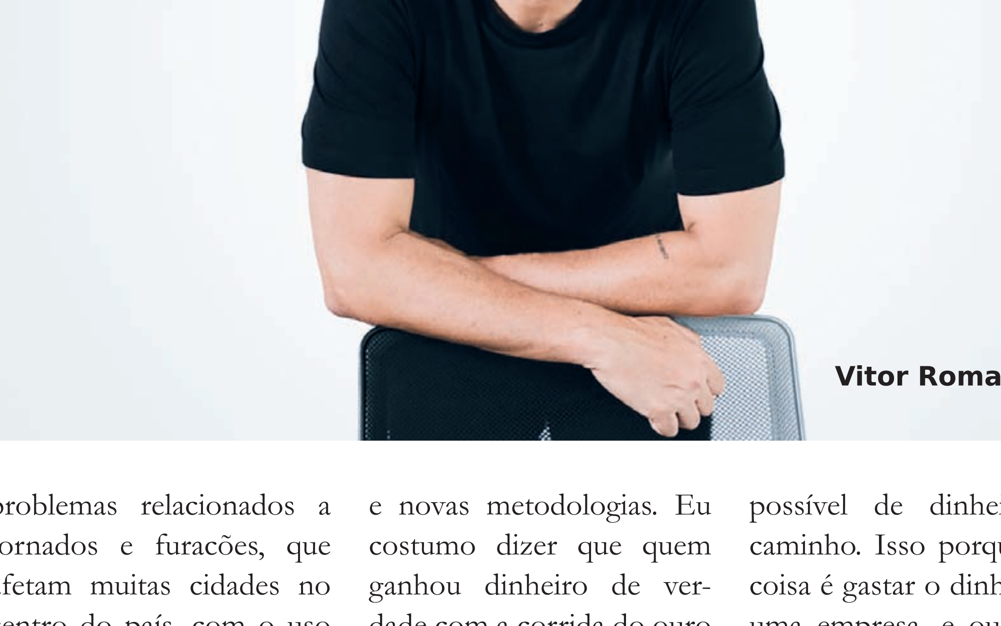
Com relação ao tráfego, nós temos uma série de problemas nas grandes cidades brasileiras, sendo que a IA pode ajudar na inteligência urbana, como a organização dos semáforos ou na mudança de sentido de vias. Ela também pode ser utilizada no transporte urbano para otimização de linhas de ônibus e de metrô em horários de pico. Na segurança pública, nós temos a questão das câmeras com reconhecimento facial e comportamental, que é tão importante quanto o facial. Com relação à saúde, a IA pode ser utilizada na previsão de diagnósticos, o que ajuda na prevenção de doenças.

Tudo isso pode ser feito com um algoritmo de IA. Não utilizá-la em soluções urbanas reais é um desperdício de dinheiro, tempo e inteligência.

Se lá fora já existem cidades que estão voando nesse assunto, por que estamos tão atrasados aqui dentro?

O Brasil sempre careceu de intercâmbio cultural e um pouco de vontade de fazer. Por exemplo, fazendo uma alusão à vida empresarial, que é a minha especialidade, todos os dias eu me atualizo sobre o que está acontecendo lá fora. Eu pego um avião ou mando um engenheiro ou um técnico que trabalha comigo para ver o que está acontecendo. Os governos deveriam entender o que está acontecendo lá fora. Saindo do tema IA, o Rio tem problemas com ressacas, que muitas vezes invadem as ruas. A cidade de Amsterdan cuidou desse problema 100 anos atrás.

Deveria ser uma obrigação dos governos criar um intercâmbio cultural de aprendizado para trazer boas práticas para cá, mas isso não acontece. Em uma empresa, sempre se está falando em produtividade, competência e na entrega do melhor serviço possível para os seus clientes. Para fazer isso, a empresa tem que estar sempre atualizada. Um governo também deveria ser assim.



Vitor Roma

Quais são os casos de uso de IA em cidades do exterior que mais lhe chamaram a atenção?

Londres tem uma capacidade de desvendar questões relacionadas à segurança pública devido às câmaras interligadas ao seu serviço de inteligência. Com relação aos desafios climáticos, os Estados Unidos conseguiram melhorar muito a sua capacidade de antever problemas relacionados a tornados e furacões, que afetam muitas cidades no centro do país, com o uso de IA. Além disso, nós temos o uso de IA na ordenação do tráfego em cidades como Seul, Madrid e Barcelona. Até Istambul, capital da Turquia, que está no mesmo patamar do Brasil, já está fazendo isso.

A IA é um mar de oportunidades, mas ela não vai trazer a solução para todos os nossos problemas. O que vai fazer a diferença é a capacidade de usá-la para maximizar os nossos projetos.

Eu trabalho com tecnologia há 25 anos e já vi de tudo nesse mercado relacionado a novas ferramentas e novas metodologias. Eu costumo dizer que quem ganhou dinheiro de verdade com a corrida do ouro americana foi quem vendeu pá, picareta e calça jeans, pois poucos ganharam dinheiro achando ouro. A IA é a nova corrida do ouro. Eu vou a reuniões em que me perguntam o que eu tenho de IA.

Há muitos anos, a Gartner lançou um paper que dizia que 75% do dinheiro gasto em desenvolvimento de software vai para o ralo. Como todo mundo está falando de IA e na sua utilização, vai se jogar um monte de dinheiro fora. Isso vale para as prefeituras, pois elas deveriam ficar atentas para perder o menos possível de dinheiro no caminho. Isso porque uma coisa é gastar o dinheiro de uma empresa, e outra é o dinheiro público que poderia ir para um hospital, uma escola ou para a segurança.

Colocar recursos públicos em um projeto de IA pode gerar um benefício, mas existe risco, e boa parte do investimento pode ir pelo ralo, pois é assim que funciona a curva de adoção de tecnologia. É por isso que é preciso ter muito cuidado, e aqui eu volto na questão do intercâmbio. Quanto mais as prefeituras verem o que já foi feito, maiores são as chances dos projetos darem certo. O que não pode é achar que se vai inventar a roda do zero.

SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS NAS EMPRESAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -SINDATIVO-RJ CNPJ: 28.249.534/0001-75.

EDITAL DE REGISTRO DE CHAPAS

Em Cumprimentoa ao artigo 58 do estatuto,comunicamos o registro de um único pedido de chapa para concorrer às eleições sindicais para o quadriênio 2024 /2028, com a seguinte composição (CHAPA 1):Diretor Administrativo: Vitor Hugo Barreto Cabral, Diretor Secretário: Carlos Alberto dos Santos Marques,Diretor Financeiro: Newton Novaes Barra Filho,Diretoria Colegiada Efetiva:José Alvaro Gama da Silva, Izau Bandeira de Lima Filho, Leila Maria Araújo de Sousa, Renato Espindola Moyses, Conselho Fiscal Efetivo: Cristiane de Souza Lopes, Edson Luiz de Souza Mello, William Manoel Marinho,Conselho Fiscal Suplente: Mariano Mendonça Filho Walter Silva, Simone da Silva Quintella, Diretores Representantes no Conselho de Entidades Sindicais de Grau Superior: Marcello Rente de Oliveira, Luiz Cláudio Beltrão da Silva,Diretores Representantes no Conselho de Entidades Sindicais de Grau Superior Suplentes: Newton Novaes Barra Filho, Vitor Hugo Barreto Cabral. Oprazo para Impugnação de candidaturas é de 5(cinco) dias contados da publicação nominal das Chapas registradas,através de requerimento,entregue na rua das Marrecas 40,sala 203 - Centro - RJ CEP:20031-120,no horário das 09:00 às 17:00. Rio de Janeiro 19 de setembro de 2024.

Estéfano Gonçalves dos Santos Eduardo,
Presidente da Comissão Eleitoral

JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ 33.035.536/0001-00 l NIRE 33.3.00103911

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da **JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“Companhia”)** para se reunirem às **10:00 horas** do dia **10 de outubro de 2024** em **Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”)** a se realizar, em primeira convocação, na sede social da Companhia na cidade e estado do Rio de Janeiro, na **Av. Das Américas, nº 3.443, Bloco 3, Loja 108, Ala B, Condomínio Américas Corporate, Barra da Tijuca,** para deliberar sobre a seguinte **ordem do dia: (a)** aprovar o grupamento da totalidade das ações de emissão da companhia, na proporção de 20 (vinte) ações ordinárias para 1 (uma) ação ordinária, sem modificação do valor do capital social; **(b)** aprovar a alteração do caput do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir o novo número de ações da Companhia em decorrência do grupamento das ações; e **(c)** autorizar os administradores da Companhia a praticar todos os atos necessários à operacionalização e efetivação do grupamento das ações de emissão da Companhia. Documentos referentes às matérias da ordem do dia contendo a proposta da administração encontram-se à disposição dos Srs. acionistas na sede social da Companhia e no endereço eletrônico na internet da Companhia (www.joaofortes.com.br/ri). Para participar da AGE, os acionistas deverão observar os termos do Manual de Participação disponível no endereço eletrônico na internet da Companhia (www.joaofortes.com.br/ri) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2024. **Antonio José de Almeida Carneiro -** Presidente do Conselho de Administração.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME N° 18.593.815/0001-97 - NIRE nº 33.3.0031102-5

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2024, às 18:30 horas. Conforme o Conselho de Administração, por unanimidade, sem ressalvas: 6.1) Analisou a proposta da Diretoria e a recomendação favorável do Comitê de Auditoria e, em ato contínuo, **aprovou a assinatura do contrato de compra e venda para aquisição de 100% (cem por cento) da participação societária da sociedade Real Estruturas e Construções Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Rua Costa Capanema, 638, Jardim Industrial, na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, CEP 32.215-300, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.265.872/0001 conforme material arquivado na Plataforma de Governança (Atlas Governance), autorizando a Diretoria prosseguir com as assinaturas dos documentos. A proposta da Diretoria ressalta que a aquisição da Real está alinhada com o Planejamento Estratégico da Companhia e reforça o compromisso de focar em serviços de alto valor agregado e expandir as operações para diferentes segmentos e serviços. Ainda, foi proposto pela Diretoria da Companhia a constituição de uma nova Unidade de Negócios – UN de Montagem - após a efetivação da aquisição da Real, o que foi aprovado por este Conselho. Restou consignado que, como condição precedente à conclusão da operação, a aquisição da Real deverá ser aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Ainda, considerando os cálculos preliminares realizados pela administração da Companhia, a operação de aquisição deverá ser aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, que será, oportunamente, convocada especialmente para este fim, em cumprimento aos requisitos do artigo 256 da lei 6.404/76. **Em observância ao artigo 289 da Lei 6.404/76, informamos que a íntegra se encontra no site da companhia e neste jornal na versão digital, a qual poderá ser acessada por meio do link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/**

Rio de Janeiro, 26 de Agosto de 2024.